

3

H. S.

12153

CONSTITUTIONS OF THE GREAT COUNCIL

IV

LATINOS E GERMANOS

H. S.
12/53

COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA

IV

LATINOS E GERMANOS

DO AUTOR

• • •

(COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA.)

Volumes publicados:

- I—EUROPA EM GUERRA, Lisboa, 1915. Esgotado.
- II—O HOMEM, LOBO DO HOMEM, Lisboa, 1921.
- III—PORTUOAL EM CAMPANHA, Lisboa, 1921.
- IV—LATINOS E GERMANOS, Lisboa, 1923.

Volumes no prelo:

- V—A CARRANCA DA PAZ.
- VI—PORTUOAL VITORIOSO.

DEP. LES

AGOSTINHO DE CAMPOS

*

COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA

IV

LATINOS
E GERMANOS

86486

*

Livrarias AILLAUD E BERTRAND
PARIS-LISBOA

Livraria CHARDRON
PORTO

Livraria FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO

1923

DEP LEG

AGOSTINHO DE CAMPOS



COMENTARIO A...

...

Todos os exemplares vão rubricados pelo autor

LATINOS
E-GERMANOS

Qto. 81438

Composto e impresso na Tip. da Empresa Diário de Notícias
Rua do Diário de Notícias, 78—Lisboa

A «solução definitiva»

PRIMEIRA PARTE

LATINOS E GERMANOS

I

A «solução definitiva»

Junho de 1915.

A Itália entrou já na guerra e diz-se que só o fez depois de resolvido e combinado que a Roménia entrará também dentro em pouco. Se assim fôr, verifica-se então que das cinco nações latinas da Europa, só duas ficam ainda fora do conflito; e essas duas são a Espanha e Portugal.

Ora isto é profundamente interessante, porque dá à guerra europeia um aspecto diverso do que ela teve até aqui; diverso não só militarmente, mas também do ponto de vista da sua significação e do seu carácter. E eis o que sobretudo encanta a quem fôr mais filósofo do que militar; mais contemplativo do que ferrabraz.

A propósito da attitude bélica da Alemanha tem-se citado muita vez os desabafos dos filósofos, e dos generais que filosofam sobre a guerra: os Nietzsche, os Treitschke,

os von Bernhardi. Mas não são estes, para o caso, os mais instrutivos. Os generais que garatujam livros estão no seu papel, prègando a guerra a todo o pano. Os filósofos, quanto mais originaes e ousados, mais nos deixam supor que filosofam no deserto, e que as suas lucubrações não fazem eco nas turbas e não chegam por isso a constituir ou representar um estado de alma colectivo.

Mais sintomáticos, mais representativos, mais edificantes, são com certeza os dizeres bélicos daqueles escritores alemães que se dirigem a um largo público no qual exercem influênciã funda e directã, como são, por exemplo, os professores que publicam tratados de vulgarização ou compêndios de escola. Aí é que a gente deve admirar-se de ver o *leit-motiv* da guerra e da agressão, contrastando com a música suave da sciência, da literatura e da arte.

Aí é que pode, bem legitimamente, assaltar-nos o receio de que façam escola aqueles que pregam a guerra ao escrever livros de aula.

E' por isto que eu fiz grande caso de ter lido há tempos, num livrinho de Göschen sobre Goethe e Schiller, a afirmação de que

tôda a história alemã é na essência a narração de um combate do Germanismo contra o Romanismo; e a profecia de que êsse conflito estava de-certo abeirando-se da sua *solução definitiva*, para a qual teriam de concorrer tôdas as fôrças sãs da raça alemã.

O homem que escreveu isto, Carlos Weitbrecht, morreu há uns poucos de anos: não lhe foi dado o prazer infável de ver a Itália, aliada latina dos dois impérios germânicos, romper as cadeias híbridas da Tríplice Aliança, e dar plena confirmação às suas profecias.

II

«Latinos e Germanos»

Janeiro de 1916.

R*eum confitentem habemus...* Os professores primários franceses que estão na frente da batalha escrevem à família e aos amigos, prometendo que, feita a paz, e se a guerra lhes conservar vida e saúde, o seu cuidado primeiro será de reagir contra a antiga indisciplina. *En face des Boches* (comenta e aprova o «*Temps*») *ils ont compris ce que peut accomplir une discipline, même odieuse*. Mas, ao mesmo tempo que invejam, e a si próprios prometem adoptar a disciplina alemã, os Franceses teem-lhe um horror sumamente demonstrativo — de que nunca a adoptarão.

E' ver esta história, contada por um jornal de Paris:

Numerosos prisioneiros alemães iam levados para a retaguarda por um destacamento francês. No momento de romper a marcha, o comandante do destacamento vol-

tou-se para o grupo alemão e comandou:

— Os que estejam feridos saiam da fileira, para serem transportados còmodamente.

E logo o único oficial prisioneiro, um tenente bávaro, falou com alguns dos seus homens e os designou ao francês como feridos.

Começou então a marcha dos válidos, ao longo de trinta quilómetros. Andados estes e feita a voz de alto, o oficial francês notou que um dos alemães, lívido, vacilava e ia cair.

— ¿ Que tens ? — perguntou-lhe.

— Uma bala no peito.

— ¡ Não pode ser ! Se assim fôsse, não terias aguentado a marcha.

— «Pois aqui está, que pode ver-se». E mostrou a ferida incontestável.

— ¡ Mas que loucural exclamou o francês, comovido. ¿ Porque te não acusaste, ao partirmos ? . . .

— Porque o meu tenente não me interrogou.

— Pois devias ter-lho dito.

— ¡ Não podemos falar a um oficial, sem que êle se nos dirija primeiro !

E, dizendo isto, pontualmente, o infeliz soldado alemão caiu morto.

Autêntica ou apócrifa, exacta ou enfeitada, esta anedota é característica, ao mesmo tempo dos Franceses que a contam e dos Alemães de quem a contam. O sentimento que ela desperta em todos os latinos que a lêem é certamente o da desumanidade alemã. Para isto é que ela foi sem dúvida escrita — quem sabe se pelo mesmo Francês a quem ao mesmo tempo apeteçam as vantagens de uma disciplina, *même odieuse*. E essa desumanidade não quer dizer que os Alemães não sejam homens: quer dizer que são homens doutro feitio — e que de nada servem estas nossas desnorteadas veleidades latinas, de querermos e ao mesmo tempo não querermos, ser como êles.

III

Germanismo e Germanos

Maio de 1916.

Vistos através de César e de Tácito, os velhos Germanos parecem-se tão pouco com os seus actuais representantes, que em muitos aspectos os encontramos quasi voltados do avesso.

Como agora, era a guerra a sua occupação predilecta; como agora, tinham o horror do descanso; como agora, aparecia-lhes tarde a puberdade. Mas amavam apaixonadamente a liberdade, ao passo que os Alemães se deliciam na subordinação; não tinham Estado e muitos dêles viviam sem rei, ao contrário dos Alemães de hoje, rendidos ao culto burocrático, escravos passivos da hierarquia administrativa e política; e, inversamente aos chefes actuais, que mandam sem explicar, e aos soldados da Alemanha actual, que se deixam matar sem discutirem, os chefes germanos preferiam ao tom do império o tom do convencimento,

e os soldados germanos guardavam, como preciosa regalia, o direito de se não convencerem.

Apesar desta capital inversão de caracteres, produzida pela evolução vagarosa dos séculos, os Alemães de agora fincam-se orgulhosamente na sua prosápia germânica e vão buscar, sobretudo à infância e ao passado longínquo da sua raça, as razões mestras com que se desculpam de terem desarrumado o presente para construir um futuro a seu gosto — um futuro que deliciaría o mundo, na livre florescência do germanismo sem mistura...

Contra êste plano de germanização universal pelos Germanos degenerados surge-se, como lhe cumpre, a velha e ameaçada Latinidade, numa contracção heróica de tôdas as suas fôrças e resistências instintivas. E à frente dela, na luta do povo que se julga eleito com os povos que êle próprio declarou precitos, aparecem os Saxões insulares como o adversário mais temível dos Neo-germanos invasores e provocadores. Essa Inglaterra, sem a qual não seria possível conter e vencer a Alemanha, essa Inglaterra também traz misturadas no sangue algumas gotas de germanismo an-

cestral. E' certo que estão diluídas em muita água chilra de Iberos, de Celtas, ou de Bretões, de Jutos, Dinamarqueses e Normandos; mas, por misteriosas compensações e sobrevivências, triunfantes de todos os solutos e misturas étnicas, o certo é que a Inglaterra nos aparece ainda hoje, ainda agora, mais germana à maneira de Tácito, do que os Germanos que se julgam puros e genuínos. Lá se encontra, mais generalizado que na Germânia de há dois mil anos, o governo sem Estado e sem Rei de facto; lá se encontram os chefes que antes querem persuadir que mandar, e até os soldados que não marcham, sem primeiro serem convencidos.

¿ Que dirão os filósofos pan-germanistas, no dia em que o germanismo legítimo da Alemanha fôr vencido, graças às suas melhores qualidades de outrora, pelo germanismo bastardo da Inglaterra e da América do Norte?...

IV

Contrição na vitória

Mato de 1918.

SE a Alemanha vencesse totalmente, o Brasil estaria em grave perigo.

Creio terem sido estas, mais ou menos, as palavras de Olavo Bilac, no átrio do Avenida Pálace, ao fechar de uma conversa que o egrégio poeta brasileiro teve com Alberto de Oliveira e comigo.

Se a Alemanha vencesse totalmente, a própria extensão da vitória diminuiria a sua intensidade. Subjugar o mundo inteiro, e mantê-lo duradouramente sob o jugo, não é tarefa possível, nem para setenta milhões de Alemães vitoriosos.

Por outro lado, se êsses mesmos setenta milhões de Alemães fôsem, depois da guerra, não só vencidos, mas esmagados, eu, como latino cuidadoso do futuro da minha raça, não creio que me sentisse, por êsse facto, aliviado de preocupações e temores. Politicamente deprimidos que êles ficassem,

subalternizados também por uma guerra económica seqüente à guerra militar, dispersos e precitos até, como os Judeus — creio que tóda esta ruína nacional, longe de os desarmar para a concorrência connosco, para a guerra que nos fizeram em quarenta anos de paz, mais acirraria nêles as qualidades de captação, de adaptação e de infiltração mansa, com que souberam aproveitar-se da nossa moleza, indisciplina, ligeireza, falta de espírito organizador, falta de consciência normal do interêsse de grupo e de nação. As virtudes que nós temos admirado nos Alemães são as virtudes contrárias aos nossos pecados mortais. Achamo-los admiráveis naquilo em que somos deficientes. E isto quer dizer, apenas, que a sua fôrça é feita das nossas fraquezas ; ou por outra, que os nossos defeitos é que são, verdadeiramente, os nossos inimigos. Se assim é, o problema do futuro do Brasil, como o de Portugal, como o de tóda a Latinidade, pode pôr-se, para depois da guerra, numa equação muito simples : para vencermos os Alemães vencidos, temos de nos vencer a nós próprios.

Na paz que succeder à guerra actual, ou noutra guerra que venha a renascer das

cinzas desta, os Germanos acabariam por triunfar dos Latinos — e talvez definitivamente — se o orgulho da vitória adormecesse nestes a memória dos defeitos, vícios e fraquezas que os enfraqueceram na paz, cegando-os na exaltação exclusiva e soberba das qualidades que os terão salvado na guerra.

A vitória, quando vier, deve ser recebida por nós com humildade e contrição. Só assim nos será útil vencer. Só assim venceremos verdadeiramente.

V

Norte contra Sul

Junho de 1916.

UM suíço germânico, Alexandre Clavel, escapou por milagre ao naufrágio do *Sussex* e foi contar às *Noticias de Basileia* as suas impressões.

Tôdas estas histórias trágico-marítimas arripiam os cabelos à gente e comunicam-nos invariavelmente o desejo de morrer de outra maneira, podendo ser. A narração do suíço Clavel não foge à regra, mas tem para nós-outros um condimento especial, aliás não muito grato ao sabor, quando êle compara o poder de resistência moral dos homens do norte e o dos do sul, em face da morte iminente e horrorosa.

O barquito onde o suíço e mais nove companheiros conseguiram meter-se tinha-se enchido de água que aqueles desgraçados não conseguiram esgotar, e conservou-se três horas a meio quilómetro da carcassa do *Sussex*, e com o seu bordo su-

perior afundado cêrca de uma mão travessa abaixo da superficie do mar !

«Eu preguntava a mim próprio, apertando a cabeça nas mãos, (diz Clavel) se a situação em que estávamos era a realidade, ou antes pesadelo horrível. O medonho e o atroz reinavam em tórno. De tempo a tempo vinha uma onda sacudir o batel de tal maneira, que era preciso empregarmos tôdas as nossas fôrças para não sermos atirados borda fora. O frio invadia-nos, fazendo-nos perder a noção da existência das próprias pernas. A cada solavanco maior, vinha roçar-se connosco o cadáver de um homem gordo, de cincoenta anos. E o espectáculo dos meus companheiros de infortúnio nada tinha de animador. Era gente de *paises quentes*, e, à excepção de um rapazito de doze anos, portou-se *muito pouco virilmente*. Não foi possível trocar com êles uma palavra razoável, porque a sua única resposta era sempre um grunhido inarticulado. Nas caras descompostas lia-se-lhes o terror pânico da morte...»

De todo o contexto da narração de Alexandre Clavel não se conclui se é à raça,

ou à religião, ou ao clima, que êle attribui a falta de estoicismo, revelada pelos seus companheiros *pays chauds*. Talvez germano, talvez protestante, homem do norte com certeza, é possível que o depoente considere aquella pusilanimidade como produto ao mesmo tempo latino, meridional e católico. Mas como logo adiante nos fala de uma senhora inglêsa que enlouqueceu de comoção; e como êle próprio confessa que de vez em quando apertava a cabeça nas mãos; e como entre os *pays chauds* havia um rapazito de doze anos tão valente, que esperou uma hora, e serenamente, a salvação — não será preciso muito mais para salvarmos a honra do convento, concluindo que o sangue frio gela facilmente no mar frio, e que não é indispensável nascer-se em país quente para se ferver em tanta água.

VI

Os mortos falam

Julho de 1916.

A guerra não devora só a poeira inumerável de subalternos que os altos comandos intimam a avançar para a morte : três grandes chefes, admiráveis acumuladores de energia, consumados transformadores de homens livres em carneiros de açougue — Kitchener, Gallieni, von der Goltz — foram também apanhados na pavorosa engrenagem que dirigiam e já não podem ver a plena e final florescência dos seus efeitos.

Kitchener morre afogado por um torpedo; Gallieni, esfalfado de trabalho ; von der Goltz, envenenado, não se sabe bem se pelos homens, se pelas águas ou ares da Turquia. E agora, passeando juntos e amigos nas pálidas alamedas dos Campos Elíseos, os três vêem a guerra de tão alto que já podem falar dela como de coisa estranha e longínqua.

Lord Kitchener sorrirá — ; coisa rara ! —

ao saber que os jornais amigos dos Aliados procuram consolar-se da sua morte inopinada e trágica, proclamando que êle já não faz falta ; que eram outros, até, que verdadeiramente estavam agora transformando os Inglêses num exército e a Inglaterra num acampamento. E o homem dos olhos de tigre, chalaceando pela primeira vez na sua *vida*, há-de comparar-se àquelas fortificações que antes de arrasadas são inexpugnáveis e, depois de arrasadas, nunca prestaram para nada...

Von der Goltz confessará sem custo que é mais difícil transformar os Inglêses, do que os Turcos, em soldados ; mas muito mais fácil fazer com Inglêses, do que com Turcos, um bom exército. E acabará por declarar, com a sua experiência de formador de tropas, e já sem o orgulho cego de alemão tarimbeiro, que a guerra só ficará pronta quando em tôda a Europa haja apenas um grande exército fresco e forte, isto é, quando a Inglaterra tiver estafado suficientemente as últimas reservas alemãs, austríacas, turcas, russas, italianas e francesas...

Kitchener, o saxão, e von der Goltz, o germano, esquecidos e libertos das suas

prosápias de raça, falarão com modéstia dos grandes capitães latinos: de Júlio César, de Albuquerque, de Napoleão Bonaparte. E, voltando ao presente, concordarão que em dois anos de guerra europeia, só apareceu até agora um general genial: aquele que, *contra tôdas as regras*, surpreendeu e desviou von Klück; aquele que, sendo governador de Paris, abandonou Paris e o salvou; aquele que assumiu por sua conta e risco a responsabilidade de sair do seu campo entrincheirado, e no instante em que resolveu proceder assim derrotou virtualmente meio século de organização militar alemã: — o latino Gallieni; o Francês de apelido italiano.

VII

Latinismo e Fôrça

Agosto de 1916.

VÊ-SE agora que no fundo da admiração universal da Alemanha dormitava uma pequenina, mas vivaz scintella de ódio. Nós sentíamos bem que a admirávamos invejando-a ; mas esquecemo-nos sempre de que inveja e ódio são parentes ; e que a admiração só se isenta das escórias do rancor, quando é desinteressada, ou adoçada pela esperança de igualar o modelo que se admira. Essa esperança tínhamo-la todos — Anglo-saxões, Latinos e outros — convencidos de podermos, pela educação, pelo ensino, pelo trabalho e pelo método, atingir aquele grau de progresso que os Germanos nos mostravam realizado e a muitos nos parecia ser, sôbre a Terra, o ideal supremo realizável.

A Guerra acordou-nos, e acordou também em nós a dormente brasa de ódio, que pouco a pouco se foi acendendo em labareda. Mas

é preciso dizer que a Alemanha ajudou grandemente a estremunhar o fogo amodorado: a admiração alheia gerara nela o pecado da soberba; a soberba gerou por sua vez o delírio das grandezas; e o delírio das grandezas, pelo contacto excitante do sangue e do fogo, degenerou, logo aos primeiros dias de guerra, em loucura furiosa.

Então chamámos «bárbaros» àqueles a quem tínhamos venerado como os nossos mais sábios educadores. E assim começámos a vingar-nos da veneração e humildade que até aí sentíramos em face dêles.

Depois, à proporção que a Guerra se foi desenrolando por maneira oposta à que os Alemães previram e queriam; e à proporção, sobretudo, que nos fomos convencendo de que a sua vitória é impossível, começou a renascer em nós a confiança nas nossas velhas virtudes desprezadas, e o orgulho de antigas superioridades que já quasi havíamos esquecido, embebidos e hipnotizados como andávamos no prestígio das virtudes e superioridades alemãs. Vencida agora a Alemanha, como já conta e espera a Latini-dade em pêso, não tardará que cntremos a achincalhar com risos e chufas o ídolo de ontem e a pôr irreverentes rabos de palha

ao nosso modelar professor de progresso e de civilização.

Progresso e civilização passarão depois da Guerra a ser outra cousa, e muito diferente, do que eram antes. Passarão a ser, verdadeiramente, aquilo que nós quisermos. A vitória latina há-de ser o ponto de partida de novas filosofias, de novas morais e de novas concepções da perfeição humana, donde será excluída a ideia de Fôrça, que dominara o mundo por quasi meio século. E assim, mais uma vez, seremos injustos para nós próprios e ingratos com as nossas próprias virtudes. Os Alemães, enfraquecidos, substituirão naturalmente por outra a sua falida e malograda filosofia da Fôrça. E nós iremos com êles, e diremos com êles, e faremos o seu jôgo, esquecidos de que foi a nossa fôrça quem afinal venceu a sua...

VIII

Génio francês e mediocridade alemã

Dezembro de 1916.

Está entendido que essa obra-prima da organização alemã não tem nada de genial e que cada alemão, individualmente, nem sequer tem individualidade. Está entendido que a unidade francesa é o indivíduo, e que a unidade alemã é a sociedade. Está entendido que o Latino é um bom solista na orquestra, ao passo que o Teutão se contenta em tocar conscienciosamente a sua parte. Está entendido que a inteligência fulgurante é quem inventa o que depois aproveita aos burros sábios.

O que é preciso agora é saber se se quer fazer realmente uma orquestra, ou persistir no charivari. Com bons solistas poderá, talvez, afinar-se uma boa sinfonia; mas com uma condição: é que não queira cada um brilhar mais que o vizinho, ou tocar o que

lhe vier à cabeça; porque então a sinfonia tem de crismar-se em cacofonia.

Se o giro do mundo tem de ser no futuro o que era antes da Guerra — comprar, vender, fabricar, exportar, trabalhar, enriquecer — e se o Latino genial acha isto bem e quer entrar na fila, o melhor conselho a dar-lhe é que enrole o Génio em algodão em rama e o guarde ao fundo da gaveta, como jóia fora de moda.

Os Alemães, em-quanto não endoideceram, exportavam tudo quanto há, e só importavam, em geral, matérias primas. Uma destas era, por sinal, o génio francês, que lhes serviu admiravelmente para fazer levar a massa pesada da sua paciência, do seu método, e da sua capacidade de estudo e de trabalho. O Francês descobria, e o Alemão produzia. O Francês inventava e o Alemão applicava; o Francês via-se ao espelho, satisfeito de si e do seu génio, em-quanto o Alemão fincava os olhos no microscópio, para ver quantas toneladas de oiro poderia tirar de cada micron de génio francês. E é preciso confessar, por muito que nos custe, que foi êste, nos quarenta anos de robustecimento e expansão germânica, o lado genial da ingenialidade alemã. Os Alemães des-

cobriram, genialmente, que não vale a pena ter génio, desde que outros se encarregam de o ter por nós. O génio é, com efeito, encargo muito pesado para aqueles que se sacrificam a produzi-lo. O génio é desequilíbrio, desigualdade, desproporção, excesso, excepção, poesia, doença, loucura. Social e nacionalmente é um mau negócio, ou uma indústria insalubre. Setenta milhões de médiocres não distilam um homem de génio; mas basta-lhes coar o génio alheio através da sua mediocridade, para fazerem fortuna e continuarem de perfeita saúde.

A melhor arma francesa

1844

SEGUNDA PARTE

OS FRANCESES

Um velho de barba de prata, com o rosto marcado de rugas, e o olhar penetrante, estava sentado em uma cadeira de madeira, lendo um livro. O ambiente ao seu redor era silencioso e a luz do dia entrava suavemente pela janela, iluminando o rosto do homem. Ele parecia profundamente envolvido com o que lia, sua expressão era séria e concentrada.

A melhor arma francesa

Malo de 1915.

CORRE mundo a estas horas um poema de Edmundo Rostand, intitulado *Le chant des astres*, fantasia política de tão arrevesada complicação, que é quasi invertível em prosa. Em todo o caso vamos tentar, como exercício de paciência chinesa, pôr em português corrente êsses versos franceses, destinados a comover Americanos:

Um Alemão da América do Norte, apaixonado servidor da sua pátria de sangue, tenta inútilmente impedir que a bandeira norte-americana palpite de simpatia e tremule de entusiasmo, sob a influência mágica da palavra *França*. E descobre «cientificamente» que a causa do fenómeno está nas estrêlas que brilham num rectângulo azul, ao canto do pavilhão: são elas que, procuradoras da Justiça, da Liberdade, do

Amor e do Direito, constituem a alma do farrapo de pano, a mola de ideal que o inteiriça e retesa contra as maquinações diabólicas do militarismo germânico, e em benefício da solidariedade espiritual com a França e as suas virtudes celestiais. Mas o Alemão, *l'homme affreux*, encontra um meio esconso e bárbaro de domesticar a bandeira. Armado de um arsenal de feitiços de *Kultur* — escada de ferro e cauchú; luvas com ganchos nos dedos; sapatos de sola silenciosa; tesouras aperfeiçoadas — o Alemão sobe aos telhados, marinha pelos mastros e vai cortar da bandeira americana o rectângulo azul portador das estrêlas...

... Agora, no silêncio e na claridade ténue da noite cheia de astros que os Alemães não podem cortar, o pavilhão sem alma escoa-se tristemente junto ao mastro, como coisa morta e vazia. O amputador está contente, dessa diabólica alegria que o Céu não deixa durar muito. De-repente — ó maravilha! — o pano estremece de novo, e palpita, e tremula, e revive mais alado que nunca, ao grito de: *França!*... que o seu carasco soltara para o experimentar. E através do rectângulo hiante, aberto pelos golpes

que deviam ser mortais, vêm-se passar agora, bem mais luminosos que os outros, os astros do firmamento estrelado. ¡O estúpido doutor alemão previra tudo, mas esquecer-se de contar com o Céu!...

Tudo isto é engenhoso de mais para ser belo, e até parece, pela complicação rebuscada, mais alemão que francês. Mas faz efeito, e é isso o que é preciso neste momento grave da vida francesa, em que todas as energias nacionais se subordinam à urgência estratégica de resistir para vencer. Assim como a ciência alemã tirou os olhos de cima do microscópio para vir defender ante o mundo a inocência do Estado Maior Imperial, assim a arte francesa desceu da sua torre de marfim e veio pôr-se ao serviço do Generalíssimo Joffre, ou secundar em prosa e verso as combinações e esforços diplomáticos do Cais d'Orsay, para desagregar em benefício da França a mole dos neutros e dos hesitantes. E não resta dúvida que os Alemães tem de lutar neste ponto contra uma arma terrível, ante a qual não prevalece o morteiro de 42, nem a guerra de submarinos, nem a maravilha dos gases asfixiantes—e vem a ser pura e sim-

plesmente a língua francesa, com a irradiação universal que lhe deram os grandes escritores e os grandes poetas de França.

II

Militares contra paisanos

Julho de 1915.

«L'HOMME enchainé», órgão de Clemenceau, transcreve algumas das pesadas graças publicadas por fôlhas militares, como «L'Echo des Tranchées» e outras, em detrimento dos paisanos francezes. Aí vai uma pequena amostra:

«O paisano é animal cuja espécie tende a desaparecer na Europa, de há dez ou onze meses a esta parte. O paisano tem o pêlo de côr neutra, e a cabeça coroada por uma espécie de cápsula negra. As suas patas dianteiras são claras; as patas traseiras andam recobertas de couro lustroso. E' sóbrio, inodoro e caminha sem ruído. Contrariamente ao resto dos homens, o paisano vive só ou acasalado, em sítios inacessíveis, que êle defende com inaudita ferocidade».

Estes remoquez são significativos de uma

transformação do espírito público francês, que aliás já estava prevista. O desprezo do militar pelo paisano é secular e universal. Todos conhecem a anedota característica do soldado impedido, a quem o oficial seu patrão mimoseou com um bilhete para um belo espectáculo de comédia.

O rapaz, que nunca em sua vida saboreara teatro tão bom, foi, viu, ouviu e, quando à volta o patrão lhe pediu as suas impressões, respondeu com naturalidade:

— Para paisanos não iam mal, meu tenente.

Isto é desprezo. Mas, naquele retrato de paisano, francês feito por um jornal das trincheiras, há menos desprezo do que ódio. Esse ódio, ou (se a palavra parece excessiva) essa discordância amarga, não a provocam de-certo os inumeráveis paisanos que em França actuam e trabalham, desde que a Guerra estalou, como auxiliares preciosos do exército em campanha. Os visados não são os médicos, nem os enfermeiros civis, nem os industriais e operários fabricantes de munições, nem a maioria esmagadora dos homens que vão mantendo, na agricultura, no comércio, no trânsito, no próprio funcionalismo, a vida económica e adminis-

trativa da nação. Todos estes ajudam o exército e, além disto, não o discutem. Pelo que respeita ao presente, são úteis e estão calados. Pelo que respeita ao passado, não teem responsabilidades directas e concretas na situação em que o país se encontra, e nas agruras que os soldados teem sofrido, não já para vencer, mas para, ao menos, resistir.

¿Será arrôjo concluir, por exclusão de partes e por induções de fácil psicologia colectiva, que o paisano odiento ao *poilu* em campanha é o político, o parlamentar e o jornalista? O sr. Clemenceau parece ter enterrado a carapuça até às orelhas, porque o riso com que comentou a prosa do jornal militar era nitidamente amarelo.

Anatólio France escreveu há mais de vinte anos que a república era em França instinctivamente pacífica, porque os republicanos franceses tinham tanto medo à derrota, como à vitória. Agora que a França está por fôrça no caminho de vencer ou ser vencida, não admira que os políticos da República achem pouca ou nenhuma graça às graças dos soldados — e que até os próprios dedos já lhes pareçam Napoleões. . .

III

Teutobocus

Agosto de 1915.

No ano 102 da era cristã, uma horda de 300.000 germanos avançou para a Itália através do vale do Ródano e foi destroçada alguns dias mais tarde em Aix por Mário, general romano. O chefe era um gigante chamado Teutobocus e o seu nome ficou lendário em tôda a Gália. Quinze séculos mais tarde, em 1613, descobriu-se no Baixo-Delfinado uma pedra tumular, sobre a qual estavam gravadas as palavras *Teutobocus rex*. Levantou-se a laje, e do sarcófago que ela recobria foi retirado um esqueleto enorme, de mais de vinte e cinco metros de comprimento. A comoção produzida pelo achado foi profunda em tôda a França. Ninguém pôs em dúvida que os ossos descobertos pertencessem ao chefe germano vencido por Mário. Luís XIII, que então reinava, determinou que os transportassem a Fontainebleau e permitiu em se-

guida a sua exhibição pública em Paris e nas províncias, ao lado de painéis em que a figura do rei bárbaro era reconstituída e explicada. Durante dois séculos, e mais, dissertou-se e discutiu-se infatigavelmente sôbre a autenticidade do esqueleto, que afinal tinha sido levado para Bordeus, onde em 1832 o foram encontrar de novo, arrecadado numas águas-furtadas. A curiosidade pública apoderou-se outra vez dos ossos famosos; reacenderam-se as polémicas eruditas, e a sciência decretou por fim que o pseudo-Teutobocus tinha sido em vida não um Alemão, como até então se pensara, mas um Mastodonte...

O sr. Tiago Flach, membro do Instituto de França, conta esta saborosa anedota no seu «Essai sur la formation de l'esprit allemand», recentemente publicado. Na opinião dêste sábio, a actual designação de *Boches*, pela qual são tratados em França os Alemães, originou-se no próprio nome de Teutobócus. Já no século xvi havia sido afrancesada esta palavra semi-bárbara e semi-latina sob a forma de *Teutoboche*. Conservado durante séculos em qualquer reçanto da memória popular, o nome de

Teutoboche corrompeu-se fácilmente, degenerou em *Tête-de-Boche*, e deu nascença à alcunha por que são vulgarmente conhecidos em França os compatriotas do gigante imaginário.

Ainda que a história não esteja certa, a lenda é com certeza engraçada. E o que todo o bom Latino deve desejar é que de futuro se formem na Germânia, acêrca dos chefes militares da França actual e da sua gigantesca bravura, lendas de respeito popular semelhantes à que a Gália teceu em tórno do velho Teutobocus.

A França tem também agora o seu gigante enterrado, que é o famoso general Joffre, no fundo das suas trincheiras.

IV

Virtudes francesas

Setembro de 1915.

DISSE um jornal americano que a atitude da França, nesta guerra, tem sido tão bela, que oito dias depois de ela haver desembainhado a sua espada se desfizeram em fumo tôdas as calúnias de que tinha sido vítima. E um grande jornal francês, comentando — com justo orgulho — êste juízo, passa em revista as lendas enraizadas no mundo, antes da Guerra, em volta do carácter francês: «Julgavam-nos um povo amável e cortês, um pouco frívolo, de uma intelectualidade subtil, afecta a tôdas as ideologias. Concediam-nos o privilégio do encanto e da graça, mas consideravam fraquezas essas virtudes. Confiava-se no nosso entusiasmo, na nossa impetuosidade, na nossa nobre paixão de todos os heroísmos; mas negava-se-nos a energia continuada, necessária aos grandes feitos. Nestes tempos de utilitarismo a todo o transe, em que o esforço é contado pela

precisão dos seus efeitos materiais, parecíamos retardatários, presos ainda aos velhos idealismos e sentimentalidades. Falava-se já na decadência da França, como do fim de um lindo dia, que lentamente escurecesse na tristeza de uma linda tarde...

¿E não seria a própria França quem também fazia de si, ainda há um ano, esta opinião errada e injusta? Rudyard Kipling assim o afirma, com o seu tom cortante de Britânico: «Sustento que a mesma França não sabia quem era, ainda há um ano.»

Rudyard Kipling desconhece e adora o Paris de hoje, porque o de ontem estava deturpado pela presença de milhares de estrangeiros. E surpreendeu um olhar novo nos olhos das mulheres, um olhar que realiza, em vez de sonhar, como se a vista se houvesse acomodado a distâncias maiores. E ouviu um riso que se calara desde os dias da Revolução, o riso gutural e rascante de uma Francesa do povo, a contar uma bela história de muitos alemães mortos. E quando a boca disse o número é que aquele riso partiu...

Tudo isto é bom, de-certo. A França

tinha-se perdido, pelo menos de vista a si própria. A França precisa de encontrar-se outra vez. Mas não lhe basta, para isso, readquirir a seriedade e a firmeza que nunca aliás lhe faltaram na ocasião grave. Não lhe basta rir, a cada Alemão que morre, o riso épico da Téroigne de Mirecourt ao açoitár a fidalga. Não lhe basta que o olhar das mulheres reflita como um lago serêno as mortes de tantos irmãos e tantos filhos. Para que a França perdue, depois de vencedora, é-lhe necessário cultivar, não as virtudes excepcionais que a estão salvando na Guerra, mas as virtudes normais que lhe faltaram na paz. E algumas destas são, não só fáceis, mas agradáveis. E' mais fácil, por exemplo, e mais agradável, fazer nascer, na paz, muitos Franceses, do que matar, na guerra, muitos Alemães.

V

Política de traição

Janeiro de 1916.

SINAL dos tempos : *La Guerre Sociale*, órgão do célebre jornalista francês Gustavo Hervé, mudou de título, passando a chamar-se *La Victoire*. E eis aqui como o anti-militarista convertido justifica perante os seus leitores êste título militar :

«... Quero assim proclamar que o nosso socialismo se sente mais próximo do patriota francês mais clerical e mais reaccionário, partidário da guerra até esmagamento do militarismo prussiano, que dos pseudo-socialistas alemães, dispostos a aceitarem uma *paz alemã*. Guerra social, guerra civil, não a queremos já, nem para hoje, nem para amanhã. Para hoje, *a guerra*, sem mais nada. Para amanhã, *a paz* entre Franceses, — a paz que faça reinar em França, e em todo o mundo, mais bem-estar, mais justiça e mais fraternidade...»

Esta linguagem actual do sr. Hervé é um pouco diferente da que êle empregava há três ou quatro anos, quando aconselhava os soldados franceses a assassinarem os seus officiaes, logo que a guerra fosse declarada ; e a procederem metòdicamente ao empastelamento da mobilização. Vê-se por êste e por outros sintomas que os socialistas, pacifistas, anarquistas e anti-militaristas franceses são muito patriotas quando a Pátria corre o último perigo e sabem muito bem trancar as portas, depois da casa roubada. ¡ Desgraçada nação e desgraçado povo, a quem uma antipática política de traição, merecedora de castigos ainda não inventados, mimoseou com dirigentes dêstes !

E o pior é que, não contentes de terem entregado o seu país quasi inerte ao inimigo, os politicantes continuam agora mesmo, na maior gravidade do perigo que êles próprios criaram em parte, a dificultar quanto podem a vitória já de si tão difficil. Nos artigos dos jornais, nas sessões públicas do Parlamento, pregam e professam *a união sagrada* ; na sombra, nos corredores, nos cochichos da intriga, doidamente ou criminosamente, praticam e propagam a divisão sacrílega :

«Les importants élus d'avril 1914 ne peuvent se résigner au silence. Les plus jeunes, semblent les plus bavards, comme s'ils s'efforçaient de convaincre leurs commettants qu'ils sont plus utiles à la tribune qu'au front. Le ministre de la guerre doit consacrer la meilleure partie de son temps à leur donner des audiences privées... Mais, s'ils osent intriguer, ils n'osent plus voter quand vient la séance publique...»

Vá este insuspeito testemunho no francês textual do *Journal de Genève*, (de janeiro de 1916) para que se não diga que exagero ou invento, levado por um velho odio à politica francesa, — odio aliás inseparavel da verdadeira simpatia com a França.

VI

A França na guerra

Fevereiro de 1916.

JÁ alguém disse que os futuros historiadores terão dificuldade em resolver, ao comentarem mais tarde a guerra europeia, se foi a Inglaterra que salvou a França, ou a França que salvou a Inglaterra.

Áparte o ser talvez um pouco cedo para se dar como assente que as duas foram *salvas*, aquela observação é justa e faz pensar. Faz pensar sobretudo os que, como nós, e de-certo como quasi tôda a gente, esperavam da parte da Inglaterra não só uma visão mais exacta, mas uma acção mais prática e certa, no perigo agudo que a ameaça desde o princípio da guerra. Todos êsses, e nós com êles, teem observado com surpresa, à medida que os factos decorrem e uns aos outros se vão explicando, que a França tem *visto* melhor que a Inglaterra o interêsse dos aliados.

Não se trata da diferença de attitude das

massas populares dos dois países : uma, decidida, unida e concentrada no esforço, desde o primeiro instante e sempre ; outra indiferente a princípio, tardia em compenetrar-se, e dividida ou hesitante ainda agora. Esta diferença previa-se e compreende-se, explicável como é pela própria diversidade psicológica do povo inglês e do francês, e pela divergência fundamental das circunstâncias em que as duas nações se encontram : — a França, invadida e ferida, lutando *por instinto* contra um mal efectivo ; a Inglaterra, ileso ainda em todo o seu vasto corpo imperial, prevendo *reflectidamente* um perigo enorme, mas futuro.

O que surpreende, e quasi desnorteia a nossa intelligência, é que a lucidez dirigente da França tenha sido na guerra maior que a dos governantes ingleses, e a ponto de poder dizer-se que a Inglaterra estaria talvez a esta hora mais segura da sua própria vitória, se tivesse seguido a tempo o conselho, a iniciativa, o impulso da politica franceza, não só militar, mas até diplomática e naval.

Foi a França, adoptando a proposta do almirante Lapereyre, quem instigou a Inglaterra a perseguir dentro do Mar de Már-

mara os dois fugitivos couraçados alemães. A Inglaterra não quis, para não irritar a Turquia, que a-final estava de raiz entendida com a Alemanha. E assim foi encontrar nos Dardanelos um sorvedoiro de vidas e dinheiro.

Foi a França quem chegou primeiro, embora atrasada, para dar mão forte ao pequeno exército sérvio. Foi ainda a França quem instou para que se tentasse e levasse a cabo a empresa de Salonica.

Tudo isto respeitava ao Oriente da Europa, onde o interêsse local francês é mínimo, comparado ao inglês. E os factos provaram e estão provando que era a França quem tinha razão. E o senso comum reconhece que a França, para se salvar a si, com genial clarividência defendia melhor a Inglaterra, do que esta se tem defendido a si própria.

Por amor da França temos nós, desde longa data, causticado a política francesa do tempo de paz. Justo é, portanto, que prestemos agora homenagem ao patriotismo admirável e à intelligência superior da sua política externa de guerra.

VII

Política e guerra

Dezembro de 1918.

¿ **M**UDARÁ desta vez a política de guerra em França? ¿ Saírá da longa sessão secreta, e das suas cincoenta interpelações, um govêrno que possa, em-fim, governar?

Quem ama sinceramente a França não pode deixar de execrar a política interna francesa e a administração francesa dos últimos vinte ou trinta anos, tão inveteradamente viciosas e anti-patrióticas que ainda agora, com o inimigo de portas a dentro, não quiseram ou não souberam, ao menos (como a Rússia, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados-Unidos teem feito) atacar e dominar o alcoolismo.

Este e outros sintomas desanimadores estão postos em alto relêvo no livro de Vítor Cambon, *Notre Avenir*. Aí se lê que muitas mulheres do povo gastam em água-ardente o subsídio que recebem do Go-

vêrno, por terem na guerra os maridos ou os filhos; que os vapores de comércio se demoram semanas e meses nos portos franceses, sem poderem descarregar, porque os homens que deviam fazer êsse serviço se embebedam desde pela manhã, e assim ficam impossibilitados de trabalhar útilmente; e que o próprio autor viu com os seus olhos, em tabernas dos arredores de Paris, os soldados licenciados e *os próprios feridos e mutilados da guerra*, caídos no chão em pesada embriaguês, de mistura com as mulheres, com os filhos e os amigos, igualmente ébrios todos, numa confusão de mesas derrubadas, de cacos de copos e de garrafas, e até de muletas partidas...

Êsse livro impressionante deixa em quem o lê dolorosa amargura. E' uma espécie de suplício de Tântalo ver tão nitidamente apresentado o diagnóstico dos males da França, colhendo-se ao mesmo tempo a convicção (que é, no fundo, a do próprio autor) de que a cura seria fácil... sob a simples condição de ser tentada:

«Notre ruine, si la politique ne change pas, reste une certitude absolue... La

France saigne de toutes ses parts. Et j'ajoute, avec la conviction la plus profonde, que la France ne pourra survivre dans son indépendance, *que si l'Allemagne est irrémédiablement terrassée.*»

¿ Como há-de mudar a política francesa, depois da paz, se nem os horrores e perigos da guerra conseguem apontar-lhe o caminho do bom-senso e do patriotismo?

¿ Como há-de a Alemanha ser deitada por terra sem rémedio, se o que Vítor Cambon aconselha à França, para que ela se salve, é exactamente a adopção dos costumes e métodos alemães nas obras da paz?

Para que a França perdure é necessário que os seus vícios políticos, administrativos, sociais e económicos se corrijam radicalmente. Esperemos que a Guerra dure o bastante para que ela crie e radique novos hábitos de govêrno, misturando na sua democracia estúpida algumas gotas de ditadura inteligente.

VIII

Desorganização

Dezembro de 1916.

A leitura do livro de Vitor Cambon, *Notre Avenir*, impressiona profundamente todos aqueles que amam a França e esperam em ansiedade o fim da carnificina europeia, para verem que uso fará da próxima paz o povo que tão perdulário foi do período de paz anterior e tão admiravelmente tem sabido concentrar e aproveitar o seu heróico esforço na actual guerra.

O que a mim mais me impressionou, nessas páginas documentadas de factos eloqüentíssimos, foi esta carta de um engenheiro francês residente em Londres e transcrita pelo autor do livro, entre muitos outros testemunhos da repercussão que teve, nos corações e nos espíritos de grande número de bons Franceses, o seu patriótico alarma :

«Está entendido que nós, Franceses, não

somos organizadores. ; Mas terão os *Boches* conseguido jamais realizar uma organização tão maravilhosa como a que fizeram os envenenadores da França, os destruidores da energia do nosso país e da sua natalidade? Essa organização é tão perfeita, que todos os esforços se tem inutilizado de encontro a ela...»

E é assim mesmo. Os maiores esforços perdem-se, em face da majestade poderosíssima dos fabricantes ou vendedores de alcool. E quando a influência dêstes resiste às fôrças fugazes mas violentas do receio e do perigo nacional urgente, ; que será quando o perigo passe e o receio adormeça de novo no desleixo da paz?

Há na certa observação daquele Francês uma lição amarga e desconsoladora aos que desejariam vencer a Alemanha, copiando e aplicando a sua própria organização. A triste verdade é que não há povos organizados, contrapostos a povos desorganizados; e que o que nós chamamos neste sentido *desorganização* é real e verdadeiramente uma organização errada, uma organização nociva, uma organização invertida, se quiserem, mas, em todo o caso, *uma*

organização, tão perfeita, tão lógica, tão natural e, na maioria dos casos, tão indestrutível, como as que nos parecem e provaram ser boas, eficazes e dignas de ser imitadas.

Um povo autenticamente desorganizado com facilidade se organizaria, ou reorganizaria, como quisesse. Difícil é *querer* um povo, com verdadeira eficácia e gana, uma organização diferente daquela que tem — porque a *quis*.

IX

A sereia alemã

Maio de 1917.

SCHEIDEMANN, que tinha sido um momento vice-presidente socialista da Dieta imperial, disse em 30 de Março de 1912 na assembleia, realizada no salão de Wagram, em Paris, em honra da vitória eleitoral dos socialistas alemães em janeiro anterior: «Creio que já vem muito próximo o instante em que será imediatamente encerrado num hospital de doidos todo aquele que acreditar na possibilidade de uma guerra entre a França e a Alemanha.»

Dois anos e meio depois disto as tropas alemãs invadiam a França com o mandato imperativo de a esmagarem em duas semanas; e o profeta Scheidemann metia no sacco a viola das profecias pacifistas, e collocava-se de alma e coração ao lado e ao serviço da doutrina oficial prussiana, de que a Alemanha fôra provocada, ameaçada na sua própria existência e só praticava, atacando, a inocência de defender-se.

Foi com estas e outras semelhantes lérias do socialismo alemão que os políticos avançados franceses, ao mesmo tempo que chamavam *endormeurs* aos srs. Briand e Barthou, adormentavam o instinto de defesa da França. E assim como últimamente se descobriu que a bordo do *Lusitânia* iam vários espiões alemães que interceptaram radiogramas expedidos e recebidos pelo comandante daquele desgraçado navio, atirando-o desta maneira para a senda dos submarinos germânicos—também se pode dizer que a ingénua nau do Estado Francês foi desviada do caminho da defesa e da prudência, pelas doces palavras de Scheidemann e de outras sereias do socialismo de Além-Reno, ingenuamente tomadas a sério pelos socialistas e radicais de França.

Hoje, no parlamento imperial, o chanceler alemão, considerado pelo sentimento público francês como o segundo responsável da Guerra — tem contra si a má vontade dos deputados liberais, dos conservadores e dos católicos; e o único apoio leal e sólido com que êle conta é o de Scheidemann, o mesmíssimo Scheidemann que, dois anos antes da Guerra, foi a Paris chamar doidos a todos os que acreditassem na pos-

sibilidade de um conflito armado entre a França e a Alemanha !

¿ E quem sabe, afinal, se o socialista alemão foi sincero, tão sincero há cinco anos como agora ? Vistas as coisas do lado de hoje, é certo parecerem-nos mais doidos os que então não acreditavam na Guerra, do que aqueles que a estavam prevendo ; mas desde que a guerra é um facto, e cada dia mais, ela nos parece uma loucura alemã, em que ainda agora nos custa a acreditar, apesar dos seus três anos de idade, e de realidade . . .

X

Bravura sem maleabilidade

Maio de 1917.

HOUVE grande batuque de regozijo, entre os inimigos da Democracia, por causa da demissão do general Lyautey.

O general Lyautey revelou talentos de organizador maravilhoso, abrindo à penetração da influência francesa a região do norte de África que se estende desde a fronteira marroquina até à Moluia, pelo norte, e ao Tafilalete, pelo sul. Fêz tudo isto sem barulho e sem guerras, e por tal obra se recomendou naturalmente ao govêrno do seu país, que em 1912 o foi buscar a Rennes, onde o general exercia o comando do 10.º corpo de exército, para o colocar em Abril de 1912 na Residência Geral de Marrocos. Aí, como nos confins da Orânia, triunfou Lyautey completamente, alastrando o domínio francês e fazendo evaporar os fumos de insurreição, que começavam a enrolar-se e a erguer-se contra êste. Três anos depois,

em Novembro de 1915, já troava a Grande Guerra, mas poucos tinham compreendido praticamente que a luta havia por fôrça de estender-se dos campos de batalha militar a todos os terrenos de competência, incluindo os de acção económica. Lyautey, porém, compreendeu e procedeu: o resultado foi a famosa exposição industrial e comercial de Casa-Blanca, a *exposição de combate*, destinada a meter pelos olhos moiros dentro a noção da existência de uma indústria francesa e de um comércio francês, bem capazes de preencher o lugar dos rivais alemães escorraçados.

Com tais capacidades e tais provas, não admira que em 13 de Dezembro último, precisando de mais um ministro da guerra, para variar, a França mandasse vir de Marrocos o general Lyautey. E o organizador maravilhoso foi ministro durante quási três meses e teve de se ir embora ao fim dèsses longuíssimos noventa dias, não só porque os deputados já estavam fartos de verem diante de si aquela cara, mas também (dizem as crónicas) porque *il manquait de la souplesse nécessaire; il était de ceux qui ne comprennent pas les chicanes politiques «quand les Allemands sont à Noyon», et*

par sa rude franchise il s'était fait de nombreux ennemis...

Não percebo em que se fundamenta o regozijo dos reaccionários. Lyautey é organizador admirável, mas não tem qualidades de cortesão. Não tem *souplesse*, virtude palaciana que a França não precisa realmente de exigir ao engenheiro supremo da sua defesa, mas sem a qual os deputados, que são soberanos, não compreendem nem atuam um ministro da guerra neste momento. Imaginam os inimigos da Democracia que as coisas se teriam passado de outra maneira no tempo de Luis xiv? Hoje... o Estado são eles, os reis Lamparinas, sucessores e representantes do *Rei-Sol*.

XI

Génio fora de horas

Junho de 1917.

ALUDINDO à entrada da América do Norte no conflito, e fazendo das tripas coração, disse há tempos a *Gazeta de Francfort*: «Pela primeira vez desde o comêço da Guerra, aguardam os impérios centrais o assalto dos seus inimigos sem se encontrarem distraídos por qualquer outra tarefa excêntrica, desde que os problemas balcânicos foram resolvidos e nenhum outro adversário novo pode surgir sôbre a Terra.»

Não diz o jornal alemão quem *resolveu* os problemas balcânicos, e fica a gente assim sem saber se esta benemerência se deve ao prameiro ministro do Czar destornado (ao germanófilo Stürmer, que abandonou e trafo a Roménia) se aos seus successores revolucionários, que continuam a paralisar tão bem como êle os exércitos russos. Quanto à ideia de que, aceito pelos Estados-Unidos o desafio da Alemanha, ne-

nhum grande adversário novo pode surgir sôbre a Terra — devemos reconhecer que é uma ideia confortável, e até a única que poderia confortar os Alemães, desde que estes realizaram a suprema habilidade de ligar e atrair o mundo inteiro contra si próprios. Agora é certo que êles podem dirigir mais concentradamente o seu esforço muscular, e que não precisam de consumir tempo ou cérebro no cuidado, que aliás nunca tiveram, de evitarem aumentar o número dos seus inimigos. Mas foi bem mau, para êles e para tôda a humanidade, que só se lembrassem de amansar depois de haverem esbravejado contra todos; e que só parassem no delírio invasivo, quando positivamente repararam que já não tinham pernas com que abarcar mais terreno.

Ao fim de quási três anos de furor ofensivo, proclamam os Alemães genial o plano meramente defensivo de Hindenburg. Esquecem que uma das grandes virtudes do verdadeiro génio é a oportunidade; e que o génio fora de horas tem todos os defeitos da imprevidência, ou da estupidez.

Há muito que se pensa e diz em França que a Guerra teria acabado rapidamente — e em proveito da Alemanha — se o Estado-

-Maior alemão se houvesse decidido a evacuar todo o território francês em seguida à derrota do Marne. E é preciso reconhecer que o grande trunfo para os Aliados foi, até às primeiras ofensivas britânicas, o heroísmo tenaz dos soldados franceses; e que nenhuma fôrça humana teria conseguido prender meses e anos ao inferno das trincheiras os soldados franceses, se o prémio dêsse martirio fôsse apenas a invasão da Alemanha e não, como tem sido, a sagrada esperança de remir a Pátria invadida.

XII

Milagre do Marne

Agosto de 1917.

UMA inteligentíssima senhora que não é francesa, mas reside em França há longos anos, explicou-me perfeitamente como foi ganha a batalha do Marne.

A modo de prólogo, fui primeiro informado por ela de como há séculos uma religiosa francesa teve a clara visão do Coração de Jesus, e não só o viu, mas o ouviu falar e dizer-lhe que a França estava perdida, e se não salvaria emquanto o não tomasse por patrão.

Ora a França não pode tomar o Coração de Jesus como patrão, pela razão simples de que só ao govêrno francês, que a representa e resume, competiria semelhante iniciativa, e o govêrno francês, como se sabe, não tem querido contratos com o Céu.

Felizmente, porém, o que a França não pode fazer como todo e unidade, pode fazê-lo cada Francês um por um; e quando todos os Franceses, ou pelo menos a maio-

ria dêles, tiverem demonstrado a sua fé no Coração de Jesus e lhe hajam confiado a sua salvação individual, estará salva a França, apesar do govêrno, pois que a salvação do conjunto fica implícita na de cada uma das parcelas.

Para êste resultado se caminha seguramente, no dizer daquela senhora, graças aos progressos que tem feito entre os Franceses o culto do Coração de Jesus. E a batalha do Marne foi a primeira grande prova de que a salvação se prepara, e vem próxima, e será completa e triunfal.

Na batalha do Marne foram vistos os Anjos a segurar as rédeas dos cavalos dos Alemães, para os impedirem de avançar contra os Franceses; e os generais franceses, pios e crentes, que conduziam os seus exércitos levando ao peito a insígnia do Coração de Jesus, não encontravam diante de si senão a confusão e a debandada. Assim se venceu a famosa batalha, denominada pelas próprias folhas maçónicas *o milagre do Marne*; assim a França vencerá tôda a guerra, fácil e rapidamente, no dia em que a sua conversão se complete.

Estou contando o que me contaram, de-

pois de o ter ouvido com a respeitosa atenção que merecem tôdas as opiniões sinceras e assentes. De minha casa acrescentarei sòmente que entre tantas explicações que tenho ouvido ou lido sôbre a batalha do Marne, esta é a que se entende melhor.

*

* *

No Capitulo 1 do Livro vi da sua *Vida do Padre Francisco de Xavier* explica assim o nosso grande prosador João de Lucena a vitória ganha por D. João de Castro contra os Mouros, em Diu :

«Foi êste um dos mais assinalados feitos de Portuguezes na Índia, em o qual o Céu (sôbre a glória ser sempre de Deus) teve a melhor parte. Porque é certo que, pondo os inimigos, por quatro vezes, fogo à nossa artilharia nos peitos da nossa gente, de tôdas lho enjeitou a pólvora. E os mesmos afirmavam, depois da batalha, que assim nela como antes, nos combates da fortaleza, o que os destruíra lora *não sabiam que gente vestida de branco, a qual uma mulher muito mais resplandecente que o Sol man-*

dava a pelejar por nós, de cima da igreja da mesma fortaleza, onde a éles viam.»

Em Diu, há perto de quatro séculos, como no Marne em 1914, venceram portanto os Anjos, sob comando da Virgem, ou do Coração de Jesus. ¿E onde ficam então as glórias de D. João de Castro e de Joffre, de Portugueses e de Franceses ?

Cabalmente responde a estas nossas pequenas dúvidas a fé robusta de João de Lucena:

«Pelos quais milagres e obras divinas não haja quem tenha em menos o esforço e glória daqueles, em cujo favor Deus as obrou. Pois, tudo bem considerado, não podia haver, nem mor argumento do ânimo dos soldados, nem melhor efeito da felicidade do Capitão. Que, quando os perigos eram tais, que foi necessário fazer Deus milagres para sair dêles, parece que valor humano nenhum bastava a sem temeridade os cometer... Assim, aquela ajuda e socorro angélico nada diminuía aos combatentes, antes lhes realçava em tudo as proezas, e honra da própria valentia.»

Os teólogos do ateísmo riem-se destas

subtilezas, mas plagiam-nas com leves disfarces. Nesta guerra de hoje não se invocou nos jornais democráticos de França o nome de Deus, nem se lhe pediu ou ofereceu a vitória. Mas procurou-se e conseguiu-se convencer os livres-pensadores do mundo inteiro a aliarem-se com a França, para defenderem os anjos do *Direito*, da *Justiça* e da *Liberdade dos Povos*, contra o *Mafarrico Germânico*. O que falta a êstes teólogos e místicos de sinal contrário é a fé que anima os outros. Por isso não viram o *Direito* a empurrar os Alemães para além do Marne, nem a *Justiça* a travar a invasão segurando as rédeas da cavalaria alemã, nem a *Liberdade dos Povos*, «mais resplandecente que o Sol», a ensinar estratégia ao general Joffre...

XIII

Dois pontos de vista

Novembro de 1917.

HÁ tempos foi absolvida por um júri parisiense a infanticida Josefina Barthélémy, que se desculpou, alegando ter sido violentada por soldados alemães. O advogado concluiu a defesa por esta frase decisiva : «Antes a França morra, do que a vejamos perdurar pelo concurso do sangue alemão !» Mas nem todos os Franceses se deixaram convencer, tão facilmente como o júri do Sena, da vantagem nacional de suprimir pela violência francesa todos os filhos, verdadeiros ou presumidos, da violência alemã.

Um daqueles, Maurício de Waleff, protestou, recordando que os Franceses são quarenta milhões, com setecentos mil nascimentos anuais ; e achando que os receios de adulteração por doses tão homoeopáticas equivaliam a fazer demasiada honra à virulência do sangue alemão — e muito pouca à

do francês. Os animais sabem por instinto que o filho pertence à mãe. E na espécie humana, em que todo o peso enorme da educação virá somar-se ao da fisiologia, não pode admitir-se (de mais a mais contra o interesse nacional), que nove meses de maternidade contem menos do que nove segundos de paternidade...

Se é certo o que se ouve dizer à bôca pequena, talvez por parecer demasiado horrível para se pôr nos jornais franceses, os Alemães que retiram da França invadida estão dando razão plena às razões de Walleffe. Diz-se que a única profissão respeitada e até protegida pelo invasor, em terra francesa, tem sido a daquelas damas prestidigitadoras que ajudam os homens a bem nascer. Diz-se que a indústria destas senhoras é a única que tem prosperado nas regiões invadidas pelos Alemães; e diz-se agora, que ao retirarem-se sob a pressão das forças anglo-francesas, estes levam para a retaguarda, não só as mulheres novas, como já foi publicado, *mas também os bebésinhos do sexo masculino...*

Esta diabólica ideia de raptar as crianças depois de haverem serrado as árvores de fruto, mostra que os Alemães não tem

receio de fazer dos pequeninos meio franceses, ou inteiramente franceses, Alemães tão bons (?) como êles. Para depauperarem a França e reforçarem a Alemanha tudo lhes serve, incluindo a cultura extremosa do próprio sangue inimigo, que êles contam distilar mais tarde, convenientemente, no alambique da educação germânica.

E assim vão pondo em prática no século xx processos de guerra tão antigos como o rapto das Sabinas ou a instituição dos Jantzaros, emquanto os júris do Sena se embebedam com frases e glorificam patriôticamente as infanticidas francesas.

XIV

Alsácia e França

Setembro de 1918.

NA sessão da Dieta Imperial Alemã de 7 de Junho último, descrevendo a situação moral e política da Alsácia-Lorena, um deputado socialista da maioria governamental, o Sr. Hermann Wendel, saiu-se com esta :

«Se se fizesse hoje ali um plebiscito, a grande maioria dos habitantes pronunciar-se-ia em favor da França, por descontentamento».

E as paredes do pesado edifício parlamentar não vieram a terra, nem o deputado Wendel foi chamado à ordem. Mas há mais e melhor :

Poucos dias depois de proferido o discurso de Wendel, vários jornais alsacianos transcreveram uns após outros, como que por ordem superior, um artigo officioso des-

tinado a mostrar as razões políticas pelas quais se impõe inevitavelmente que a Alsácia (só a Alsácia?) continue alemã. E, à laia de resposta ao discurso de Wendel, o autor do artigo entendia que, *ainda quando a população, enganada e transviada, alimentasse com efeito a esperança de voltar a ser francesa, ainda nesse caso a Alemanha não poderia restituir ao mundo latino esse fragmento do solo germânico.*

¿ Porquê? Porque não devem devolver-se à França (continua o Alemão) populações vigorosas, que a tornariam mais forte. Porque o jazigo alsaciano de potassa, tirado à Alemanha e reentregue à França, libertaria a Inglaterra e a América do monopólio alemão.

Estas razões não teem nada que ver com a futura Sociedade das Nações, nem com o direito dos povos a disporem de si próprios. Mas há outras razões que teem muito que ver com a sociedade das nações alemãs, tal como a conhecemos desde 1870; e essas convém transcrevê-las aqui integralmente, traduzindo o mais possível à letra a citação que encontrámos no «Temps», incapaz, creio eu, de falsificar o texto original:

«Nós, Alemães, não poderíamos tolerar que os Franceses se instalassem de novo à beira do Reno, porque o gram-ducado de Baden achar-se-ia assim ao alcance dos canhões de Estrasburgo, e todos os países da Alemanha do Sul acabariam por se mover na esfera de atracção e de influência da França. No gram-ducado de Baden, assim como no Wurtemberg e na Baviera, os olhares procurariam mais o Ocidente que o Norte; tôda a architectura do Império se deslocaria por efeito da revivescência de velhos instintos particularistas dêstes Estados, cuja prosperidade de outrora não tinha outra origem senão a proximidade do poderio francês».

Bem sabemos que o alemão Wendel quis refinar a argumentação, e que um argumento refinado fica quâsi sempre um argumento falso. No em-tanto, como não há fumo sem fogo, estes dizeres teem sua importância. Vê-se dêles que não é só a Alsácia-Lorena, mas também o Wurtemberg e a Baviera, que precisam de jugo ou de antolhos para não perderem a decantada *deutsche Treue*. E vê-se principalmente que a França já lucrou alguma coisa com a

Guerra, pelo menos no sentido moral: já volta a ser capaz de atrair e dominar os seus vizinhos germânicos, depois de apodada de decadente e moribunda pelos poetas épicos do Pan-germanismo desenfreado.

¡Parabéns ao latinismo e ao *caos étnico*! Pêsames sinceros àquele idiota de além-Reno, que outro dia opinava muito a sério que o mundo não perderia nada, se Paris fôsse arrasado pelo esperançoso «Kronprinz.»

XV

Luto diplomático

O ministro da Gram-Bretanha em Sófia, quando a Bulgária interveio na Guerra, era, de-certo, habilíssimo diplomata, pois o *Foreign Office* inglês não manteria em momento tão grave e em ponto tão crítico um representante em cujos recursos não depositasse inteira confiança. A Bulgária tergiversou durante meses e acabou por tomar partido ousadamente contra a política militar que a Inglaterra estava fazendo, e com certeza dirigindo, na Bulgária. Não falta quem tenha visto neste resultado um cheque terrível à diplomacia inglesa, e, portanto, a condenação profissional dos agentes em que ela repousara os seus interesses; mas isto são juízos superficiais de quem esquece que os grandes agentes diplomáticos que actuaram nos Balcans desde o recuo das tropas russas, foram a Ameaça e o Mêdo; e que estes dois invencíveis Maetternichs estavam do lado da Alemanha, que naquele momento, como hoje

ainda, dava aos pequenos Estados balcânicos a impressão contundente de ser mais forte e de haver ganho a partida.

Há poucos anos o último representante inglês na côrte búlgara era ministro da Gram-Bretanha na capital de um país do ocidente da Europa, cujo govêrno o snr. Fallières, então Presidente da República Francêsa, foi visitar oficialmente. A côrte inglêsa estava de luto pela morte de Eduardo VII, e o diplomata inglês considerava-se por isso tão rigorosamente enlutado também, que chegou a pensar em abster-se de comparecer, ao lado de todos os seus colegas, na estação de caminho de ferro, onde o presidente Fallières se apeava. Tendo, porém, consultado o seu chefe e recebido dêste a ordem telegráfica de fazer como os outros fizessem, lá foi, afinal, mas sempre compenetrado do seu luto, e tão compenetrado, que a simples espera protocolar de um chefe de Estado estrangeiro, e de mais a mais amigo e aliado, continuava a parecer-lhe abusiva festa e tertúlia escandalosa. Tanto assim, que, quando o presidente Fallières chegou, e ao diplomata inglês tocou a vez de o cumprimentar, apressou-se êste a dizer ao primeiro magistrado da França :

— Je suis ici en mission très-spéciale de mon gouvernement; car, Votre Excellence le sait très-bien, nous sommes en deuil...

Ao que o snr. Fallières, um instante surpreendido, mas revelando imediatamente a visão rápida e clara da situação, a par do fine espírito de legitimo representante da França, respondeu com naturalidade:

— À qui le dites vous! *Nous* sommes en deuil!

E carregava fortemente no pronome, para indicar que o luto inglês era também d'ele, presidente da França aliada — e que não vinha a propósito...

Educação belica

BRUNO BARROSA

Sobre o modo de ensinar a ler e a escrever, com especialidade
que descreve a

TERCEIRA PARTE

OS ALEMÃES

Este livro contém a descrição da educação alemã, desde a infância até a universidade, com especialidade para a leitura e a escrita. O autor descreve o método de ensino utilizado nos países germânicos, com ênfase na importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo. O texto é escrito em português e é uma tradução de uma obra alemã.

Este livro é destinado a todos os que se interessam pela educação alemã, especialmente os professores e os pais. O autor descreve o método de ensino utilizado nos países germânicos, com ênfase na importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo. O texto é escrito em português e é uma tradução de uma obra alemã.

I

Educação bélica

Dezembro de 1914.

SOB o título de *grande heroísmo alemão* contou o «Times», com imparcialidade que lhe faz honra, o seguinte :

«Nos combates em tórno de Ypres, *apesar da falta de oficiais* e apesar da inexperiência, muitos soldados novos alemães, rapazes de 16 e 17 anos, afrontaram as nossas peças, marcharam com firmeza até às bôcas das nossas espingardas, vindo morrer aos magotes, sem a menor hesitação».

Tal é (comenta o «Times») o resultado de um século de disciplina nacional. E diz mais que, por discordantes que sejam os elementos componentes do Império Germânico, o certo é que todos e cada um foram educados para combater pela existência nacional, e os seus actos mostram com tôda a

evidência que para êles o grito de *Deutschland über alles* não é vão.

Está claro que não é vão, e muito menos o seria para rapazes de 16 e 17 anos.

Tenho aqui diante de mim um compêndio de história, que se lê nas classes dos ginásios alemães até pela altura dos 14 ou 15 anos, e que, portanto, ainda há dois ou três haveria servido de leitura aos jovens e rosados guerreiros a quem o «Times» alude com respeito. Pelo seu heroísmo em face do fogo inimigo, pela decisão hipnótica com que marchavam para a Morte, sozinho e sem oficiais a empurrarem-nos, vê-se que não tinham esquecido as suas leituras patrióticas da *Quarta* e da *Untertertia*: nem o texto onde puramente se parafraseavam os romances épicos medievais de Segisfredo e Gudruna, nem as sugestivas estampas, reproduções de quadros toscos e ingênuos, mas convincentes.

Aqui está, por exemplo, a scena típica em que Guálter de Aquitânia, Hagen de Tronje e Gúnter, rei dos Borguinhões, se reconciliam, depois de terem lutado, os dois últimos contra o primeiro. A formosa Hildegundes serve-lhes o vinho, e êles riem e chalaceiam felicíssimos, imediatamente de-

pois do combate em que Hagen perdeu um olho e seis dentes, Guálter a mão direita e Gúnter, uma das pernas.

A mão de Guálter, o olho de Hagen, a perna de Gúnter, está tudo ali, ainda espalhado pelo chão. A cabeça, o braço e a coxa, destituídos desses complementos, vêm-se empanados em linhos que pingam sangue. Os heróis mutilados bebem e conversam alegremente. Hildegundes, de pé no meio deles, segura a ânfora e devora com os seus olhos radiantes de orgulhosa felicidade o noivo triunfador e maneta.

Tudo isto é, segundo a nossa estética latina, pior do que bárbaro, porque é quasi imundo e repugnante. Mas parece que assim é que se fazem soldados; e que a nossa estética latina só tem à escolha desfazer os soldados assim feitos — ou fazer os seus da mesma maneira.

II

Novas profecias

Setembro de 1915.

A GORA appareceu nova profecia, relativa à marcha futura da Guerra. Diz-se que a Alemanha, logo que veja assegurada a posse de Riga, não insistirá no avanço para Oriente, nem procurará tão pouco romper as trincheiras occidentais, com destino a Paris ou Calais: romperá caminho para a Turquia, através da Sérvia e da Bulgária; deixará à Áustria o encargo de invadir todo o norte da Itália, e cuidará sobretudo de abrir por todo o Oriente da Europa e pela Ásia Menor uma estrada alemã que, partindo do Báltico, vá desembocar ao Golfo Pérsico.

Este programa é grandioso, mas a Alemanha não poderá executá-lo, por falta de pessoal. Ainda que a inacção de Ingêleses e Franceses no teatro occidental, em face das reservas alemãs ali entrincheiradas, se prolongue indefinidamente, (hipótese aliás con-

trariada pela actividade dos últimos dias); ainda que os Austro-alemães consigam sustentar por meses sem conta e com outras reservas o reflexo da offensiva russa na linha oriental; ainda que a attitude da Bulgária, apesar dos sacrificios que a Sérvia está disposta a fazer para reconstruir a liga balcânica, se desenhe afinal a favor dos Germanos e dos Turcos, abrindo caminho àqueles para virem em socorro destes — ainda que tudo isto aconteça, os impérios centrais não teem gente que chegue para alargar a tal ponto o diâmetro — ou o raio — da sua tremenda offensiva circular.

A posição militar da Alemanha e da Áustria assemelha-se um pouco à situação de um homem sujeito a qualquer daqueles supplicios mecânicos que Edgardo Poe inventava profusamente. Ameaçado pelo estreitamento gradual e concêntrico de um círculo de ferro e fogo à sua volta, êsse homem procuraria demorar ou travar a execução medonha, retesando os músculos do pescoço, defendendo o tórax pela distensão dos cotovelos, e fincando em baixo os joelhos ou os pés. Mas, ainda que lhe fôsse possível sustar assim a marcha do terrível aparelho, o que êle evidentemente não podia era fazê-lo recuar

para além dos limites atingíveis pelos seus próprios membros estendidos.

Nesta tragédia moderna da guerra europeia, não há dúvida de que a Alemanha é quem tem triunfado até aqui. E assim como a tragédia antiga triunfou com a teoria das três unidades, a Alemanha tem triunfado também graças à unidade do espaço, à unidade da raça, e à unidade de interesses. Se o círculo da sua resistênciã ou da sua ofensiva se alargasse tanto como querem as novas profecias, não seria possível conservá-las tôdas três, e a Alemanha experimentaria em-fim, ela também, a mais grave fraqueza com que lutam os seus inimigos, diversos, dispersos, e distantes uns dos outros.

III

Sôbre patriotismo

Setembro de 1915.

HÁ tempos, num cinematógrafo de Paris, o sexteto rompeu por alguns compassos de Beethoven, e logo um tenor da Ópera, que estava entre os espectadores, se exaltou em apupos à música bárbara. O auditório inteiro acompanhou a exaltação do patriota, estabeleceu-se um chinfrim muito maior que a Sonata, e a harmonia só se refez quando as rebecas resolveram miar as primeiras notas da «Marselhesa».

Semelhantemente, publicou-se agora, sob o título de «Philosophie et Kultur», certa brochura em que o autor, *mr.* Edmundo Laskine, reclama que de todo o ensino francês se expulse, como anti-patriótica, tôda a filosofia alemã. Kant, sobretudo, deve ser bandido, porque foi das suas ideias que se alimentou o pan-germanismo; e o estudo das ideias alemãs, sejam elas quais forem, excita

o orgulho insano da Alemanha, deprecia a civilização francesa em benefício da Alemanha, introduz nas escolas de França as doutrinas ou os métodos de Além-Reno, etc., etc., etc.

Não sei se no cinematógrafo se ergueu alguma voz, logo a seguir abafada, para defender Beethoven; mas vi que no *Temps* outro escritor francês, o snr. Paulo Souday, teve a coragem de objectar ao patriota Laskine estas duas frases do sr. Boutroux:

«Kant a découvert une conception nouvelle
«des choses dont l'examen s'impose dèsor-
«mais à quiconque veut philosopher. Sa
«doctrine n'est pas le reflet d'une époque,
«ni même l'expression de la pensée d'un peu-
«ple: elle appartient à l'humanité.»

E' sábio e prudente falar assim, porque só assim se poderá talvez evitar aos Franceses o trabalho ingrato de execrarem e admirarem, alternadamente, os produtos do génio alemão. Wagner foi pateado em Paris, ainda uns dez ou quinze anos depois dos desastres de 70. E os quinze ou vinte anos seguintes empregou-os a França conscienciosamente em habituar os seus ouvi-

dos patrióticos a prescindirem da «Marselhesa», de vez em quando, para saborearem em troca a música de Wagner. Pouco antes da Guerra o autor do «Parcifal» era já adorado em França a tal ponto, que em nenhum outro país do mundo se protestou mais alto contra a lei alemã da prescrição literária ou artística, segundo a qual aquela ópera ficaria sendo «res omnium» e poderia ser cantada, contra a vontade testamentária do Mestre, fora do templo de Bayreuth. Quer dizer: a França mostrou-se então, depois de ter pateado Wagner, mais wagneriana do que a Alemanha.

‡ Não seria, também neste ponto, muito mais sensato proceder como os Alemães, que adoptam como seus os génios alheios e com imperturbável convicção naturalizam alemãs tôdas as obras-primas da Humanidade? Neste mesmo momento, apesar do ódio à Inglaterra, as tragédias de Shakespeare estão sendo religiosamente apreciadas nos teatros de Berlim, porque os críticos, directores da opinião, decretaram com tôda a seriedade que o grande Shakespeare tem tôdas as características do génio alemão, e que o facto de um génio alemão nascer na Inglaterra, de pai e mãe inglêses, não tem para o caso a menor importância...

IV

Povos criminosos

Outubro de 1915.

É claro que o homem que longamente premedita a nossa morte e um dia, ao dobrar de uma esquina, nos fere pelas costas é, sem tirar nem pôr, um criminoso.

Acusam a Alemanha de não ter feito outra coisa, durante perto de cincoenta anos, além de preparar-se para a guerra. E é nesta longa premeditação, se não erramos, que se faz consistir o seu primeiro e maior crime. Mas a França, aliando-se com a Rússia e emprestando-lhe muito dinheiro, que em grande parte foi gasto na preparação militar, também premeditou a guerra. A Inglaterra, que aumentou incessantemente a sua armada e diplomáticamente atraiu a si a França, a Rússia, a Itália, ou se deixou atrair por elas, isolando a Alemanha e a Áustria, não fez pelo seu lado outra coisa senão premeditar a guerra, e por sinal

esta mesma guerra de agora, em que os partidos opostos se agrupam, na batalha, tais quais se tinham antes agrupado nas combinações da diplomacia inglêsa, mais hábil e mais certa que a alemã. Nem sequer falhou o colaboração do Japão remoto, nem a desagregação da Itália, desde longe trabalhada pela sapa britânica para se desviar sorrrateiramente da Tríplice Aliança.

— Pois sim, dizem uns. Mas a aproximação da Inglaterra, da Rússia e da França, foi meramente defensiva. A Alemanha é que as levou a buscarem-se e a unirem-se. Da Alemanha é que veio a iniciativa da ameaça, sem a qual a Europa inteira se não teria abandonado ao delírio dos monstruosos armamentos.

É característica de tôdas as bulhas esta quesília de nunca se apurar limpamente quem foi que começou a bulhar. Mas há aqui uma claridade que fere a vista, e vem a ser que os Alemães teem sido sem dúvida, no último meio século o mais bulhento de todos os grandes povos europeus. ¿Será então lícito afirmar, sôbre tal base, que foram também o mais criminoso?

É notável que em tôda a história, onde aliás há tantas e tão variadas histórias, fa-

la-se muita vez em soberanos ou govêrnos criminosos; mas a respeito de povos criminosos não parece que lá se encontre mais que um, e êste mesmo, o povo judaico, é assim classificado, não pela chamada verdadeira história, mas por uma história especial, de partido ou de seita. Ora isto permite desconfiar que haja também sectarismo na sentença que fulmina por criminoso todo o povo alemão, de uma assentada. Se foi êle que começou a trabalhar para a bulha, atalhassem-lhe os outros o preparo a tempo, como faz quem tem olhos e um vizinho bulhento. Se o labéu de criminoso é para o govêrno alemão e não para o povo, então peço o adiamento da sentença.

Como a bondade dos govêrnos só pode medir-se pela prosperidade e bem estar dos governados, esperemos que finde a Guerra, porque o govêrno criminoso será por fôrça aquele que não tiver sabido conduzir o respectivo povo à vitória.

Artigo enérgico

Outubro de 1915.

MR. Paul Stapfer, decano honorário da Universidade de Bordéus, tem publicado numa revista suíssa — a *Bibliothèque Universelle*, de Lausana — uma série de artigos, sob o título de *Les leçons de la guerre*. O quarto dêstes artigos determinou o arresto judicial, por mandado vindo de Berna, de todos os exemplares do número de Setembro — caso raríssimo nos anais da imprensa helvética, que foi sempre das mais livres do mundo e das menos capazes de abusar de tanta liberdade.

¿ Abusaria ela desta vez, a ponto de justificar a intervenção violenta do poder federal? O snr. Paulo Stapfer dizia no artigo incriminado, referindo-se a Guilherme II da Alemanha: «Haveria um único meio de satisfazer a justiça sem lavar a terra em torrentes de sangue: era obrigar o principal culpado a pagar por todos os outros. O

juízo público e solene perante um tribunal europeu, seguido da execução capital do bandido coroado que cometeu o maior crime da História contra a paz do mundo, contra a prosperidade material, contra o reinado do espírito, contra a civilização e a verdadeira cultura humana — causar-nos-ia tão grande alívio, que, no contentamento de tal libertação, poderíamos absolver os cúmplices e os instrumentos desse miserável...»

Não há remédio senão concordar que o artigo é, pelo menos na forma, um pouco forte. *Bandido e miserável* são expressões violentas que o governo da Suíça neutral não podia, em boa verdade, deixar circular dentro das suas fronteiras, com enderêço ao soberano de um país estrangeiro. Por isso a revista onde êle devia publicar-se, foi apreendida, donde aliás resultou, como sempre acontece, que o Leitor está saboreando neste momento os dois vigorosos insultos a Guilherme II, mais fãcilmente do que sucederia se a intervenção oficial não tivesse chamado para o artigo a atenção do mundo inteiro. E assim o mundo inteiro pode ver sem surpresa (porque é isto o que se dá quási sempre) a desproporção fla-

grante entre a violência na forma do artigo incriminado e a sua moleza essencial. O que ali se pede, afinal, é que o soberano alemão seja julgado por um tribunal — coisa mansa e pouca a que o próprio réu assentiria de bom grado, se, é claro, os juízes fôsem da sua própria escolha, e não da dos seus inimigos. É claro também que o autor do artigo quer um tribunal que julgue, não como entenda, mas como êle, autor, entende: um tribunal que condene à pena máxima. Desejo bem compreensível num Francês, ou num amigo da França; mas desejo frouxo e mesquinho, em todo o caso. ¶ Para quê juízes, processos, audiências, libelos, debates, sentenças e carrascos—tôda uma complicada máquina judiciária, com o mandato imperativo de matar? ¶ Não seria muito mais simples, e ao mesmo tempo muito mais enérgico, vencer o homem, apanhá-lo, segurá-lo bem—e dar cabo dêle como calhar?

O artigo é forte na forma; mas, na essência, é fraco, porque se inspira no Direito, e não na Fôrça. O único homem capaz de escrever hoje um artigo verdadeiramente forte, a respeito do imperador Guilherme, chama-se Joffre. Mas parece que tem, por emquanto, pouca tinta. . .

VI

Diplomacia e estratégia

Novembro de 1915.

O *Commercio do Porto* transcrevia há dois dias, do órgão de Clemenceau, a explicação dos motivos por que Mr. Delcassé, ministro dos negócios externos de França, pediu e obteve, em momento tão grave, a demissão do mais importante cargo do Estado. (Noutras circunstâncias o cargo mais importante seria o de generalíssimo; mas, sendo Joffre, como já lhe chamámos de outra vez, o Napoleão da Inércia, o chefe da diplomacia tem, a-final, mais e melhor que fazer do que o do exército, nesta guerra paradoxal em que os soldados estão parados e os diplomatas não descansam, no esforço de atrair os neutros e de ameaçar os hesitantes).

Delcassé é grande patriota e o verdadeiro ou principal fautor da aliança com a Rússia e a Inglaterra. Demitiu-se no preciso momento em que a situação balcânica se

agravou terrivelmente para os Aliados, pelo alistamento da Bulgária ao lado dos impérios centrais. E adivinha-se que o fêz por entender que o destino dos Balcans e o próprio resultado da Guerra no teatro oriental interessam mais à Rússia e à Inglaterra, do que à França; por julgar de-certo que, se a Sérvia invadida é digna de tôda a simpatia, a França está também invadida e há mais tempo; e que, portanto, o esforço e o sangue francês deviam antes concentrar-se cada vez mais para defender o mais próximo interêsse francês, em vez de espalhar-se na defesa dos interesses próximos da Rússia, patrona dos Eslavos, e da Inglaterra, senhora de Suez, do Egito e da Índia.

Delcassé não foi ouvido, e as tropas francesas estão combatendo ao lado das sérvias. Só o futuro pode dizer quem teve razão; mas o presente diz desde já claramente que muito boas razões tinha a Alemanha para promover esta «sub-guerra» balcânica, onde os interesses dos seus grandes adversários são diversos, e até opostos, o que já está contribuindo para os desunir, podendo até acontecer que desagregue algum dêles da mole até aqui resistente e compacta.

A aquisição da Bulgária, a paralisação timorata da Grécia, são evidentes vitórias diplomáticas da Alemanha, pouco habituada a triunfar neste campo. Mas não é preciso, para explicar êsse triunfo, recorrer a complicações rocambolescas, como aquela tenebrosa história de ter a rainha da Grécia, irmã do imperador da Alemanha, desviado, do quarto do seu marido doente, o plano do ataque franco-inglês aos Dardanelos. A Alemanha venceu ali a partida diplomática, aproveitando simplesmente do êrro dos contrários, que não pensaram em isolar a Turquia a tempo e horas. E venceu também pelo prestígio da sua fôrça triunfante, convencendo o Coburgo búlgaro de que o êxito germânico no teatro oriental é sólido e decisivo. Vitórias diplomáticas verdadeiras são as da simples habilidade, tantas vezes desarmada e fraca. As da fôrça retumbante e invasiva constituem, neste caso, vitórias militares indirectas. Os soldados da Bulgária moveram-se em consequência da estratégia, e não da diplomacia alemã...

VII

A arte mais fácil

Dezembro de 1915.

LORD Kitchener declarou que a Inglaterra já tem prontos quatro milhões de soldados e os recursos precisos para armar e municiar seis milhões de Russos. Combinando esta notícia com a relativa inação do exército inglês ao norte da França, consolida-se em nós a persuasão de que a Inglaterra se guarda e se poupa, ao mesmo tempo que a Alemanha se fatiga e se esgota. E, assim, apesar dos impérios centrais haverem tomado e mantido até aqui as vantagens da iniciativa e da vitória, não eusta acreditar que a serenidade britânica acabe afinal por vencer a fúria germânica.

Se a Alemanha tivesse conseguido realizar com êxito a campanha fulminante que havia planeado, a Guerra acabaria normalmente dentro das calhas de lógica sôbre que as nossas previsões assentavam, e a principal das quais era a esmagadora supe-

rioridade militar dos Alemães. Prolongada afinal a luta por meses e por anos, precisamos de ter a fôrça de raciocínio necessária para desentalar as nossas cabeças de dentro dos trilhos de ideias, feitas sob a vigência de factos e circunstâncias que duraram muito tempo, mas que o malôgro da acção brusca e rápida voltou inteiramente do avêso.

Inglêses e Franceses já compreenderam que cada dia e cada mês que passa diminui aquela superioridade inicial germânica, e tende a nivelar pouco a pouco as fôrças combativas dos dois partidos; mas não haverão talvez percebido ainda que o mais forte e mais útil factor dêsse nivelamento não é exaustão gradual da Alemanha, em que tanta vez falam e com que tanto contam: — é a própria natureza da Arte Militar, que foi a primeira e continua sendo hoje, a-pesar de tôdas as aparências contrárias, a mais rudimentar e, portanto, a mais fácil de tôdas as artes humanas. No fundo dela, por mais que a dignifique ou complique o aparelho scientifico, está e há-de estar sempre a Fôrça — a fôrça física simples, selvagem e bruta. Natural, espontânea, inata no homem, é a arte da guerra a que mais lenta-

mente se desaprende, e a que se reaprende mais de-prensa. E por muitos manuais ou tratados que se escrevam sôbre ela, os seus elementos fundamentais hão-de ser no século xxx, como já eram na Idade da Pedra Lascada, o número, o tempo e o sangue-frio.

Com êstes três factores, se conseguirem reuni-los e aproveitá-los, os Aliados acabarão por vencer a Alemanha ; e a Alemanha há-de ter saudades amargas dos anos de intelligência e de paz em que era superior a êles por motivos mais transcendentés e mais difíceis, que os de bater, matar e destruir...

VIII

Guerra e finanças

Dezembro de 1915.

O famoso e autorizado *Economista* inglês calcula em um dos seus últimos números que a Guerra está custando à Inglaterra 1:800 milhões esterlinos por ano. E o moço e genial financeiro que dirige o tesouro imperial alemão, o dr. Helfferich, no seu último discurso parlamentar, fixou em 2:225 milhões de marcos, números redondos e com tendências progressivas, os gastos militares mensais da Alemanha.

Temos, pois, se êstes números são, não diremos exactos, mas semelhantes à verdade — que as duas nações que a-final de contas estão em guerra (pois quási tôdas as outras, por muito que se estejam sacrificando, não passam de pobres e humildes comparsas) gastam por dia perto de nove milhões esterlinos, cabendo à Inglaterra cinco milhões e à Alemanha perto de quatro.

Estes números são tão extraordinários, que, para os compreender, é necessário reduzi-los a unidades bem graúdas e bem conhecidas. Por exemplo: em quatro dias gasta a Alemanha com a Guerra tanto como Portugal gasta num ano, com tôdas as despesas do Estado. Ou: num só mês de guerra dispende a Alemanha o que todos os gastos do Estado português consumiriam, pela bitola normal de agora, em sete anos e meio.

Por muito que esta gigantesca deslocação de capital se faça dentro do próprio país e apenas de umas para outras algibeiras, receiam muitos que seja êste o fundo roto por onde a guerra se esvairá em breve, e por onde começarão a infiltrar-se facilmente, como branco vapor levantando-se de um mar de sangue, os ansiosos desejos da paz que se vêem crescer por todo o mundo e entre todos os beligerantes.

Mas, infelizmente para a Alemanha, o genial snr. Helfferich já não pode dizer hoje aquilo de que ainda há quatro ou cinco meses se gabava com razão: já não pode dizer que a maior parte do dinheiro que a Guerra sorve à Alemanha fica dentro da Alemanha. O derivativo balcânico trouxe

consigo êste gravíssimo inconveniente para as finanças imperiais e, portanto, para o futuro da Guerra, do ponto de vista alemão. Como a Inglaterra, a Alemanha tem agora de repartir o seu precioso oiro com estranhos colaboradores. De pior partido do que a Inglaterra, a Alemanha tem menos para dar e tem de dar mais, pois que Búlgaros, Turcos, Árabes, Persas e Índios (quando a vez lhes chegasse) estão mais desprovidos para a guerra do que Franceses, Russos e Italianos.

Até prova em contrário, a Alemanha, estilhaçando a Sérvia com desespêro de touro encurralado, rompeu o cêrco em seu próprio desfavor.

IX

Brinquedos de guerra

Janeiro de 1916.

CONSTA que já fêz a primeira aparição no céu da Hélada o admirável conde de Zeppelin, com a sua companhia de balões amestrados em alta-escola. Depois de se terem apresentado ao respeitável público de Paris e Londres, grandes capitais, começam agora, como era natural, a exhibir-se pelas províncias.

Não me pesa na consciência haver acreditado alguma vez na eficácia decisiva, ou mesmo indecisa, dos admiráveis brinquedos automáticos que a Alemanha tem exposto, durante a guerra actual, aos olhos arregalados dêste grande bêbé a quem nós baptizámos com o nome sonoro de Humanidade. Quando os Alemães anunciaram ao mundo, em principios de 1915, que iam esfomear a Inglaterra com os seus peixinhos mecânicos, logo pensei, e disse aqui mesmo: «Para conquistarem a Gram-Bretanha, para des-

truírem o poderio naval inglês, só têm submarinos, Zeppelins, muito ódio e as ameaças do almirante von Tirpitz. Total: pouca coisa:» Passado um ano, vejo com prazer que a minha soma estava certa. Os Ingêses fizeram naturalmente aos peixinhos alemães o que estava indicado que fizessem: pescaram-nos à rêde, ao anzol, ao corrico ou ao candeio, conforme calhava; e continuaram a almoçar e a jantar tranqüilamente.

Quanto aos balões sábios, êsses nunca tentaram actuar (a não ser na cabeça esquentada do snr. Vasquez de Mella) como armas de guerra propriamente ditas: quizeram, sim, influir no ânimo das populações parisienses e londrinas, assustando-as, enervando-as, a ver se elas reclamavam dos governos de França e Inglaterra uma paz conveniente à Alemanha. Não eram, pois, instrumentos guerreiros, mas auxiliares diplomáticos alemães. E, como bons diplomatas alemães, enganaram-se redondamente, errando de todo as contas psicológicas que haviam feito, e provocando efeitos opostos aos que buscavam.

Agora o submarinos e as aeronaves abandonam os principais teatros bélicos, onde

fizeram fiasco, e vão procurar o aplauso dos barracões do arrabalde oriental. E' bom lembrar-lhes que os mares e céus que emolduram e toldam a Grécia não são tão basbaques como a Alemanha parece supor. Uns e outros teem visto maravilhosas coisas, a começar pelas navegações extraordinárias do almirante Ulisses, mais astuto que o seu colega von Tirpitz; e a acabar no tombo-mestre de Icaro, filho de Dédalo e antecessor de Zeppelin.

Á ÚLTIMA HORA

Depois de escrito êste artigo, chegam notícias de haver voado sôbre Paris um Zeppelin que matou sete pessoas, ou seja, para uma população de dois milhões de habitantes, uma porcentagem de três déimas-miléssimas de estrago mortal. Continua, portanto, o snr. Conde a não valer o que custa, e o seu brinquedo a não se poder tomar a sério.

X

Branços e pretos

Janeiro de 1916.

SE bem que o alemão Chamberlain pretenda demonstrar que Jesus Cristo era alemão; se bem que a Alemanha seja ainda, de nome, uma nação cristã, a verdade é que, compenetrada de uma missão superior de povo eleito, aquela grande nação mudou de deus e mudou de religião. Os Evangelhos rezam, certamente, que Jesus Cristo disse, mais ou menos como Guilherme II diz agora: «Eu trago a espada, e não a paz». Mas a espada trazida por Jesus era antes abstracção da sua linguagem parabólica, do que instrumento de conquista e domínio. O seu reino não era dêste mundo, e a Alemanha quer fazer dêste mundo uma colónia sua. Jesus fazia guerra aos fortes em nome e em benefício dos fracos, ao passo que a Alemanha exerce a sua fôrça em seu próprio proveito e pretende

suprimir ou subjugar os inferiores, que ela mesma nomeia como tais, a título de uma superioridade com que a si só se condecorou. O deus alemão já não é, portanto, o Deus cristão e humano: é um deus de tribo, como o Jeová de Israel, feroz, combativo e assassino.

Convém no em-tanto dizer, em abôno e descarga do pecado alemão, que êsse deus local e caduco é também eterno e universal. Foi em nome de Cristo que a Europa fêz as Cruzadas e as guerras de religião; mas foi Jeová quem verdadeiramente inspirou os homens da Idade-Média a cevarem-se no sangue de outros homens de raça ou crença diversa. Foi em nome de Cristo que os Portugueses e os Espanhóis, rompendo a virgindade dos Oceanos, levaram a sua língua às novas terras; mas foi Jeová quem os armou para chacinarem os Índios e os Negros. Foi em nome de Cristo que os Inglêses alastraram de Bíblias o Oriente; mas a sua verdadeira divindade era ainda o velho e eterno Jeová, quando êles se aliavam à peste e à fome para melhor dominarem o Indústão, e na América foram scientíficamente destruindo a raça dos Peles-Vermelhas.

Mais tarde as palavras mudaram, sem que as coisas mudassem. Jesus Cristo passou a chamar-se a *Civilização*; as Cruzadas, hoje, dão pelo nome menos poético de *Política Colonial*. Mas, na essência, não há nada de novo: são sempre os povos eleitos, impondo a sua lei aos precitos; sempre a superioridade própria, legitimando a ocupação da terra alheia. Na essência, esta guerra europeia não passa de uma guerra colonial, aumentada e deslocada em nosso desfavor dos terrenos em que fazíamos e víamos fazer as guerras coloniais anteriores. A doutrina alemã não é nova, nem original. Original e novo é sentirmo-la aplicada à nossa pele. Belgas, Franceses, Inglêses, Latinos, defendamo-nos bem, mas não com indignações e com frases. Defendamo-nos melhor dos Alemães do que os pretos se tem defendido de nós, visto que os Alemães deitaram abaixo a máscara que tão bem nos tem servido nas guerras de Ultramar, e nos dizem hoje face a face: — Só na Alemanha há brancos, e os pretos, agora, são vocês!

XI

Filosofia da Fôrça

Fevereiro de 1916.

I NGLÊSES e Franceses, nos seus escritos de propaganda e de protesto contra a Alemanha, não cessam de pintar-lhe o gênio agressivo, o impulso belicoso, o seu desprezo do direito internacional, a sua desumanidade sistemática. Historiadores, filósofos, tôda a gente que em França e em Inglaterra pensa e escreve, ocupa-se agora a demonstrar que os Alemães se collocaram em opposição diametral com o resto da Humanidade, aceitando primeiro e executando depois, pela fôrça das armas, os princípios ou doutrinas de Treitschke, de Lamprecht, de Bernhardi, de Chamberlain, de todos os prègadores e profetas do imperialismo germânico.

Êsses princípios ou doutrinas fazem, não há dúvida, arripiar os cabelos a quem tenha alta consciência moral; mas, encarados como aquilo que realmente são, isto é: como

receitas práticas de política internacional, o que êles sobretudo fazem é crescer a água na bôca a quem não tenha fôrça para os aplicar.

O *Estado é potência*, disse Treitschke. ; Mas foi só êle que o disse? ; A França e a Inglaterra não se chamam *potências*, e até *grandes potências*, a si próprias? ; E não querem elas dizer com isso que existem, em contraste, estados impotentes, ou menos potentes, cuja função mais interessante para elas consiste exactamente em não as incomodar, ou em servi-las?

Mas os inventores e arautos do Pan-germanismo professaram monstruosidades horribéis. Disseram que os tratados internacionais só se compreendiam para serem cumpridos *rebus sic stantibus*, isto é: emquanto durarem as mesmas circunstâncias, isto é: emquanto não valer mais a pênna quebrá-los, que cumpri-los. Disseram, reabilitando Maquiavel e plagiando os Jesuítas, que os fins justificam os meios; que o dever do estadista é salvar o Estado, e que todo o mundo em seguida aprovará o que houver sido feito para o salvar. Disseram que, embora o dever cristão fôsse, para o indivíduo, o sacrificio próprio a um fim mais elevado, êsse

dever não existe para o Estado cristão, porque em tôda a seqüência da história universal nada se encontra mais alto que o Estado. E concluíram de tudo isto, com tôda a lógica e com tôda a franqueza, que a moral é feita para a pequenina gente que passa a vida a fazer pequeninas coisas; e que a dita moral se tem de tornar mais política, se quiser que a política se torne mais moral.

São estas, em resumo, as grandes bases da filosofia imperialista da Alemanha. O estribilho *Deutschland über alles, Alemanha acima de tudo*, envolve-as em três palavras. As iniquidades e atrocidades cometidas na presente guerra mostram-se como outros tantos corolários imediatos de tal doutrina. Mas, se as suas bases positivas são as que ficam ditas, convém não perder de vista que a sua base principal é outra, e é negativa. Uma filosofia de valentão ambicioso, como a alemã, baseia-se principalmente na fraqueza alheia, na impotência e decadência dos rivais ou dos concorrentes. Se êstes, contra o que a Alemanha pensa, forem fortes e a vencerem, a sua filosofia política internacional reformar-se há como por encanto, e passará a basear-se no Direito, — e não na Fôrça.

XII

Raças de arribação

Fevereiro de 1916.

A CABO de reler aqueles versos de Tennyson em que o grande poeta, ao mesmo tempo que desenha lapidarmente o elogio da Inglaterra, como nação e instituição, se confessa atraído para os países do Sul, onde a beleza e doçura do clima fazem perdoar a incurável desarrumação da política.

No poema de Tennyson revela-se o mesmo sentimento que inspirou as duas admiráveis quadras de Henrique Heine e que nestas se encontra expresso pela ânsia anelante, langorosa e triste do pinheiro que sonha, entre os gelos do Norte, com a palmeira do Sul.

E estas duas poesias tão curtas resumem para mim, neste momento, muitos séculos de história da Europa e uma filosofia inteira das pavorosas guerras actuais.

O ilustre professor francês E. Durkheim

concebeu a respeito do pan-germanismo uma filosofia lapidar; mas não creio que tenha penetrado a essência tão simples do fenómeno. Para elle, como para os próprios Alemães, a raça germânica julga-se fadada para dominar as outras; mas, ao passo que os Alemães, naturalmente, consideram justo e natural êsse desejo, o Francês attribui-o a uma hipertrofia mórbida da vontade, a uma espécie de mania do querer, incapaz de aceitar as necessárias dependências, fundadas na natureza das coisas. E felicita-se assim: «A França e os seus aliados devem, portanto, confiar; porque não há maior fôrça do que ter por si a natureza das coisas, que ninguém contraria impunemente». E' certo. ; Mas, quem contrariará mais a natureza? ; Serão os Alemães, propondo-se realizar *uma ambição desnatural?* ; Ou será o professor Durkheim, considerando mórbido, anómalo e, portanto, desnaturado, o formidável impulso germânico? A ambição é uma pura contingência; mas o impulso é um facto contundente. Atribuir êsse facto à loucura colectiva de uma raça, nada explica — e tranquiliza ainda menos. Se a Natureza não é então uma vasilha muito mais pequena do que a gente supunha, dentro dela cabem tão

bem as dezenas de milhões de Alemães enlouquecidos, como as dezenas de milhões de Ingêleses e Latinos ajuizados.

Há aqui um evidente mal-entendido, que os sábios de tôdas as raças em conflito cada vez enredam e complicam mais. E os primazes da intelectualidade alemã, que assinaram o famoso manifesto, não nos pareceriam tão pouco intelectuais, se nos houvessem dito simplesmente:

«Assim como as cegonhas alemãs emigram no inverno para o norte da África, e as andorinhas europeias voam para o Egito e a Àsia, mal apontam os primeiros frios — assim nós, homens do Norte, «puxamos» irresistivelmente para o Sul. Desculpem v. exc.^{as} os terríveis incómodos que lhes causamos; mas... ; não temos volta a dar-lhe!»

XIII

Os «pequenos Estados»

Março de 1916.

EM certo sentido, o maior responsável da guerra actual é a Inglaterra, ou, mais restritamente, a política inglêsa dos últimos vinte anos, e a diplomacia inglêsa das últimas vinte horas *ante bellum*. *The policeman of the West*, como a Inglaterra se chama a si própria; *the special constable of European life*, como ainda agora lhe chamou o irlandês Shaw — adormeceu no seu pôsto, deixou manobrar e preparar-se à vontade o salteador germânico, e assim traiu a Bélgica e a Europa inteira. Depois da casa roubada serviu-lhe então de tranca um pobre pequeno povo, sem nenhuma piedade e sem nenhum escrúpulo. Ora eu não sei se devemos detestar mais o gatuno que exerce a sua natural função de gatuno, se o polícia que atraiçoa o seu dever moral de polícia.

O sentimento actual da Inglaterra e da Fran-

ça, e, reflexamente, de muita gente boa e simples, pela triste sorte da Bélgica, é um sentimento de compreensível e justa gratidão: «¡O seu sublime sacrificio salvou a Europa inteira!» É possível; mas não está ainda provado, nem tão cedo poderá provar-se. O que é certo é que salvou a Inglaterra de ter agora a Alemanha em Calais, e a França de a ter em Paris. Compreendo, pois, que a Inglaterra e a França sejam gratas à Bélgica, mas não posso perdoar-lhes que precisem de o ser. E, sobretudo, não posso compreender que se me estranhe, como crítica dos factos, a falta de uma gratidão adocicada, romanesca e choramigas, a mim que nada lucrei com o infame *sublime sacrificio* da Bélgica e, ainda que tivesse lucrado com êle, o não accitaria nunca, e preferiria morrer, a que a Bélgica morresse por mim.

¿ Salvou a Europa inteira? ¿ Salvou a Humanidade? ¿ Salvou o Mundo? Vão prègar isso a outra freguesia, em-quanto me não convencerem de que o grande Prussiano já está bastante grande para engolir a Europa, a Humanidade e o Mundo. A Europa, a Humanidade e o Mundo hão-de engoli-lo a êle, e sem darem por isso, e sem que êle dê

por isso, e tanto melhor e mais depressa, quanto mais o terrível Prussiano escancarar a bôca para os engolir.

A Bêlgica salvou apenas — se salvou — aqueles que a abandonaram e a traíram, com a única atenuante de se haverem, do mesmo passo, abandonado e traído a si próprios. Salvou aqueles que abandonaram e traíram a Sérvia, o Montenegro, a Arménia e a Polónia. Salvou aqueles que enchem a bôca, agora, com o princípio das nacionalidades, não porque sinceramente o amem, mas (como prova a sua história e a sua política antiga e moderna) porque oportunamente lhes convém. Salvou aqueles que fazem hoje a côrte aos pequenos Estados, porque os «pequenos Estados», são o que ainda resta, na Europa, de neutral ou de semi-neutral; e porque alguns doutos palermas alemães ameaçam os «pequenos Estados» e os proclamam inúteis ou precitos, sem se lembrarem de que estão comprometendo assim, estupidíssimamente, a sua causa de hoje; sem se lembrarem, os sábios desnorteados, da sua própria história de ontem, onde aprenderiam fàcilmente que a grandeza germânica é feita, sobretudo, da enormidade moral dos pequenos Estados

que a compõem; sem se lembrarem de que a Alemanha nunca foi maior, nem honrou melhor a humanidade, do que no tempo em que os Hans Sachs e os Lutero; os Holbein e os Dürer; os Gutenberg e os Kant; os Lessing, os Schiller e os Goethe; os Herder, os Schlegel e os Fichte, os Beethoven e os Wagner, brotavam como flores magníficas, dêsse jardim de pequenos canteiros que a Alemanha era então, sem muros de ferro e fogo a tôda a volta.

XIV

Ironia da História

Junho de 1918.

CONTA mr. Thiers, nas suas memórias, que em 1870 se dirigiu a Versalhes, onde estavam os Prussianos, com o fim de pedir a Bismarck armistício de 25 dias, para proceder a uma consulta à Nação francesa.

Bismarck e Thiers chegaram a acôrdo sôbre todos os pontos, menos um: o reabastecimento de Paris. Percorrida com os olhos a nota das comedorias que o ministro francês julgava necessárias para alimentação da cidade durante o prazo do armistício, Bismarck exclamou, levantando os braços ao ar:

— ¡Impossível! Se nós vos concedêssemos tanto, poderíeis viver mais dois meses e nós teríamos de passar aqui o inverno. Não: *preferimos esperar o fim dos vossos abastecimentos.*

Por outro lado, nas *Memórias de Bismarck*, recolhidas por Busch, encontram-se as seguintes observações: «O melhor siste-

ma para fazer ceder os Parisienses seria dar-lhes provisões, depois deixá-los morrer de fome, depois dar-lhes outra vez provisões. E' o sistema das bastonadas. Aplicado ininterruptamente, acaba por não fazer efeito; mas quando se suspende o procedimento por algum tempo e depois se volta a praticá-lo, o resultado é maravilhoso».

Mais adiante:

«Creio que Paris se renderá pela semana que vem. Logo a seguir à capitulação reabasteceremos a capital; mas é preciso que ela nos entregue prèviamente 700:000 espingardas e 4:000 canhões, sem o que não deixaremos entrar nem um bocado de pão. Ocuparemos os fortes de cintura e poremos os Parisienses em regime de dieta, até que êles hajam fechado connosco uma paz que nos satisfaça».

Êstes e outros lugares selectos muito conhecidos veem realmente a propósito, para confronto com o seguinte trecho da nota em que a Alemanha respondeu aos Estados-Unidos, justificando a guerra submarina:

«O govêrno alemão não pode deixar de exprimir uma vez mais o seu desgosto, ao ver que os sentimentos humanitários do

govêrno americano se manifestam com tanto calor a respeito dos Inglêses, vítimas da guerra submarina, e não se manifestam com calor igual em favor de numerosos milhões de mulheres e de crianças condenadas à míngua de alimentos, pelas intenções abertamente declaradas do govêrno britânico, a fim de que os tormentos da fome, experimentados pelos não-combatentes, obriquem a uma capitulação humilhante as tropas vitoriosas das potências centrais».

Com efeito há enorme diferença entre esfomear perto de três milhões de Parisienses, como fez Bismarck, e esfomear vinte ou trinta milhões de mulheres e crianças alemãs, como pretende fazer a Inglaterra. A diferença é enorme, e tôda a favor da Alemanha: consiste em que a pretensão da Inglaterra parece muito mais difícil de realizar que a de Bismarck. Fora disto, não há diferença nenhuma entre os dois casos. As mulheres e as crianças alemãs teem, pelo número, direito a comer mais que as parisien- ses; mas, ao contrário do que finge pensar o sucessor actual de Bismarck, não teem, pela qualidade, mais direito a comer do que os sitiados de 1870.

Quando se diz a verdade

Julho de 1916.

As três potências protectoras da *independência* da Grécia *obrigaram* a Grécia, pela ameaça e pela força, a modificar em poucas horas a sua política interna, de acôrdo com as conveniências militares delas próprias, *potências protectoras da independência da Grécia*. Fizeram, com isso, muito bem; e fizeram o mesmo que eu faria no lugar delas, com a diferença, apenas, de que eu já o teria feito há muito mais tempo.

Pão, pão; queijo, queijo. Mas, ¿ porque invocou o trio das potências, no preciso momento em que atentava violentamente contra a independência grega, a sua qualidade de protector dessa mesma independência? Pelo triste e lamentável motivo de que nós, humanidade, somos um todo constituído principalmente por miríades e miríades de parvos, a quem satisfaz tudo o que é Torto, sob a condição de lhe chamarem Direito.

Na sua actividade oratória dêstes dois anos que já durou a guerra, teve o chanceler alemão, em meio da sua forçada hipocrisia oficial, alguns relâmpagos de simpática franqueza. Um dêles foi quando, para desculpar ou justificar a Alemanha de haver invadido a Bélgica, Bethmann-Hollweg apresentou o aforismo de que a «necessidade não conhece leis».

Chamaram-lhe logo cínico, como é uso chamar-se a todos os que abertamente dizem as verdades mais incompatíveis com o nosso entranhado gosto da hipocrisia. E êle perdeu com efeito, nêsse momento, uma excelente ocasião de ser hipócrita. Como bom Alemão, mal educado pelos Bismarck, pelos Treitschke, Bernhardi, Bülow e outros que tais valentões, ignorou a psicologia humana, que a Alemanha aliás supunha ter estudado a fundo, pelo simples facto de lhe haver dado o nome bárbaro de *Volkspsychologie*. Cometeu a imprudência crassa de proclamar antes da vitória o aforismo de que a *fôrça prevalece sôbre o direito*, aforismo que a derrota completará desagradavelmente desta maneira: . . . *mas não sôbre uma fôrça maior*. Esqueceu-se de que a verdade só se diz quando já não é preciso encobri-la, isto é: nem sequer depois de morto.

XVI

O «Boche»

Agosto de 1916.

UM amigo meu, negocianté no Pôrto, está aqui a banhos em Leça da Palmeira e faz-se acompanhar assiduamente de um *Dachshund* ou *Dackel*, um daqueles disparatados perros alemães de pernas curtas em espiral, mistos de cão, de lagarto e de foca.

Ou porque receia ver-se incluído na *lista negra* inglêsa, ou para evitar que o govêrno portugûês lhe mande o *Dackel* para o campo de concentração dos Açores, pretende e sustenta o meu amigo que o animal é portugûês de lei, invocando em refôrço a mais complicada genealogia canina, tecida de subtilezas jurídicás e de romanescos episódios.

A gente ouve-o, e sorri do seu esfôrço ingênuo e inútil. Não há meio de naturalizar um *Dackel*, e muito menos de o desnaturalizar. Como a cabeça do Prussiano, como o

bamboleio da Espanhola, como a rigidez da Inglesa, o corpo do *Dackel* é um certificado vivo de origem, e um indelével estigma de nação. O *Dackel* é alemão, e só alemão e sempre alemão, como a filosofia de Kant, a música de Wagner, o chouriço de Francfort e a aspirina de Bayer. E o *Dackel* do meu amigo X. . . , que há quatro anos veio de Hamburgo com o nome de *Peter*, não ganha nada em chamar-se agora *Zeca*, para não parecer espião.

Há dois dias, na praia, *Zeca* apareceu a rastejar com as pernas, a barriga e o focinho. Para arreliaarmos o dono, logo cumprimentámos o animal na sua língua :

— *¡Guten Tag, Zeca! ¡Gib Pfötchen, Zeca! ¡Komm' hier, Zeca! . . .*

E *Zeca*, manifestamente encantado e pan-germanista, teria saltado de alegria, se isso lhe fôsse possível com aquela abundância de corpo e aquela falta de pernas. Incapaz de elevar-se da terra, *Zeca* desforrou-se, percorrendo-a em todos os sentidos e procurando, no extenso areal onde não havia sombra, o seu definitivo lugar ao sol. Sentado em face do mar, filosofou um momento, calado e com uma expressão dura e concentrada de quem medita Treitschke e Bern-

hardi. E como ao largo passasse, direito a Leixões e todo pintado de cinzento, um antigo vapor alemão que agora serve de cruzador auxiliar português, *Zeca* ladrrou distintamente :

— *¡ Deutschland über alles !...*

Depois calou-se outra vez e, levantando-se, farejou em círculo, começou a escavar a areia, meteu nela o focinho e de lá sacou um... osso ! Onde os outros cães não encontram senão areia, conchas, algas, pedacitos de cortiça ou de casca de pinheiro, *Zeca*, o Alemão, facilmente descobriu a substância, o alimento e o proveito. E enquanto o *Dackel* rilhava o seu osso, oito ou nove cães de várias outras raças e tamanhos continuavam em correrias doidas e inúteis pela praia, cheirando-se muito, brincando muito, ladrando muito — e não comendo nada.

XVII

Vinagre e açúcar

Agosto de 1916.

As nossas terras de língua e de cultura neo-latina sabem muito a respeito da capacidade de infiltração alemã, mas ainda estão longe de saber tudo. A sua preguiça ou a sua distração escancarou-as nos últimos vinte ou trinta anos à invasão tenaz e metódica da indústria, do comércio, da navegação e da finança germânica; mas as suas línguas — trincheiras mais altas que as fortificações e as alfândegas — livraram-nas eficazmente da suzerania moral e intellectual organizada, sistemática, paciente, invencível e quasi insensível, que ia fazendo de certos países de língua alemã, vizinhos da Alemanha, outros tantos satélites voluntários do Império, que um simples golpe de mão armada bastaria para transformar um belo dia em províncias ou dependências políticas.

Neste caso está, por exemplo, a Suíça

germânica, onde muitos jornais diários proporcionavam semanalmente aos seus milhares de leitores os chamados *Sonntagsblätter*, ou suplementos literários domingueiros, que eram importados directamente da Alemanha, porque os industriais editores alemães os forneciam por baixo preço às empresas jornalísticas suíças mais pobres. E assim acontecia que dezenas de milhares de cidadãos helvéticos viviam inteiramente na dependência literária do Estrangeiro; e que todos os domingos o correio levava ao seio da família suíça cêrca de quatrocentos mil *Sonntagsblätter*, onde a alma democrática do país se embebia, sem dar por isso, de todos os capciosos venenos do imperialismo alemão.

Nas universidades da Suíça alemã ensinavam em grande número professores alemães, nascidos e formados na Alemanha; e as igrejas dos mesmos cantões orientais eram igual e profusamente invadidas por pastores que vinham de Além-Reno, prègar o protestantismo imperialista de Lutero, desbancando por tôda a parte, pouco a pouco, o calvinismo suíço, muito mais liberal e democrático.

Ao brutal abalo da guerra, a Suíça acordou, caiu em si e reparou que já ia longe,

no caminho resvaladiço e traiçoeiro da desnacionalização. Alguns anos mais daquele torpor distraído — e a pequena nação, tão heterogénea, tão artificial, tão nua de defesas seguras contra a invasão moral dos seus grandes vizinhos, e sobretudo do seu absorvente vizinho de Leste, chegaria quasi invisivelmente à desagregação e à ruína.

É, pois, lícito dizer-se que a Europa inteira, como a pequena Suíça, devem considerar como o mais fausto dia da sua história moderna aquele em que o cego orgulho alemão imaginou apanhar mais moscas com o vinagre da guerra, que com o açúcar da paz.

XVIII

Sua Majestade o Ferro

Agosto de 1916.

EM cincoenta anos, de 1860 a 1910, a Alemanha tornou-se a primeira potência metalúrgica da Europa, e a segunda do mundo inteiro, subindo na respectiva estatística de 700:000 toneladas a 14.800:000. Desbancou a Gram-Bretanha, seguiu de perto a progressão ainda mais assombrosa dos Estados-Unidos, e diz Ferrero que a Europa inteira não viria a ser mais do que uma submissa província alemã, se a Alemanha conseguisse, ao cabo da Guerra, anexar a Bélgica e o Luxemburgo, e conservar nas mãos os departamentos franceses agora ocupados, porque essas três regiões são as mais ricas de ferro, no nosso Continente. Ora o ferro (continua o illustre historiador e pensador italiano) é o metal-príncipe da paz e da guerra, neste século; e a arte do ferreiro constitui o aprendizado das mais vastas ambições imperialistas,

porque é de ferro que são fabricadas quasi tôdas as máquinas com que a nossa influência se exerce e estende pelo mundo inteiro.

Deve, com efeito, ser assim, porque os Romanos chamavam «Marte» ao ferro, e o consideravam como símbolo do deus belicoso. E quando os Filisteus conquistaram a Judeia, o seu primeiro cuidado foi, para completarem a sujeição dos Israelitas, apri-sionar todos os ferreiros do país e levá-los consigo. A origem do poderio militar dos Tureos foi a posse das minas de Emaús, Cafe e Altai, no centro da Ásia. E o próprio imperialismo pacífico, inaugurado pela Gram-Bretanha, e desenvolvido pelos Alemães e Norte-Americanos nos tempos modernos, baseia-se na indústria, na marinha mercante, nas vias férreas de penetração colonial, isto é: na exploração e aplicação do ferro em grandes massas.

Tem graça recordar, a propósito disto, o que conta Smiles na sua *Industrial Biography*, falando da grande conta em que era tido o ferreiro na velha côrte real, anglo-saxónica, do País de Gales. Sentava-se ao pé do rei e da rainha, na grande sala, logo a seguir ao capelão rial. O médico e outros

dignitários vinham depois; e a sêde causada pela forja devia ser grande, e era com certeza especialmente considerada no Paço, porque o ferreiro, único entre todos os companheiros do Rei, tinha licença para beber uma pinga de tôda a casta de licores que entravam na sala.

Transformada depois de 1870 numa grande forja, a Alemanha quis ter no mundo, à semelhança do ferreiro do País de Gales, o primeiro lugar depois de Deus. E a sêde tradicional dos forjadores assumiu nela proporções imprevistas e ilimitadas, abrindo-lhe um apetite insaciável para tôdas as bebidas fortes do poderio, do prestígio, da hegemonia e da conquista universal.

XIX

A História repete-se

Junho de 1916.

«**O**s Bárbaros são tudo», dizia já no século iv da nossa era um escritor romano. E acrescentava: «Não há uma só das nossas famílias que não tenha um godo, pelo menos, ao seu serviço. Nas nossas cidades são godos o pedreiro, o aguadeiro, o carregador e outros artífices ou homens de trabalho.» Na própria cõrte havia bárbaros entre os altos personagens que rodeavam e aconselhavam o Imperador. E era bárbaro também o primeiro ministro Stilicon, a quem Teodósio deu uma sobrinha em casamento e, moribundo, encarregou da regência do império, repartido entre os dois filhos Arcádio e Honório.

Esta infiltração mansa dos antigos Germanos para dentro do Império Romano começou muito antes das invasões pròpriamente ditas e assemelha-se muito à situação da Europa ocidental nas vésperas de 1914.

A quinze séculos de distância a História repetia-se, a ponto de tornar a Inglaterra de Jorge V muito semelhante à Roma de Teodósio.

Então como agora, se bem que por motivos diversos, os homens da Europa central eram empreendedores e emigrantes. Nêsse tempo, não havia, ou quási não havia, sciência, indústria ou comércio ; mas havia guerra, como sempre houve e há-de haver, e por isso o Suevo, o Bátavo, o Franco, o Saxão, emigrava para ser soldado, revelando nas artes da guerra as mesmas virtudes de actividade e de sobriedade que fizeram progredir nas da paz o Alemão moderno, caixeiro, banqueiro, fabricante ou navegante.

Modernamente foi o socialismo industrial, sequioso de fregueses e de mercados, que levou os Alemães primeiro à emigração e à penetração pacífica, e por último ao violento impulso militar ; antigamente os Germanos abandonavam a sua terra, porque nela vigorava uma espécie de socialismo agrário, nivelador da propriedade e da fortuna, e por cuja culpa os homens mais hábeis e mais enérgicos abafavam na sua pátria, reprimidos pela distribuição anual comunista dos terrenos úteis.

Mas a semelhança maior entre as duas épocas tão distantes encontra-se nesse fenómeno de *embebimento* dos Germanos de então e de hoje no ocidente e no sul da Europa. Antes de começarem as invasões torrenciais que a pressão oriental dos Hunos provocara, já a Itália e a Gália haviam sido lenta e suave, mas profundamente impregnadas de germanismo, como agora a França, a Inglaterra e o mundo quási inteiro. E, visto assim, é que o problema mete medo.

Prelúdio

Agosto de 1916.

O deputado alemão Liebknecht, chefe dos socialistas de oposição, foi condenado como traidor, embora à pena mínima. E um certo Kapp, do partido agrário e ultra-conservador, mandou as suas testemunhas ao chanceler do Império, por se julgar ofendido num discurso que êste proferiu no Parlamento, em resposta a uma brochura publicada pelo outro, a atacar como tibia e incompetente a política de Bethmann-Hollweg.

Temos, pois, que a esta hora, na Alemanha, nem os socialistas que reclamam a paz a todo o transe, nem os agrários e reaccionários que reclamam a guerra bem feroz, hesitam já em mostrar que o seu descontentamento trasborda, tornando-se tão violento e agressivo, que uns se arriscam a sofrer os castigos extremos da lei, e outros ousam rebelar-se na imprensa, apesar da

censura, contra o supremo responsável da política imperial, chegando a desafiá-lo em duelo.

Liebknecht não foi, apesar de acusado de traição, condenado à pena última. E é sabido que Kapp, o *Junker*, tem a seu lado todo o partido agrário, que manteve na Dieta um *silêncio glacial*, emquanto o chanceler se defendia das suas furiosas acusações.

Na casa onde falta o pão, todos ralham... e todos teem razão. Vê-se que a Alemanha se desagrega; e que aquele grande coração colectivo fraqueja, porque o estômago se alimenta mal. Mais eloquente ainda que as violências e dissídios entre políticos, são as manifestações tumultuárias do povo, tão farto já de estropiamentos e de mortes, como de couves e batatas. E como na última desordem de Munique apareceram a apedrejar as janelas da municipalidade não só mulheres e crianças, enervadas pela carestia, mas também soldados convalescentes, e alguns condecorados com a Cruz de Ferro — pode dizer-se que no país da Ordem e da Disciplina começou a Revolução. ¿ Como e quando acabará ela?...

Em terras crònicamente revolucionárias

as revoluções pròpriamente ditas pouco encontram que revolver. Os seus efeitos escassos e previstos, limitam-se a mudanças de mero aspecto na desarrumação permanente. Nos países arrumados, pelo contrário, a desordem é quasi sempre o prefácio certo de uma ordem nova, tão sólida e durável como a antiga, mas bem lançada sôbre bases diferentes ou opostas.

Fazendo apêlo desesperado à união e à paciência do seu povo irritado, o rei da Baviera mostrou sentir bem a gravidade do prenúncio. O instinto diz-lhe que o solo treme; que as velhas construções estão ameaçadas de ruína, e que talvez não seja êle o feliz architecto dos edifícios futuros...

XXI

A verdade perigosa

Agosto de 1916.

QUEM tiver lido uma página, sequer, de F. W. Foerster, pedagogo e professor alemão da Universidade de Munique, sentir-se há logo tocado de veneração pela grandeza da sua alma e do seu carácter. E quem o tiver lido não ficou de-certo surpreendido agora, ao saber que êle teve a coragem de publicar vários artigos, alguns dêles na própria capital do Império, condemnando a educação militarista e afirmando que a política de Bismarck, adoptada e desenvolvida pela Nova Alemanha, era falha de espírito cristão.

«O actual império (diz êle) nasceu do espírito pagão, do individualismo nacional e egoísta que se apossou da humanidade a partir da Renascença, que encontrou em Bismarck o seu realizador mais genial ou mais conseqüente, e que por fôrça tinha de liquidar em catástrofe, como tudo o que

no mundo se procura edificar contra o espírito da verdade cristã.»

Mas, não contente de verberar o egoísmo e o imperialismo alemão, F. W. Foerster teve ainda coragem para defender, contra absurdos ataques do patriotismo cego, a civilização inglesa.

Ora a Faculdade de Filosofia de Munique, contagiada pela insensatez belicosa, indiferente à velha moral da solidariedade académica, e esquecida daquele antigo e nobre orgulho do ensino superior alemão, tão cioso da sua liberdade de pensamento e de crítica, não duvidou fulminar censura pública contra o seu ilustre e venerando colega, chegando ao extremo de reclamar para êle a intervenção do braço militar...

F. W. Foerster, porém, voltou à carga, protestando e acrescentando :

«Não basta fazer a guerra, nem é essa a única missão actual de tôdas as almas alemãs. Os que estão para cá da linha de batalha devem esforçar-se por formar uma atmosfera onde as paixões possam acalmar-se e ouvir-se a voz da razão.»

Entendendo com Carlyle que um homem

de carácter deve escolher o seu pôsto, em todo o tempo, *do lado da verdade perigosa*, Foerster promete «que continuará francamente a exprimir as suas convicções, com a consciência de que aquele que defende o estrangeiro (*leia-se: a Inglaterra*) contra juízos tendenciosos e estúpidos, serve melhor o seu próprio país, do que os que adulam as paixões do dia para colherem êxitos imediatos.»

Faz gôsto ver a frágil direitura de um cérebro e de um carácter defrontar assim um pandemónio de cem milhões de loucos erriçados de armas.

A culpa dos homens

Outubro de 1916.

SE a Bélgica, pequena, tranqüila, pobre e fraca, não soube ou não pôde munir-se, a tempo e bem, contra um ataque do militarismo alemão, ¿ porque o não previram e acautelaram, em lugar dela, como fortes e ricas, que eram, e tão interessadas como ela na eficácia da defesa belga, a Inglaterra, militarista aquática, e a França, militarista amfíbia ? ¿ Porque é que não descobriram e curaram no momento próprio o desnível enorme entre o obus alemão e a couraça belga ? ¿ Porque é que não aprenderam a tempo e horas que a fortificação permanente e cara, à moda de Liège, já não valia nada, a par da trincheira improvisada, à maneira do Marne ? ¿ Porque é que não defenderam e salvaram a pequena Bélgica, como tinham prometido solenemente, em vez de a perderem para que ela os salvasse ?

¿ Porquê ? — Porque não viram. Porque não pensaram. Porque não *quiseram*. Porque o sentimento da responsabilidade nacional adormeceu. Porque o próprio instinto de conservação se foi perdendo. Porque a alma colectiva se lhes envenenou pouco a pouco na podridão da paz, na moleza do luxo imperial, no egoísmo sôfrego dos homens e das classes gulosas de prazer, de conforto e de dinheiro, incapazes de idealismo, de abnegação e de sacrificio.

Em mais de dois anos de guerra está bem demonstrado, creio eu, que setenta milhões de Alemães (pondo de parte, para simplificar, cincoenta milhões de Austro-Húngaros) estavam prontos e decididos no verão de 1914, para se precipitarem, como uma só fera, scientificamente apetrechada e bárbaramente despida de escrúpulos, sôbre os seus desprevenidos vizinhos de Oriente e de Occidente. Se isto está bem provado, e pela prova bem real da maior devastação e da maior carnificina que até hoje se viu na história humana, parece-me estúpido considerar aquella fera de setenta milhões de cabeças como uma invenção de Guilherme II, ou um sistema artificial pôsto em acção pela casta prussiana. Acho mais inteligente

e mais justo encarar o fenómeno como fenómeno que é, a praga como praga, o cataclismo como cataclismo. Ralhar com a tempestade, descompor o terremoto, insultar o dilúvio, são acções tão correntes como a do homem furioso que desfazia a machado as cadeiras ou mesas em que tropeçasse. Mas esta fúria inútil não pode ser imposta àqueles cujo cérebro, no seu pleníssimo direito, ficou serêno. E há que respeitar nêles a sinceridade com que ousam, perdidos no meio da carneirada que chora ou barafusta, dizer que a máxima culpa não é da tempestade, do terremoto ou do dilúvio que levou anos e anos a formar-se às vistas de todos, mas dos que tinham a seu cargo a guarda e defesa das vítimas prováveis, e não souberam abrigá-las do furacão, pôr diques à invasão das águas, construir de modo que as derrocadas fôsem nulas, ou menores.

XXIII

Guerra económica

Outubro de 1916.

JORNAIS ingleses e franceses denunciam que a Alemanha está acumulando depósitos enormes de produtos fabris, com a intenção premeditada de os fornecer ao mundo inteiro por baixo preço, logo que a Guerra termine. Se não estou em êrro, êste mesmo facto foi até mencionado oficialmente nas conferências económicas celebradas entre os aliados periféricos, e constituiu um dos principais fundamentos que elles apresentam para fazerem, depois da guerra militar, outra guerra, económica, financeira e aduaneira, não menos encarniçada, aos aliados centrais.

Cercados, bloqueados, esfomeados talvez, não perderam os Alemães ainda, como se vê, a confiança em si próprios. Vitalidade e energia, continuam a tê-las, para dar e vender: para dar pancada na Guerra, e para vender mercadorias quando volte a Paz. O

seu aparelho industrial atingiu tão maravilhosa fecundidade, que chega para satisfazer a sofreguidão voraz das necessidades militares, e ainda sobra para ir restabelecendo uma exportação comercial que só poderá efectivar-se sabe Deus quando...

Entretanto, ¿ que fazem a Inglaterra, a França, a Itália e os outros? ¿ Conferências económicas? ¿ Planos de guerra alfandegária?... ; Coitados dêles, se não conseguirem tirar de si próprios, ou meter em si próprios, quaisquer defesas mais sólidas e mais naturais!

Aqui está diante de mim uma carta dirigida por certa fábrica inglesa a um importador do Pôrto, que lhe fêz há perto de ano e meio boa encomenda de artigos do seu comércio: «*In reply to your memo of the 18 th inst : we regret that owing to difficulties of manufacture at the present time, and other reasons which we are not permitted to explain fully, we are still unable to give you any date for delivery of goods on order for you... Regretting our inability to do better for you...*»

¿ Quantos comerciantes, por êsse mundo de Cristo, não terão recebido, em vez das guias das encomendas feitas, outras cartas

como esta, significativas de imperfeita organização industrial? ; Quantos dos que, desesperados de comprar na Inglaterra e na França, se dirigiram aos Estados Unidos, não se espantam de encontrar nesse grande e activo país a mesma inabilidade para se aproveitar do excepcional favor das circunstâncias, e para se constituir herdeiro da indústria alemã comprimida, sufocada, sitiada, mas não paralisada? . . .

Responda quem quiser e souber. Eu, por mim, chego às vezes a pensar que, se uma réstrea de bom-senso iluminasse as cabeças doidas dos dirigentes alemães ; se os Hollweg ou os Bülow pedissem *amanhã* a paz, na base da entrega de todos os territórios ocupados na Bélgica, na França, na Rússia, no Montenegro e na Sérvia ; se, além de tudo isto, a Alemanha se resignasse a perder também a Alsácia, a Lorena e as colónias, e a pagar ainda uma tremenda indemnização — os seus adversários aceitariam encantados, o mundo inteiro respiraria fundo . . . e a Alemanha venceria a Guerra.

O que falta á Alemanha

Janeiro de 1917.

HAVIA na proposta de paz disparada pela Alemanha um ponto difficil de explicar por ser despropositado: era a afirmação já mil e uma vezes repetida, mas ali inteiramente deslocada, de que foram os outros, e não ela, quem quis ou provocou a guerra.

Também se não coaduna fácilmente com um sincero empenho de chegar aos beijos de neutros e adversários a promessa do mel da paz, aquele ácido orgulho com que a chancelaria imperial estabeleceu como dogma o balanço triumphal das armas alemãs.

Quem quer contratar caminha para os outros de boa feição, estendendo-lhes a mão aberta; quem propõe reconciliação e tréguas não vem para os contrários de punho armado, mostrando-lhes a valentia dos músculos e enumerando satisfeito os muros que acaba de dar-lhes. O convite à paz

não faz sentido, nem podia atrair adesão voluntária da outra parte, vindo assim azedado de soberba, e do repelente gôsto de humilhar.

Alegou o govêrno alemão, na sua nota, que desejava alijar perante a História a responsabilidade de novas e mais longas efusões de sangue; mas a História não é tão parva, nem o juízo do Futuro será tão pouco ajuizado, que não saibam ler o que a Alemanha escreveu e concluir que ela não soube dizer o que queria, ou não queria dizer o que disse.

Começando por pôr de novo à tona a amarga e insolúvel disputa das culpas de 1914; usando para porta-voz da oferta de pazes um clarim de triunfo guerreiro, a Alemanha denunciou claramente, ao redigir a sua nota pacífica e humanitária, um sentimento de mau humor. E se a nota em que oferece a paz foi redigida de mau humor, é porque a Alemanha a ofereceu contrariada, é que o fêz por necessidade, como quem está cansado da guerra, e não por magnanimidade, como quem se julga e sente tão seguramente vitorioso quanto se diz.

Il ne faut pas trop vaincre, e a Alemanha venceu de mais, neste sentido: fatigou

o seu povo com quasi três anos de guerra na casa alheia, e agora encontra-o farto de vitórias e ansioso por fazer tranqüilamente a digestão do seu triunfo. Não será talvez por falta de subsistências, nem de homens, nem de dinheiro, que a Alemanha quer a paz. A Alemanha quer a paz, porque lhe falta um elemento mais indispensável que qualquer daqueles, e vem a ser a vontade de continuar a guerra. Esta fôrça primacial do querer, sem a qual nem se vence nem se luta, teem-na os seus adversários tão forte ou mais forte do que no princípio, porque estão invadidos, precisam defender-se, lutam pela vida, ou se sentem ameaçados no seu futuro. O povo alemão, ao contrário, exactamente porque se julga vitorioso e porque os seus governantes exageram o alcance das suas vitórias, quer gozar, e não comprehende como se liga a plenitude do êxito alegado com a necessidade de continuar o sacrificio...

Confissão

Fevereiro de 1917.

EM fins de Dezembro publicou o jornal alemão *Kreuz-Zeitung* (*Gazeta da Cruz*) o texto, até aí conservado secreto, de um memorando dirigido em junho ao chanceler do Império pelo Conselho da Liga Naval Alemã.

Esse extenso programa de aspirações que a guerra actual deve satisfazer (se o Deus Aegir quiser), podia resumir-se na conhecida frase de Guilherme II: *o futuro da Alemanha está no mar*. E todo êle vem impregnado da rivalidade marítima com a Gram-Bretanha e da ânsia de arrancar a esta a realza que ela exerce há um século, indisputadamente, sôbre as ondas.

E' claro que a Liga Naval Alemã quer bases navais importantes em todos os mares e quer a Bélgica sob o domínio alemão, de modo que Antuérpia possa ser em tempo de paz o pôrto comercial alemão, de

que precisam as regiões industriais alemãs do Reno, da Turíngia e da Alemanha do Sul; quer que tóda a costa, bem segura e bem preparada, nas mãos do império Alemão, sirva para ameaçar de perto, e de maneira efectiva, o poder naval britânico. «Se a costa de Flandres (diz o manifesto) estivesse em nosso poder antes desta guerra, nunca a Inglaterra teria ousado expedir para França os seus exércitos, nem o comércio inglês poderia demandar o Tamisa sem ser gravíssimamente perturbado».

Tudo isto é claro como água. Mas o passo mais interessante de todo o documento é, a meu ver, aquele onde se confessa abertamente o que tóda a gente sabe, e que só a cegueira de certos políticos britânicos parecia ignorar: «Só assim, com a Bélgica sob o domínio político e militar da Alemanha, poderemos habilitar a nossa marinha a criar para a Inglaterra aquele risco, *que era o objectivo final da sua construção*».

Tóda a gente sabia que o objectivo final da construção da esquadra alemã era a destruição da supremacia naval britânica; em todo o caso não é mau ver êste objectivo oficialmente confessado.

Quem se está, de-certo, lavando em água

de rosas, é o velho almirante inglês Lord Beresford, que há mais de doze anos aconselhava patriótica e brutalmente o ataque súbito e a destruição da marinha alemã, apanhada de surpresa em plenas manobras e sem prévia declaração de guerra...

A

A caminho da unidade

Fevereiro de 1917.

A eficácia da organização militar alemã revelou-se nos primeiros dias da Guerra. A perfeição da sua organização geral denuncia-se melhor à medida que a Guerra dura.

Para se defenderem da Alemanha, para lhe fazerem frente, os países seus adversários tiveram, primeiro, de organizar ou de reorganizar os seus instrumentos de guerra. Para conseguirem vencê-la, ei-los agora ocupados em transformarem as suas próprias instituições administrativas e políticas, procurando às apalpadelas a fórmula nova que há-de fazer do poder civil base ou alavanca do poder militar.

Dura há mais de dois anos a campanha imensa, e êste espaço de tempo consumiram-no a Inglaterra e a França, ou mantendo intacto o seu tradicional mecanismo político, ou introduzindo nêle mesquinhas

alterações de superfície, aliás concebidas e realizadas no sentido da tradição e da rotina. Era o tempo dos desdobramentos de ministérios, que não tiveram, como se vê, outro efeito, senão complicar o esforço e enfraquecer a direcção. Foram precisos dois anos e meio para se chegar à conclusão tão simples, e tão facilmente prevista, de que a autoridade dividida é autoridade diminuída; e de que o poder se torna impotente no grau exacto em que o especializam e espalham. Os Conselhos de Ministros tornaram-se, como era natural, uma espécie de sessões parlamentares; a acção empatou-se na discussão; o braço immobilizou-se, à espera de que trinta, ou cem, ou mil cabeças concordassem numa sentença só. E como isso é contra o provérbio e contra a Natureza, a Alemanha foi andando, emquanto os outros iam falando.

Hoje reconhecem os outros que andaram pouco, principalmente por terem esbanjado o tempo a falar muito. E tratam agora de emendar a mão, ou antes: de dobrar a língua, concentrando a direcção da Guerra em conselhos pouco numerosos e, portanto, pouco faladores.

Mais vale tarde que nunca. Há quem

pense que a reconsideração chega, porém, tarde de mais; e que a Alemanha leva contra os seus eloqüentes inimigos um partido difícil de recuperar. E' possível; mas é mais de recear que a emenda peque por insuficiente, do que por tardia. A Inglaterra e a França levaram quasi dois anos a descobrir que precisavam de *poucos* directores. E o que elas deviam ter descoberto há mais tempo é que precisam de *um só*.

XXVII

Paradoxo

Março de 1917.

O general von Stein gabou-se a um correspondente do *New-York World* de ter paralisado a ofensiva anglo-francesa do Somme; e afirmou que a Alemanha está sòlidamente preparada para suster o ataque anunciado para breve na linha ocidental.

Creio bem que assim seja, apesar dos últimos recuos importantes — e não porque o diga o general von Stein, mas pela abservação de quási três anos de guerra, durante os quais temos aprendido suficientemente que a fôrça militar alemã ainda não perdeu, nem parece inclinada a perder de um momento para o outro, a faculdade de se defender, e até mesmo a de atacar com ímpeto e seqüência, onde e quando os adversários lhe dão ocasião para tanto.

Mas, pergunto: ¿ será realmente o problema militar, de entre todos os problemas

que a evolução imprevista da Guerra propôs ou impôs à Alemanha, o que mais lhe importa ou lhe deve importar?

Parece-me que começa a poder afirmar-se que não.

Admitindo que a Alemanha possa vencer as dificuldades interiores de toda a ordem que as conseqüências morais e materiais de perto de três anos de guerra lhe devem ter trazido; admitindo que o seu balanço militar continuará de futuro a fechar-se com saldo favorável; admitindo tudo isto como certo e adquirido, pode ainda duvidar-se de que lhe convenha continuar a vencer, e supor-se que ela se encontraria assim, no fim de contas, de posse de uma vitória não só inútil, mas prejudicial.

Se o estado normal da humanidade fôsse ou passasse a ser a Guerra; se os Alemães viessem ou voltassem a ser um povo exclusivamente combativo e guerreiro, poderia acreditar-se que uma vitória militar Alemã contra o mundo quasi inteiro seria de alguma utilidade à Alemanha. Mas como uma vitória tão grande constituiria resultado inconcebível e privilégio insustentável pela sua própria grandeza; como a Paz é a aspiração absorvente de

quem uma vez se meteu na insuportável guerra de hoje; como o povo alemão procurou e encontrou no comércio e na indústria a fórmula da sua existência e da sua felicidade normal; como um mundo arruinado e empobrecido é freguês que não paga; como a cada mês de guerra, e a cada vitória militar alemã vai correspondendo um progressivo encarniçamento dos ressentimentos e ódios que a Alemanha suscitou em milhões de criaturas — ninguém me tira a mim da cabeça que a valente guerreira está disposta a que lhe batam alguma coisa para lhe perdoarem muito; e desejosa de concorrer com boa parte das suas vitórias para uma paz que ela possa gozar... em paz com tôda a gente.

XXVIII

A Alemanha e a América

Março de 1917.

¿ **C**ONSEQUÊNCIAS da rutura das relações dos Estados- Unidos com a Alemanha?...

Por emquanto nenhuma, do ponto de vista material; ou, se algumas há, mais favoráveis talvez, do que nocivas, para Germanos e Germanóides. Bethmann-Hollweg o disse, aliás sem fanfarronada: «A América pode produzir quantidade ilimitada de munições e grande número de soldados. Mas, em vista da diminuição da tonelagem mundial, não poderá enviar e manter na Europa um exército, sem comprometer o municiação das tropas actuais da Múltiplice, e a sua alimentação. Portanto, o único socôrro immediato da América aos nossos inimigos europeus será o emprêgo dos seus navios ligeiros contra os nossos submarinos».

Parece que isto está tècnicamente certo,

porque varios técnicos de tendências anti-germânicas o teem corroborado. E até se poderia acrescentar alguma coisa que o Chanceler alemão não disse, por um resto de cerimônia: é que a guerra submarina, alienada a última benevolência ou neutralidade dos Estados-Unidos, iria, de-certo, ser feita com maior sem-cerimônia... se os Alemães tivessem pano para arregaçar ainda mais as mangas.

Deve, pois, concordar-se com Bethmann-Hollweg que material e imediatamente, a Alemanha perdeu pouco. Para o futuro, e do ponto de vista moral, o prejuízo é maior, muito maior, e tanto maior, de-certo, quanto mais os Estados-Unidos venham a irritar-se com o seguimento da Guerra. Quanto mais se mostrar, nestas próximas semanas ou meses, que o rompante norte-americano deixou a soberba teutónica imperturbavelmente fincada nas suas tamancas, mais rangerá os dentes, para contas futuras, o orgulho norte-americano; mais probabilidades parecem acumular-se de que o género humano venha a ficar dividido simplificadoramente, em duas classes, desproporcionadas e únicas: Alemães de um lado, e do outro Anti-alemães.

Não é isto de modo nenhum, o que convém à Alemanha, para um futuro que aliás ela precisa de ter próximo, e liso. E se os dirigentes do Império sacrificaram assim o futuro ao presente, poderíamos supor sem grande receio de êrro que o presente alemão é aflitivo e que a Alemanha, como os estroinas desesperados e loucos, já não hesita em pôr fogo a um rico prédiô, para fritar um pobre ovo.

Wilson germanófilo

Março de 1917.

O professor norte-americano, G. D. Herron, diz aos Aliados, por intermédio do *Journal de Genève*:

— ¡ Não se apressem a deitar foguetes pela atitude do presidente Wilson! Desconfiem! Tenham cuidado!

E o professor Herron explica como a Alemanha, longe de recear a beligerância norte-americana, faz quanto pode para que os Estados-Unidos venham sentar-se à mesa da Paz, não como simples neutros, mas precisamente na qualidade de beligerantes:

— Conheço a Alemanha, sei até que ponto os Alemães conhecem os Norte-Americanos e também — ¡ ai de nós! — até que ponto os Norte-Americanos, até os mais inteligentes e avisados, ignoram a Alemanha, e as suas ambições de hegemonia europeia, e o seu longo trabalho de sapa anterior à Guerra. A América do Norte receberá por

bom oiro todos os protestos de inocência e tôdas as promessas de liberdade e de generosidade que a Alemanha se lembre de fazer; e eis a razão porque esta quer os Estados-Unidos presentes ao Congresso da Paz: serão um inimigo, sem dúvida, mas inimigo benévolo, generoso; inimigo que, não tendo sofrido como os outros, sentirá tôdas as disposições de manter a balança igual. Um inimigo, na aparência; mas, na realidade, um árbitro.

— A Alemanha, continua Herron, pode comparar-se ao criminoso que, vendo-se perdido, tendo todo o mundo contra si, procura entre os seus adversários o mais benévolo e o menos perspicaz, aquele que menos comprehende o carácter odioso do crime, e mais se deixará comover por um apêlo à sua clemência.

Tudo isto é bem pensado e deduzido, psicològicamente; mas perfeitamente demonstrado está também que a Alemanha, por intermédio da legação suíça em Washington, já procurou vir às boas com a América do Norte; e a razão por que a tentativa falhou encontra-se na sua recusa de abrandar a feição do bloqueio submarino, o que dá a medida das esperanças postas

pelos dirigentes alemães na sua guerra naval contra a Inglaterra.

Também já se disse que o Império pretendia pôr declaradamente contra si o que ainda resta de nações ou estados neutrais, para em seguida poder dizer aos seus povos: «O mundo inteiro está contra nós, e assim é impossível continuar».

Resta saber o que os povos alemães pensariam e diriam de dirigentes que, tendo levantado o mundo inteiro contra a Alemanha, viessem depois desculpar-se, sôbre essa base, de terem de aceitar uma paz ruinosa e degradante.

Melhor será explicar as coisas de uma maneira simples e concluir, até prova em contrário, que o bloqueio submarino é a arma mais eficaz de que os Alemães julgam dispor para abreviar a guerra e a modificar em seu benefício.

«Sweeping British progress»

Abril de 1917.

| **S**WEEPING BRITISH PROGRESS! É assim que se intitula, nos expressivos topos de coluna dos jornais inglêses, a relação dos últimos avanços britânicos, efectivamente muito rápidos, na linha ocidental.

Mas o avanço rápido e fácil, nesta guerra lenta de toupeiras, é de tal modo insólito, e o prestígio das armas alemãs continua apesar de tudo tão forte, que os próprios Inglêses são os primeiros a desconfiar das facilidades que encontram no seu progresso das últimas semanas, e parece que chegam a ter mêdo de continuar a vencer.

Repington, o famoso correspondente militar do *Times*, opina que os Alemães decidiram ceder terreno em determinados sectores com o fim de forçarem os Inglêses a aceitar batalha em condições desfavoráveis,

dando assim razão aos jornalistas berlineses que, na forma do costume, intitulam de vitória estratégica o abandono das posições alemãs e, como sempre, cantam em tom de epopeia a esperteza genial do grande Estado-maior.

Tudo isto é pouco animador para aqueles que se teem embalado na esperança de que a guerra termine este verão. Uma das grandes superioridades da Alemanha vem sendo, desde o começo da Guerra, a sua habilidade em conservar a iniciativa estratégica, ou em parar a tempo, como nos Dardanelos e na Roménia, a iniciativa estratégica dos adversários. E o aspecto dos factos militares não mudará radicalmente, nem êste ano nem nunca, emquanto os adversários da Alemanha não conseguirem munir-se daquilo que ainda agora parece que lhes falta, apesar dos avanços inglêses na linha do Ancre: a coragem na iniciativa. Sem ela correrão o grave risco de tomar como ardil a fraqueza do inimigo, e os seus esforços perder-se-hão, na incerteza de deverem ser continuados e prosseguidos até bom têrmo.

Pode dar-se como assente, tantos são os sintomas que para aí convergem, que a Alemanha-povo está arruinada e enfraque-

cida pela carestia; mas tudo indica também que a Alemanha-exército, se já não está tão rica como no princípio, tem ainda bastante para ir vivendo... dos seus rendimentos.

XXXI

Paciência e tempo

Junho de 1917.

Os factos veem dando razão áqueles que diziam ter a Alemanha provocado os Estados-Unidos á luta, não por quaisquer motivos retorcidos e rocambolescos, mas pura e unicamente porque a guerra subterrânea se lhe tornara comprida e indecisa, e a guerra submarina desenfreada *prometia* revelar-se curta e decisiva.

Digo que *prometia*, e não que tenha *cumprido*; mas digo também que *continua a prometer*, como mostram os resultados tremendos da última semana escriturada (15 a 22 de Abril), durante a qual foram afundados quarenta navios inglêses de mais de 1.600 toneladas.

Falando no Grémio de Aldwich, o Ministro do Comércio britânico, *Sir Alberto Stanley*, declarou o seguinte:

«Ainda não conseguimos descobrir meio de evitar que os submarinos sejam fac-

tor de enorme poder nos resultados da guerra. Não duvido de que acabaremos por triunfar desta ameaça terrível; mas a nossa coragem e a nossa perseverança estão sujeitas a uma prova como nunca se viu».

Mostram, portanto, os efeitos da guerra submarina sem restrições que a Alemanha não tinha a balança muito errada quando pôs num prato a desistência d'este *factor de enorme poder*, e no outro a hostilidade dos Estados-Unidos, achando aquella mais pesada do que esta.

É certo que o elemento mais eficaz com que a Inglaterra conta hoje para atenuar os perigos da guerra submarina, é exactamente o enorme poderio fabril e financeiro dos Estados-Unidos. Lá o disse no mesmo discurso, em fins de Abril, o Ministro Stanley: «Confio que os Americanos lançarão à água tantos navios, quantos os Alemães metam no fundo».

¿ Voltou-se então o feitiço contra o feitiço? Fica uma cousa pela outra? E os Alemães pesaram mal?

Não. Os Alemães, no seu desespero, contaram com o contrapêso do Tempo e, jogando tudo por tudo, acreditam poder desfazer mais depressa do que os Ameri-

canos possam refazer. Consegui-lo hão? O interesse palpitante do formidável desafio está nisto: vencerá aquele que conseguir vencer o Tempo.

Ainda ontem o vice-chanceler alemão, Helferich, pediu ao povo mais algumas semanas de união, de coragem e de paciência. Paciência, sobretudo, que é a grande virtude contrária ao pecado mortal da Fome. Como o famoso cavalo do inglês, os Alemães terão vida longa e forte, se resistirem agora à tentação... de morrerem de fraqueza.

Guilherme nada taciturno

Julho de 1917.

O professor alemão Weber publicou na *Gazeta de Francfort* uma série de artigos sôbre a reforma das instituições políticas alemãs. O último dêles determinou o govêrno imperial a colocar aquele periódico no regime de censura preventiva, porque tratava de um assunto delicado e escabroso : os prejuízos causados à política externa da Alemanha pela acção pessoal do próprio Imperador.

Weber, note-se bem, não atacava directamente o *Kaiser* pelo que êste disse, mas sim o govêrno, por ter dado publicidade ao palavriado imperial. E recordava então as principais manifestações oratórias ou gráficas de Guilherme II nos últimos anos : o famoso telegrama ao velho Krüger, o quadro simbólico da ameaça do *perigo amarelo*, o discurso maometano de Damasco, a fala de Tânger, etc.

Sem discutir se as opiniões imperiais eram justas ou não, e admitindo até que fôsse útil transmiti-las por forma discreta ou diplomática às potências a quem interessavam, indigna-se o publicista alemão única, mas severamente, contra a forma de publicidade estrondosa pela bôca do próprio chefe do Estado. Ditas discretamente por ministros responsáveis, poderiam essas manifestações atenuar-se ou alterar-se, porque os homens políticos caem e substituem-se, quando as circunstâncias mudam, ao passo que o monarca fica, e com êle ficam também as suas palavras inalteradas.

Compreendia-se tal procedimento, e podiam explicar-se as intervenções intimativas do Imperador na política externa, se com elas se visasse directa e pròximamente à Guerra. Mas a Alemanha não interveio nem pensava intervir militarmente a favor dos Boers; não queria fazer nem fêz guerra aos povos amarelos, como a não queria fazer nem fêz a favor do sultão de Marrocos. E com tôdas essas intervenções pessoais do Imperador, impediu-se a celebração de um acôrdo com a Inglaterra sobre os interêsses sul-africanos, e de um

acôrdo com a França sôbre os negócios do norte de África.

Para nós, Portugueses, foi muito bom que o acôrdo sul-africano se não fizesse, visto que tinha de se fazer à nossa custa. Mas não há duvida que o sistema diplomático alemão, de andar o Imperador aos berros por êsse mundo, levou directamente a Europa à Guerra, por dois caminhos diversos, mas convergentes : por um lado uniu mais contra a Alemanha aqueles que mais a receavam, como a França e a Rússia, e que as ameaças imperiais mantiveram sempre de sôbre-aviso ; por outro lado, fêz convencer a Inglaterra, em julho de 1914, de que a Alemanha berrava mais uma vez, só por berrar, a propósito do caso da Sérvia, como fizera nos casos do Transval e de Marrocos ; e assim tirou à acção diplomática inglêsa das últimas horas anteriores à Guerra a energia e a presteza com que esta se teria quási certamente evitado.

XXXIII

Entre Bethmann e Michaëlis

Julho de 1917.

Os recentes acontecimentos políticos alemães são considerados por tôda a imprensa adversa à Alemanha como nova manobra bélico-pacífica, no mesmo género da proposta de paz de novembro último. Há, porém, entre as duas uma diferença importante, e vem a ser que agora, ao contrário da outra vez, a caranguejola hohenzollérnica manobra mais para dentro que para fora.

Deitando ao lixo, como trapo velho, o chanceler do *farrapo de papel*, Guilherme II e o seu rancho pretendem sobretudo dar aos partidos liberais, e ao povo farto da luta, a impressão de que vai começar uma nova política e a esperança de que a Paz será feita mais depressa por um homem diferente daquele que fêz a Guerra. E' claro que a manobra tem também o seu lado externo, principalmente *ad usum* dos ingé-

nuos (?) *soviets* russos e, se possível fôr, da opinião pública inglêsa. O incógnito snr. Michaëlis vai fazer um grande discurso todo perfumado de paz, de liberdade dos povos e de abstenção de comedorias territoriais — poesia russo-americana que a Alemanha faz sua, por ver que já não anda para diante com a antiga prosa agressiva e conquistadora dos Bernhardi, Treitschke e outros tais.

No fundo, ficaremos na mesma: longe ainda de uma conversão sincera da Alemanha ao modernismo democrático, e de uma paz que dê a Alsácia-Lorena à França e a Polónia à Polónia. Convertida *in extremis* à doutrina da Justiça e do Direito, a Alemanha continua escrava da teoria da Fôrça, e não se modificará por dentro sem revolução, nem acalmará o mundo sem vitória.

A vitória alemã é, felizmente, impossível; mas, infelizmente, a revolução alemã é difícil. Difícil, porque na Alemanha a aristocracia e a burguesia não são fantasmas; e porque o povo vê por instinto, através da revolução, o fantasma da desagregação.

A Pólvora e o Aço continuam, pois, na ordem do dia, até nova ordem.

XXXIV

A futura República Alemã

Agosto de 1917.

PAULO Seippel, o ilustre escritor suço, entende que a educação democrática do povo alemão será ainda mais difícil de fazer do que a do povo russo, porque a Alemanha tem sido viveiro de súbditos e de tutelados, muito mais eficaz do que a defunta autocracia russa, que era temperada pela desordem e por certa bonacheirice de costumes (?). A Alemanha funciona como relógio em que os rodízios e ponteiros são funcionários; e cada funcionário alemão, por sua vez, tem debaixo da respectiva caixa craniana e do respectivo mamilo esquerdo um mecanismo de relojoaria, que transmite cronometricamente a todos os administrados (para serem, como são, cronometricamente executadas) as ordens emanadas do pensamento ou da vontade central. E é assim que os Alemães, admiráveis de coragem, de energia e de abnegação pa-

triótica, estão a tal ponto amoldados para tôdas as servidões, que não vêem a luz do sol, quando se lhes profbe que a vejam.

Fichte, o educador da Alemanha, pretendia, como Loyola, que a educação actuasse de tal forma sôbre as vontades, *que o discípulo não possa querer senão o que se quer que éle queira*. Educados assim, os Alemães não teem querido, e parece que ainda não querem, senão o que os Hohenzollern e a sua aristocracia de barões guerreiros quiseram que êles quisessem.

Mas convém não esquecer que a habilitade do mestre na sua aula, e a do imperador no seu trôno, consistem apenas em impôr às turmas de alunos, ou às dezenas de milhões de súbditos, uma vontade que não contraria absolutamente, embora possa contrariar um pouco, a natureza dos que obedecem. As crianças não se revoltam, porque sentem que seria injusto, e inconveniente para elas próprias, insurgirem-se contra um professor que faz progredir a sua educação; e os homens, pelo mesmo motivo, não podiam pensar em revoltar-se contra um govêrno que lhes deu em troca da obediência fácil, as comodidades e gozos do progresso, da riqueza e do prestígio nacional. Se o mes-

tre dissesse aos rapazes: «¡Apunhalem-se uns aos outros!» é quasi certo que os discípulos mais bem comportados do mais disciplinado ginásio alemão o apunhalariam a êle. E mais certo será ainda que os homens acabarão por libertar-se de um soberano que há três anos não lhes sabe senão dizer que morram, que jejuem — e que tenham paciência.

Feito isso, que realmente precisam de fazer, é para mim ponto de fé, que os Alemães são muito competentes para construir depois, se a Guerra os não atirar para a anarquia, uma república melhor que muitas outras — e que nada perderá em funcionar como relójoio...

Uma colhér de ervas...

Setembro de 1917.

PARECE que o Parlamento norte-americano bulhou há tempos com o Presidente Wilson, reclamando para a representação nacional estreita e miuda participação nos negócios da guerra.

O caso é engraçado, porque parece fazer cair sôbre a cabeça do próprio Presidente a pedra que êle apontou à de Guilherme II, quando lançou a ideia de que as nações adversárias da Alemanha não deviam ou não podiam negociar a paz com os actuais governantes alemães.

Os Estados Unidos são uma nação democrática, mas não uma nação parlamentar. Como na Suíça, mais democrática ainda do que a América do Norte, o Govêrno central ou federal não é ali emanação do Parlamento, ou delegação da maioria dêste. Organização democrática da sociedade e

Govêrno parlamentar do Estado, são cousas diversas, que coexistem, por exemplo, na Inglaterra, na França e na Itália, mas não coexistem nos Estados-Unidos nem na Suíça. E aqueles que, apossando-se sem reflexão bastante da ideia do Presidente Wilson, pretendiam ou pretendem exigir da Alemanha que adopte o regime parlamentar, correm o risco de desagradar ao seu ilustre inspirador americano, a quem os Alemães poderiam dizer que olhe para si próprio, e fale depois. Na essência, o Govêrno presidencial americano está colocado perante o Congresso no mesmo pé de autonomia, em que o gabinete burocrático alemão, presidido pelo Chanceler, se encontra em face da Dieta.

A transformação democrática da Alemanha tem mais que ver do que a simples mudança do Ministério de funcionários, independente das votações parlamentares, em Govêrno de gabinete, sujeito ao «placet» ou ao «veto» da maioria dos deputados.

A Alemanha é, em certo sentido, mais democrática do que a França ou a Itália, por exemplo, visto que mais descentralizada e mais respeitadora da autonomia das cidades e das regiões. Mas é autocrática, na di-

recção suprema da politica federal, e aristocrática, pelo predomínio da nobreza e do exército ante a burguesia e o povo. Para que ela se democratize é necessário acabar ali com a casta guerreira e com a oligarquia dos senhores da terra; e é necessário, depois, criar sôbre as ruínas destas duas hegemonias a hegemonia da opinião pública livre, característica principal da verdadeira democracia.

Vamos a ver se tudo isto se pode fazer para a semana que vem.

A guerra de palavras

Outubro de 1917.

COMO se previa, as respostas da Alemanha e da Áustria à nota papal, em vez de trazerem ao mundo verdadeiras palavras de paz, continuam a guerra de palavras.

A guerra de palavras leva o mesmo jeito de se não decidir, que tem caracterizado a guerra de trincheiras. Começou com a proposta de paz alemã, consecutiva à vitória sobre a Roménia; continuou com as notas e mensagens do presidente Wilson e as respostas dos Aliados à Alemanha e aos Estados-Unidos; mudou de aspecto, e não de natureza, sob a pressão dos ideólogos da revolução russa; e continua nas bôcas dos políticos dos dois lados, tão empatada e tão indecisa como a outra nas bôcas dos canhões.

Assim como a guerra de trincheiras se faz de parte a parte com os mesmos explo-

sivos, as mesmas couraças e os mesmos gases asfixiantes, mais ou menos — assim a guerra de palavras se vai fazendo dos dois lados com as mesmas palavras.

Agora o parlamento alemão, o presidente Wilson e os pacifistas russos estão todos de acôrdo sôbre os objectivos da Guerra. O que um quer é sinónimo de que os outros desejam, a tal ponto que quem os julgasse apenas pelo que dizem ficaria assombrado de os ver ainda aos tiros uns aos outros. Mas, assim como os sinónimos são, a final de contas, antónimos, assim as mesmas palavras teem, nos discursos e nas intenções de cada um dos partidos, sentidos não só diversos, mas opostos.

A Alemanha está perfeitamente de acôrdo com o Soviete russo em que a paz se faça sem anexações nem indemnizações... para os outros. O chanceler Michaëlis e o primeiro ministro Lloyd George detestam com igual veemência o militarismo; mas o militarismo que ambos detestam é o alheio, e não o próprio. A Dieta alemã acha lindo o projecto americano da futura sociedade jurídica e pacífica das nações, com a condição de se reservar nela à Alemanha a qualidade de sócia capitalista, indústriar e

gerente, ficando aos outros membros o direito de lhe obedecerem como escravos.

E assim vamos. Nenhum dêstes estrategistas do palavriado se convence de que o falar é inútil, quando a ordem do dia é bater. E como nenhum tem fôrça para bater bastante, agatanham-se em vez de se vencerem, insultam-se em vez de tratarem, discutem em vez de impor, ou de capitular. Inútil e ridícula briga de mulheres, com a agravante de não impedir que os homens vão morrendo aos milhões.

XXXVII

Uma ideia-fôrça

Outubro de 1917.

UM dos sinais mais eloqüentes, e ao mesmo tempo mais cómicos, do predomínio militarista na vida pública da Alemanha, é a velha tradição de atribuir ao Chanceler, que é o supremo magistrado civil do Império, um lugar na gerarquia do exército.

Bismarck e Caprivi foram militarizados, promovidos a generais—e como tais se fardavam nas grandes ocasiões. Os seus sucessores tinham, como êles, altos postos militares, de carácter em geral puramente honorífico ou cerimonioso. E agora o dr. Michaëlis, que é o primeiro chanceler burguês da série, e até aqui não passava de um feliz paisano, vai ser feito capitão para começar, e também para continuar a antiga praxe.

E' certo que alguns antigos ministros imperiais, como por exemplo von Scholz, que

o foi, em tempo, do Tesouro Público, nunca passaram de furriéis durante a efectividade do cargo, e apenas receberam, como prémio de consolação por despedida, as magras divisas de alferes. Mas os tempos mudaram muito de então para cá, e com êles o jeito dos espíritos. Desta vez a imprensa alemã mais conservadora e mais prussiana, meteu a ridículo o chanceler-capitão, e perguntava se é com a farda de capitão que êle vai falar na Dieta acerca da Guerra, e entender-se com os outros estadistas europeus nas conferências da Paz.

Risota assim mostra sintoma novo. A Alemanha ainda não mudou, nem mudará tão cedo, no seu íntimo; mas já vai sentindo necessidade de parecer diferente e melhor, aos olhos do mundo inimigo. Um jornal liberal, a *Kölnische Volkszeitung*, declara que o povo alemão não teria nada que objectar, se o chanceler do Império comparcesse em público em traje civil ou em uniforme de côrte; e acrescenta que a velha costumeira de o fardar de oficial devia ser posta de parte nesse momento, «*pois vai ser universalmente considerada como exemplo flagrante do predomínio exclusivo do militarismo prussiano*». *¿ Tu quoque?...*

Aquele filósofo que inventou a teoria das *ideias-fôrças* tinha aqui uma excelente ocasião de convencer-se de que tôdas as ideias são fôrças, com a simples condição de se transformarem em cega-regas. Se o mundo inteiro insistir bastante na lenga-lenga de deitar abaixo o militarismo prussiano, a própria Alemanha acabará por precipitar-se encarniçadamente no anti-militarismo, e por só querer vestir-se à paisana. O pior é o tempo que isso ainda leva...

XXXVIII

O feitiço e o feiticeiro

Junho de 1918.

A , mensagem em que o presidente Wilson respondeu aos condes-chanceleres Hertling e Czernin, tôda impregnada de justiça, de igualdade, de humanidade e de cosmopolitismo, respondeu o imperador Guilherme da Alemanha com mais um sermão redonda e tenazmente imperialista, dirigido não ao Mundo, mas ao povo alemão, considerado como povo eleito de Deus para governar e reformar o Mundo, norteando a História para a paz alemã pela vitória alemã.

¿ Será esta atitude teimosa muito hábil política? ¿ O responsável simbólico da Guerra conseguirá, apresentando-a sempre como necessidade ou fatalidade do seu povo, persuadir o seu povo sempre e sempre de que é êste quem quer a Guerra, por dura e longa que seja, de que é a êste que ela convém, em-quanto êle, o soberano,

não faz mais, sustentando-a, do que obedecer, como primeira e maior vítima, à necessidade e conveniência geral ?

O imperador Guilherme começou exactamente por dizer que sofre mais do que todos, visto que sofre por todos. Esta linguagem, como aliás o tom e o espírito de todo o seu discurso, é impecavelmente monárquica, monárquica de direito divino, monárquica à maneira ancestral e teocrática dos primitivos chefes de tribo, a um tempo reis, generais, pais do povo, enviados de Deus, sumos pontífices, ou sumos feiticeiros. E não se pode levar a mal ao senhor da Alemanha que fale teocráticamente, como rei bárbaro, ao mesmo tempo que Lloyd George, defendendo na Câmara dos Comuns a obra do governo britânico, oferecia o poder a quem o pudesse exercer melhor do que êle; ao mesmo tempo que Wilson, collocando-se num ponto de vista humano e cosmopolita, se apresenta nas suas mensagens ao Congresso e ao Mundo como porta-voz da igualdade de todos os povos e profeta da Democracia Universal.

Cada um tem de manter-se rigorosamente dentro do seu papel; e o papel de um soberano de direito divino, que levou o seu

povo à guerra sagrada das velhas tribus eleitas de Deus, não é o de aderir, na mínima parte que seja, às palavras e conclusões dos chefes inimigos, que falam em nome de um direito oposto e de uma soberania diversa.

Não se pode levar a mal que Guilherme II sustente integralmente a sua atitude até o último minuto, em que o encanto se quebre, e a Revolução alemã abra os olhos, e o feitiço se volte contra o feiticeiro...

XXXIX

«União Sagrada»

Junho de 1918.

O povo alemão não é um povo político, no sentido em que nós outros o somos, cá pelo sul europeu. A Alemanha é constituída, de direito e mais ainda de facto, por uma federação de Estados de vária grandeza, que não passam, por sua vez, de outras tantas aglomerações de pequenas repúblicas locais, onde os cidadãos cuidam das suas indústrias e administram as suas cidades. E as funções ou problemas de conjunto pairam e resolvem-se numa esfera que todo êsse formigueiro de gente laboriosa e disciplinada considera superior e alheia.

O homem do ocidente e do sul da Europa, ao contrário, foi levado pela sua indisciplina, pela sua superficialidade e pela sua imodéstia a organizar-se ou desorganizar-se em Estados onde o poder central procura absorver as mais subalternas fun-

ções dos cidadãos, e onde os cidadãos mais subalternos criticam, desaprovam e derubam, com freqüência e com facilidade, um poder central que centraliza muito e afinal pode pouco.

Em tempos de paz êste nosso mau sistema traz como efeito a anarquia, e a fraqueza em tempos de guerra; ao passo que o método alemão, exactamente porque é um método, organiza a ordem na paz e a fôrça perante o estrangeiro. Isto vê-se bem pelos resultados da Guerra até hoje; e, talvez ainda melhor, pela falta de resultado, entre nós, daquilo a que chamamos *união sagrada*. A «união sagrada» consiste em fazermos tarde e a más horas o que sempre devêramos ter feito; em pormos tranças à porta depois da casa roubada; em só termos tido juízo quando já não tínhamos tempo.

Os Alemães não precisaram de fazer união sagrada, nem mesmo de falar nela (que foi, a final, a única coisa que fizemos) pela razão simples de que nunca fizeram outra coisa. ¿ Que vem a ser, no fim de contas, *união sagrada*, senão o trabalho da Nação e da Política, cada uma no seu lugar, a operarem como duas fôrças solidárias, que se somam ou se multiplicam? ¿ Que

quererá dizer isto de chamarmos *sagrada* à união episódica, senão que a habitual desunião é *maldita*?...

XL

O Pêndulo

Agosto de 1918.

«A posição capital é Soissons», dizia em 23 de Julho último a *Gazeta de Francfort*, depreciando a contra-ofensiva francesa. «Essa há-de ser mantida a todo o custo pelo nosso Estado-maior, que abandona estrategicamente outras posições secundárias para melhor contra-atacar o inimigo à sua hora, com todo o pêso das vitoriosas armas alemãs.»

¿ Que dirá agora a *Gazeta de Francfort*, em presença do rápido e total abandono de Soissons pelas vitoriosas armas alemãs?...

Não há neste mundo nada mais ridículo do que as razões que dá sempre aquele que apanha, para se desculpar de ter apanhado. E a nós, Portugueses, sabem-nos muito bem êstes dias felizes em que os nossos aliados tem batido a bom bater, depois de terem passado meses e anos a levar, e a explicar o melhor que podiam, coitados, os motivos

transcendentes e complicados porque não faziam senão isso.

Agora trocam-se os papéis, louvado Deus. E eu ainda há pouco me deliciava a ler, na transcrição francesa, os argumentos do crítico militar alemão general von Ardenne, tendentes a servir ao papalvo de Além-Reno como grande esperteza e considerável vantagem... futura, o apressado recuo alemão na região da Champagne. — «A guerra é como um pêndulo», dizia êle. «E a esta oscilação actual para trás havemos de fazer corresponder dentro em pouco uma oscilação para diante, igual ou ainda maior.»

Pois, se a guerra é como um pêndulo, esperemos que a oscilação que de 1914 para cá atirou com os Alemães até quasi às portas de Paris, leve agora os Aliados em menos tempo às Portas de Brandeburgo, na Avenida das Tílias, de Berlim.

A vitória dos imponderáveis

Agosto de 1918.

A Alemanha está virtualmente derrotada desde o dia já remoto em que, julgando exterminar a Inglaterra, cometeu a imprudência de fazer cócegas à América. Nesse dia começou ela a concitar contra si só o mundo inteiro; e o mundo inteiro é um criado muito numeroso e muito extenso para se subordinar a um patrão único.

Pobre e iludido *Herrenvolk*, só ela sabe a estas horas o trabalho e cuidado que lhe está dando já a sua criadagem voluntária de Austríacos, Búlgaros e Turcos. E os escravos que fez pela fôrça — Belgas, Sérvios, Romenos — mantidos sob o chicote, obedecem a tudo, mas produzem pouco ou nada, em relação aos apetites e urgências do seu amo e senhor.

A queda da grande Rússia na ratoeira tão bem armada de Brest-Litowsk parecia a princípio ter aberto a Oriente infinitas pers-

pectivas de abastecimento, pelas quais a Alemanha se habilitaria a resistir e a durar; e infinitas perspectivas de confiança e repouso, que lhe permitiriam atacar de pressa e bem, do lado ocidental. A anarquia brava, o desembarque franco-inglês na costa mormana, o assassínio dos pretores Myrbach e Eichhorn, o êxito dos Tcheco-Slovacos, a iminente intervenção japonesa na Sibéria — tudo isto mostra bem de que pesadelos vai sendo entrecortado o sonho alemão de vitória e conquista universal.

Mas não são só pesadelos, são também duras e imprevisas realidades, factos consumados de humilhante e desanimadora significação, que se levantam em plena marcha triunfante dos exércitos alemães, a lembrar à Alemanha que errou o seu problema de matemática, e que a execução,—um plano em que a humanidade quási inteira tinha de colaborar como sua escrava—não dependia apenas de algarismos, sistema e preparação material. Quási às portas da vitória, erguem-se contra ela, ameaçadores e justiceiros, nas margens do Marne e do Somme, aqueles famosos *imponderáveis*, que ela não soube prever, mas que hão-de saber vencê-la, e chamá-la à triste realidade.

*
* *
* * *

Afinal — tais como os factos se apresentam, neste momento em que a Alemanha parece irremediavelmente vencida — ainda nos custa a acreditar que a vitória lhe tivesse escapado.

Na verdade eram suas, na aparência, tôdas as superioridades decisivas, tanto as físicas como as psíquicas : o espirito bélico e a longa premeditação do assalto ; a fé ou o orgulho na própria superioridade, característica de todos os povos conquistadores ; a organização modelar e a pontualíssima disciplina colectiva ; a posição geográfica central, propícia à unidade de acção e de comando ; e, como fecho de todo êste edificio de exactidão, de coesão e de fôrça, o sentimento de solidariedade de raça ou nação, a crescer e a avigorar-se, na razão directa da unanimidade com que se iam alistando e concentrando contra a Alemanha tôdas as outras grandes nações e raças não-alemãs.

¿Do outro lado das trincheiras, que temos nós visto, senão o domínio em contraste de tôdas as fôrças negativas e centrípetas ? A América do Norte e o Japão, dois

dos povos mais fortes que a Alemanha poderia reccar, enfraquecidos pela distância. A Gram-Bretanha, separada pelo mar, acordando tarde e a más horas daquele entressonho suicida que a fizera cair nas molezas do pacifismo e do sibaritismo. A Rússia, pandemónio sem ordem nem consciência colectiva, onde uma minoria de alienados disputava a uma minoria de imorais o ascendente e o domínio sobre uma maioria de irracionais. Sérvia, Montenegro, Roménia, Grécia, a própria Bélgica — pigmeus subalternos, incapazes todos de defesa útil sem auxílio alheio pronto e grande. A Itália, pupila financeira e intelectual da Alemanha, mais capaz de a amar que de a odiar, entrando na Guerra por mero despique antigo com o vizinho austríaco, sem fôrça decisiva e sem convicção funda. Portugal, inimigo fraco, mal preparado e distante. Os satélites ultramarinos da Inglaterra, fiéis, mas longínquos também. A América Latina, mais distante ainda que a Saxónica. E, contígua, a grande rival de outrora, a grande vítima de hoje — a França heróica mas enfraquecida, galante mas minguante, povo entre todos de guerreiros admiráveis, infelizmente diminuído nas próprias fontes vitais pela exces-

siva civilização, e desarmado em face ao inimigo pela criminosa demagogia...

‡ Que foi o que valeu então aos Aliados, e que é o que matou, ou há-de matar a Alemanha?

Em primeiro lugar, o Tempo, — aquele imprevisível e incalculável factor e colaborador que os Alemães supuseram anular com a sua planeada e malograda guerra fulminante.

Em segundo lugar, a Sorte — aquela tão velha e tão conhecida *sorte das armas*, que a Alemanha pôs de parte, com imprudente orgulho, imaginando que não havia lugar para ela na sua emprêsa feita de sciência e de cálculo.

Em terceiro lugar, o Idealismo, o maravilhoso e invencível idealismo humano, capaz de mover e abalar as montanhas, como Jesus dizia, — idealismo de resistência, de justiça e de vingança, despertado e excitado em todo o mundo pela própria Alemanha, com o seu próprio idealismo de hegemonia, de domínio, e de conquista cínica ou brutal...

XLII

Sangue azul e carne para canhão

Setembro de 1918.

PARA substituir o Conde de Myrbach, assassinado pelos Russos, a Alemanha mandou para Moscovo, como seu residente imperial, o Sr. Helferich, antigo Ministro e antigo Vice-Chanceler. Mas o Sr. Helferich, homem de acção e vista rápidas, chegou, viu, e voltou para Berlim...

A Alemanha está agora, virtualmente, a braços com duas guerras de natureza e conseqüências opostas: uma, a ocidente, que lhe mata muitos soldados, mas lhe deixa os generais vivos e sãos; outra, a oriente, fraca comedora de tropas miudas, mas muito sôfrega dos altos postos dirigentes. Daqui resulta que o recuo estratégico do Sr. Helferich foi muito mais profundo do que costumam ser os de Hindenburg; e que esta diferença na amplitude da manobra defensiva tem de manter-se sem altera-

ção sensível, em-quanto na Alemanha governarem, como governam ainda hoje, os dinastas belicosos, os barões feudais e os valentes tarimbeiros agaloados.

Não esqueçamos que a fama geminada de Hindenburg e Lüdendorff se criou logo ao princípio da Guerra, na luta contra os Russos, que tinham invadido a Prússia Oriental; e que a Prússia Oriental é latifúndio dos fidalgos camponeses, em cuja classe se recruta em grande parte a oficialidade do exército alemão.

Invasas as suas terras e casas pelo inimigo oriental, os dirigentes militares da Alemanha alteraram súbitamente, *pro domo sua*, o velho e estudado plano do Estado Maior, que consistia em subjugar a França numa correria fulminante, e em desfazer mais tarde o Russo com vagar. Sobrepondo o egoísmo ao patriotismo, correram a salvar os seus castelos e campos, desviaram para isso forças importantes da linha ocidental, e assim perderam a primeira batalha do Marne, em 1914. O que verdadeiramente se salvou assim foi a França e a vitória final dos Aliados. Mas o povo alemão ainda não deu fé de que o que verdadeiramente se perdia, para salvar a fazenda dos

generais prussianos, era o próprio futuro da Alemanha. E no seu próprio presente foi talhada assim também uma enorme e sangrenta lasca, pois que mais de um milhão de Alemães caíram mortos nestes quatro anos de guerra, muitos dos quais estariam de-certo ainda vivos, se a guerra houvesse sido feita, como fôra planeada, em duas manobras successivas, em lugar de simultâneas.

— ¡ Se recuarmos diante de Foch (continúa a cantar o dueto Lüdendorf-Hindenburg) é para salvar quanto em nós cabe as vidas preciosas dos soldados alemães !

Lá se viu...

XLIII

Princípio do fim

Setembro de 1918.

Os jornais alemães começam a ver e a dizer a verdade. Mas ainda lhes falta coragem para a olharem de face.

— O soldado alemão (diz a «Gazeta de Voss») luta pela sua existência e pela sua liberdade, «para não ser escravo da Inglaterra». «Se a Inglaterra nos ditar a paz», a Alemanha desaparecerá *ipso facto* do mapa do mundo. Os ricos serão despojados de toda a sua fortuna; e os pobres perderão o seu único recurso, que é o trabalho das suas mãos...»

Para levantar os espíritos do povo, profundamente abalado com quasi dois meses de desastres militares inesperados e já agora bem irreparáveis, enegrece a «Gazeta de Voss» quanto pode o quadro da derrota final e decisiva, que é preciso evitar a todo o custo. Mas não profere uma palavra do adversário mais temível que a Alemanha

tem hoje diante de si. Dir-se-ia que os Estados-Unidos não existem, ou não estão na Guerra, ou que não foram êles quem veio fazer descer contra ela o prato da balança, ontem ainda hesitante e agora carregado com todo o pêso ameaçadoramente decisivo da riqueza, da energia e também do idealismo norte-americano.

Mas a verdade rompe soberana, como a luz pelas friachas do alqueire. E é por isso que a mesma «Gazeta de Voss», noutro ponto das suas lamentações desanimadas, vê sem querer ver, e confessa sem querer confessar:

— A abundância de recursos materiais torna fácil a tarefa de Foch. Quem tem ao seu dispor o esforço de um mundo inteiro ocupado a fabricar material de guerra, pode reparar de-prensa as perdas que a batalha impõe. E' fácil, por exemplo, receber instantaneamente o número necessário de carros de assalto. Ao menor sinal e sem a menor demora, todo o material requerido chega automaticamente. ¡ Ah! ¡ Tivessem Hindenburg e Lüdendorff à sua disposição os homens e o material de todo o género que se oferecem aos nossos inimigos!...

E' evidente que o povo alemão concordará unânimamente com esta evidência: que Hindenburg e Ludendorff seriam os mais fortes, se, ao contrário, e por desgraça dêle, povo, não fôsem agora os mais fracos...

Mas como não foi o povo alemão quem enfraqueceu os seus chefes militares, pois nada lhes recusou nunca e tudo continua a dar de quanto lhe pedem ainda agora, lá virá fatalmente o dia de juízo — de juízo em todo o sentido — em que êle olhe à roda para procurar e castigar quem o envolveu numa guerra sem saída, e a conduziu de modo a reunir contra êle «o esforço material e sobretudo moral de um mundo inteiro».

XLIV

O castigo

Setembro de 1918.

CERTO jornal americano atribui a destruição fundamental e sistemática das povoações francesas pelos Alemães a três motivos diversos: o ódio ao Francês e o gosto de lhe infligir as piores torturas morais e materiais; o espírito de rapacidade, que transformou o Kronprinz em pilho e ladrão; e, por último, para actuar duravelmente no futuro, um cálculo frio de impedir que a França restaure a sua indústria e o seu comércio depois da Guerra. Esta ideia (diz o Americano) impõe-se com fôrça diabólica às inteligências pervertidas e às almas envenenadas pelas terríveis doutrinas da escola moderna alemã. A destruição da França não é necessidade militar, senão crime deliberado, de que o mundo tem que occupar-se, feita a paz. E' preciso um castigo, e é desde já que nós devemos decidir (continua o jornalista) qual deva ser êsse castigo. Seja

êle, porém, qual fôr, deve incluir por fôrça a restituição e a reconstrução completa das regiões devastadas.

Se êste jornalista americano não mudasse de ideias, de aqui até a data da respectiva aplicação, a Alemanha teria grande vantagem em conseguir que fôsse êle o encarregado de arrolar ou liquidar as suas tropelias, e, principalmente, de as punir. O que êle, afinal, propõe, não é castigo, mas simples indemnização; e o mundo não germânico teria apreendido muito pouco com a Alemanha, se viesse a contentar-se com isso.

As pessoas pensantes e previdentes, por grande que seja o seu sangue frio, e ardente o seu humano desejo de desforra, não podem deixar de tremer, à simples ideia do tamanho enorme da «língua de palmo» com que os Alemães de ambos os sexos, e de tôdas as idades e classes, terão de pagar o que fizeram, ou deixaram fazer, ou acharam bem que se fizesse. A única dúvida, mas essa cada vez mais pequena, é que os crêdores consigam levar-lhes a conta a casa. E a única esperança que êles possam ter de uma relativa impunidade, ou de uma paga

com abatimento é a possibilidade de que a fadiga dos povos adversários diminua o encarniçamento dos seus exércitos, fazendo-os parar a meio caminho da desforra (1).

Se esta prosseguir até ao fim, as terras belgas e francesas devastadas serão reconstruídas e melhoradas pelos próprios soldados alemães, sobreviventes dos que as destruíram. E as fábricas alemãs virão a ser sangradas dos seus maquinismos, para com elles se reconstituírem, mas em maior escala, as indústrias da França e da Bélgica.

(1) *Post-Scriptum* de 1923: Foi isto mesmo o que a-final aconteceu, e o resultado é que a Guerra continua, como se está vendo no Ruhr.

Prisioneiros felizes

Outubro de 1918.

A FIRMA o cronista francês Pardiellan que tem visto chegarem à retaguarda das linhas francesas, desde 1914, muitos milhares de prisioneiros alemães; mas que nunca observou caras mais alegres e demonstrações de maior contentamento, do que nos soldados alemães que o exército britânico acaba de aprisionar entre o Avre e o Somme.

— Não é apenas alegria, diz Pardiellan. É felicidade exuberante e ruidosa. Os cerrados retumbam incessantemente com as gargalhadas e cantos dos prisioneiros. E é preciso ver as manifestações a que êles se entregam, quando outras levadas se lhes veem juntar. Há aclamações frenéticas e milhares de mãos que se agitam no ar. Bem no fundo, chega a ser indecente. Inglêses ou Franceses, nas mesmas circunstâncias, teriam outro propósito.

Este quadro impressiona, mas não surpreende. Surpreendente seria, ao contrário, que a carneirice alemã, pelo simples facto de mudar de sítio e de circunstâncias, mudasse também de natureza.

O espírito de indisciplina tem, à sua hora, as suas vantagens. O Latino sempre revoltado, o Anglo-saxão educado na liberdade individual, são mais difíceis de governar, durante a paz, do que o submisso e manso gado germânico. Mas a tendência inata e incurável dos Latinos para a revolta faz com que eles, na Guerra, se revoltem também contra a derrota e acabem por encontrar, a-final, o caminho da vitória.

Se isto é assim como tão facilmente o estamos supondo e definindo, a fôrça e a resistência alemãs, tão formidáveis ainda ontem, correm ao risco grave de se desmornarem ou evaporarem amanhã em vinte e quatro horas. E aquele campo de prisioneiros onde foliam e jubilam, felicíssimos de saborear o pão inglês, os mesmos soldados alemães que poucas horas antes caminhavam de encontro à Morte para ajudarem Deus a «castigar a Inglaterra» — pode bem ser miniatura de uma Alemanha nova e mansa, igual na essência, embora oposta na

aparência, à Alemanha brava que temos visto: uma Alemanha vencida, domesticada e contente, tão fiel e submissa ao seu futuro governador Foch, Haig ou Pershing, como a actual o tem sido aos seus super-sargentos Hindenburg, Lüdendorff e Hohenzollern.

XLVI

A sombra de Guilherme

Outubro de 1918.

“ **A** POIANDO-ME no acôrdo de tôdas as autoridades qualificadas do Império (disse o chanceler Max de Bade no seu discurso inaugural, proferido perante a Dieta) e com aprovação dos aliados que procedem em concordância connosco, dirigi na noite de 5 de Outubro, por intermédio da Suíça, ao Presidente dos Estados-Unidos da América, uma nota em que lhe peço que empreenda o restabelecimento da paz, entrando para tal fim em negociações com todos os estados beligerantes. Esta nota é dirigida ao Presidente dos Estados-Unidos, porque êste, na sua mensagem ao Congresso, de 8 de Janeiro passado, e em outras manifestações mais recentes, *nomeadamente no discurso proferido em Nova York a 27 de Setembro último*, expôs um programa de paz geral «que nós podemos admitir como base de negociações».

Convém recordar que um dos passos do discurso de 27 de Setembro diz o seguinte:

«Estamos todos de acôrdo em que a paz não pode ser obtida por transigência ou re-gateios com os Governos dos impérios centrais, porque já tivemos de tratar com êles e já os vimos tratar com outros Governos outrora empenhados na luta, e porque conhecemos os tratados de Brest-Litovsk e de Bucarest, e êstes tratados nos convenceram de que êsses Governos «não teem honra», nem intenção de ser justos. Não observam nenhum tratado, não respeitam nenhum princípio, e não temem senão os fortes. Com êles não poderemos discutir, porque tornaram a discussão impossível».

E' indispensável ter em vista esta tremenda e cortante afirmação, para explicar um dos pontos da resposta do Sr. Woodrow Wilson, tal como no-la apresenta a tradução da Agência de Havas: «O Presidente julga igualmente oportuno perguntar se o chanceler imperial fala simplesmente em nome das autoridades constituídas do Império, que até aqui teem conduzido a Guerra».

A isto já respondeu o Dr. Solf, em nome

«do Govêrno e do Povo alemão», que o pedido de armistício é feito em nome da soberania nacional alemã, representada por uma maioria parlamentar regularmente eleita. E em presença de todos êstes factos históricos pode estranhar-se, e até admirar-se, que haja ainda quem pergunte se o imperador da Alemanha abdicará. O imperador da Alemanha já abdicou, desde o instante em que se viu forçado a negociar, ou a permitir que se negociasse com o Presidente Wilson, sôbre a base de um discurso em que êste acusou o Govêrno imperial — o seu Govêrno — de ser «um govêrno sem honra» E' por isso que as notas da chancelaria alemã, posteriores à capitulação da Bulgária, já nem falam no Imperador. A Alemanha aflita pode levar tempo a resolver qual será o seu novo «Kaiser»; mas Guilherme II já não é a estas horas senão «o antigo imperador».

XLVII

A «fôrça misteriosa»

Outubro de 1918.

— **E**, um espectáculo consolador, o das cidades, vilas e aldeias de França, devastadas e incendiadas pelas nossas tropas em retirada!

Assim exclamava, desvanecida, a «Fôlha Diária Berlinesa», jornal aliás liberal e sensato, num dos seus números posteriores ao comêço da contra-ofensiva de Foch.

Mas o economista alemão Stresemann ia mais longe ainda, ao proferir na Dieta Imperial a célebre frase característica:

— A «pilhagem (como lhe chamam os Franceses) efectuada por nós nas fábricas de tecidos e de máquinas, significa desde já para a França um prejuízo de muitos biliões de francos. Devemos felicitar por isso a indústria alemã, que assim se vê livre de um adversário temível.

Ou por ódio desesperado de adversários forçados a recuar, ou por cálculo frio e cínico de concorrentes industriais, muitos Alemães — Alemães dirigentes e responsáveis — comprovaram-se assim em ostentar cruelmente a beleza que achavam nas crueldades praticadas em França, em vez de, como outros fizeram, mais hipócritas ou mais comedidos, procurem mascará-las com a capa da necessidade militar.

Há poucos dias, em presença de novas devastações exercidas em Cambraia, Douai e outras cidades que a tropa alemã não pôde conservar, decidiu-se o Govêrno francês a publicar uma declaração oficial, em cujos termos se promete exigir a seu tempo, da Alemanha como todo e de cada Alemão individualmente, a responsabilidade moral, penal e pecuniária, dos crimes e vandalismos praticados contra o solo invadido de França.

E isto mostra que a França (dorida como está, naturalmente) não percebeu ainda que a Alemanha já foi castigada, com o castigo que maior vantagem e compensação poderia trazer à França, porque é a própria vitória francesa.

A desumanidade da guerra submarina atraiu à luta a América do Norte; os exces-

sos cometidos na Bélgica, e nos departamentos do Norte e Noroeste, contribuíram grandemente para imprimir à Guerra êste carácter irresistível de cruzada universal contra a Fôrça desenfreada e cega. E se agora, após a deserção da Bulgária e na iminência das deserções turca e austríaca, a resistência moral do povo alemão se está evaporando súbita e totalmente, como parece, é que o povo alemão se apavora com a simples hipótese de que lhe metam em casa uma guerra como a que êle meteu na casa alheia. O General alemão «von Ardenne» perguntava um dia dêstes, na já citada «Fôlha Diária Berlinesa»:

— ¿ Qual é a fôrça misteriosa que empurra para trás os exércitos alemães, todavia decididos a marchar para a frente?

Essa fôrça misteriosa não é certamente a tranqüilidade da consciência.

XLVIII

Página de memórias

Dezembro de 1919.

No dia de Ano Bom vai celebrar as suas *bodas de ouro* o «Primeiro de Janeiro», do Pôrto, e já os colaboradores actuais e antigos da velha e popular gazeta portuense se preparam, convocados pelos seus directores, meus ilustres amigos Joaquim Pacheco e Gaspar Baltar, para cooperar no jubiléu e a êle assistirem, pelo menos em espírito.

Esta espécie de Dia de Juízo é muito grata ao meu coração e à suave memória daquele tempo remoto e feliz em que, rapaziinho de buço, me foi dado ver pela primeira vez o meu nome a rutilar em público, no meio da «gente grande» do jornal mais lido da minha terra.

Um dos primeiros artigos que publiquei no *Primeiro de Janeiro* foi, se bem me recordo, escrito na Alemanha, de volta de Friedrichsruhe, aonde eu fôra ver Bismarck

e assistir às festas realizadas para celebrar os seus oitenta anos. Fazendo a crónica do que vira e pensara por essa ocasião, nenhuma irreverência perpetrei contra a justa veneração que todos os Alemães tinham pelo grande velho, cuja obra nacional acaba de ser desfeita por culpa de todos os Alemães. Mas permiti-me troçar, sem maldade aliás, das formas caricatas que assumia por vezes aquele culto; e tanto bastou para que entre a colónia alemã do Pôrto corresse contra mim uma rajada de fúria. Estive a pique (ao que soube depois) de ser expulso de Hamburgo, onde então residia—e não sei também se fusilado.

Ao ver a loucura que mais tarde se apossou das cabeças alemãs, a ponto de precipitar a Alemanha numa guerra de suicídio, mais de uma vez recordei êste facto notável da minha humilde biografia literária. E ainda hoje me sinto algum tanto orgulhoso da honra histórica de ter estado para ser, já em 1894, uma das primeiras vítimas da então incipiente maluqueira pan... ou ipum!... germanista.

XLIX

Nihil novi sub sole

Março de 1919.

CONTA um velho frade que Adolfo, Conde de Nassau, logo que foi eleito rei dos Romanos, por morte do imperador Rodolfo, Conde de Habsburgo (o velho frade diz: Aspurg), escreveu a Filipe, rei de França, uma carta muito pretensiosa, reclamando a restituição de certas terras, que dizia pertencerem ao Império, e ameaçando que, se lhe não entregassem logo o que pedia, o viria a tomar por fôrça.

Parece que o rei francês não deu grande importância ao requerimento, limitando-se a escrever a um canto dêle, à laia de despacho, estas duas palavras:

— *Trop allemand!*

Comenta então o velho frade que aquele conde era o de Alemanha a Baixa, e que à nação alemã se atribui a candidez ou singeleza. Depois, citando Séneca, lembra que quem pede a mêdo ensina a que lhe ne-

quem: *Qui timide petit, negaturum docet*; mas acrescenta que quem pede mandando não ensina a que lhe neguem, senão que obriga a que lhe respondam mal.

Isto já lá vai há séculos, e parece gêmeo do que temos visto ultimamente; mas, quando a gente se metê a remexer em coisas velhas, cada vez encontra menos novidade nas novas. E assim é aquilo de Nabucodonosor, quando, levado da ambição, exigia que as nações convizinhas lhe reconhecessem vassalagem; e, porque tôdas recusassem, irado e fero chamou Nabucodonosor a conselho de Estado e Guerra, e determinou pôr seus exércitos em campanha. «Isto era uma guerra agressiva e injusta, diz outro velho frade (muito mais velho que o Presidente Wilson). E êle, Nabucodonosor, ¿ como lhe chamou? Justa defesa: *Juravit per thronum ac regnum suum, quod defenderet se ab omnibus regionibus his*».

Seria injusto acusar el-rei Faraó de ter deportado para Alemanha, como escravas, as populações da Bélgica e da França; mas abre a gente o segundo livro da Bíblia, que é o *Êxodo*, e logo encontra que, querendo aquele soberano destruir os filhos de Israel,

resolveu carregá-los de trabalho e ir afogando no rio os meninos que lhes nascessem.

Bem se vê que isto era injustiça, aleivosia e crueldade, diz o velho monge. «¿E Faraó como lhe chamou? Prudência, ou sabedoria: *Sapienter opprimamus eum...*»

Estes processos teem sido recentemente muito condenados por antigos. Mau é que se venha a provar que devemos antes condená-los — e sofrê-los — como eternos.

Os Republicanos

QUARTA PARTE

OS OUTROS

I

Os Espanhóis

Maio de 1915.

O cronista espanhol José Maria Salaverria celebra, no jornal «A. B. C.», de 16 de Maio, a elasticidade das finanças francesas e o ilimitado poder de resistência moral e material de todos os beligerantes.

Desta observação tira êle uma filosofia optimista. Vê nas sociedades modernas vigor interno capaz de inacreditáveis esforços, e elasticidade que ultrapassa todos os cálculos. Rejubila com a falência das profecias bascadas sôbre o critério aritmético e estatístico, agora desenganadas pela facilidade com que o dinheiro jorra *sem se saber de onde sai*, e pela energia imprevista dos factos psicológicos. Considera tudo isto *una gran fuente de enseñanza para los pueblos encogidos ó desilusionados, como España.*

«Vê-se bem, continua êle, que o momento

actual não é propício aos tímidos; é o momento de pedir, de exigir... ou simplesmente de tomar. Quem possui quatro moedas e quatro canhões trata de os pôr a render. E o menos que a Espanha já devia ter feito, era *mostrar* que tem mais do que as quatro moedas e os quatro canhões.»

¿ Como se há-de estranhar a um cronista espanhol esta quixotesca expansão ? D. Quixote bebeu a ânsia das aventuras nos livros de cavalaria. Salaverria vive em Paris, a dois passos da Guerra, cujos fumos o embriagam em primeira mão. E o contágio directo, que vai infiltrando a mania bélica no espírito de todos os neutros, pode muito bem atravessar os Pirenéus e contaminar a Espanha rica e próspera.

Mas... *audi alteram partem*. Oiçamos também Sancho Pança.

Sancho Pança dirá com certeza que a Espanha está rica e próspera — exactamente porque está quieta. A sua peseta tem agora, nas cotações da Bôlsa, um pêso de que nunca se gabou e que deixa de coadunar-se com o nome diminutivo da moeda típica espanhola. O franco, ao pé dela, parece sovina pela primeira vez. E isto resulta pura-

mente de ser a Espanha neste instante um grande oásis de juízo e paz, paredes meias com as loucuras da guerra.

A doutrina da elasticidade do esforço constitui *gran fuente de enseñanza*, precisamente porque tem dois gumes. O ilimitado poder de resistência moral e material que *todos* os beligerantes revelam, como bem observa Salaverría, ensina e prega prudência a cada neutro que sinta cócegas de beligerar. Aquele que partir em guerra, seguro do seu *ilimitado*, encontra em frente o *ilimitado* contrário, e aí o temos encravado nas trincheiras, a perder meses, anos, homens e pesetas, para contar em batalhas de trinta meses vitórias de trinta centímetros. Sancho Pança considera mau negócio semelhante aventura e aconselha D. Quixote a abrir escolas, furar túneis, vazar canais. Mais do que nunca os moinhos moem *ilimitadamente* os doidos que se lembram de os atacar.

*
* *

Julho de 1915

L'appetit vient en mangeant. . . e também ao vermos os outros de garfo em riste.

A Espanha, por exemplo, tem aguentado

sem piar, durante anos, uma lazeira enorme, e a sua resignação já estava sendo tomada à conta de fastio. Mas agora, sobretudo depois que a Itália entrou na Guerra, o velho imperialismo espanhol acordou espartíssimo, do letargo em que caíra depois da perda das colónias distantes e do entre-sonho em que vinha modorrando, desde que a Inglaterra e a França lhe permitiram, recentemente, desenferujar as suas mandíbulas cansadas sôbre os ossos menos carnudos do falecido Império Marroquino, que Alá haja em sua santa guarda.

Sem convicção, como quem precisa mais de dormir que de comer, a Espanha andava esburgando há três anos os descarnados penedos do Rife, quando estalou o conflito europeu. E logo abriu os olhos — aqueles olhos duros, habituados ao sol imperial de Carlos v, que nunca se escondia — e com êles começou a fitar, desperta e sôfrega, a apetitosa Tânger, e Gibraltár, que é a sua própria carne abocanhada de estranhos, e Portugal, suplício eterno do Tântalo castelhano.

Vasquez de Mella, orador admirável e poeta épico em política, jaimista, imperialista e quixotista, quer mais ainda do que a satisfação de um comedido irredentismo es-

panhol: quer a aliança com os impérios germânicos, a guerra à Gram-Bretanha, a imposição a Portugal de uma federação ibérica, o Mediterrâneo feito *mare nostrum* latino, e a América Espanhola praticamente compenetrada, depois de tudo isto, de que a Espanha é sua mãe...

— ¡ Depois de Guilherme II (disse Vasquez de Mella, entusiasmado com o seu próprio sonho) é o embaixador de Espanha quem talvez mais mande agora em Berlim!

Esta frase lembra-nos outra, de Silvela: «*España, disse êste há anos, perdió el pulso á raiz del desastre colonial*». Pois, se a Espanha se deixa convencer por Vasquez de Mella de que o seu representante em Berlim está já uma espécie de vice-imperador, poderemos dizer que não só encontrou o pulso perdido, mas o fêz subir sem transição desde zero a quarenta e dois graus.

*

*

*

Janeiro de 1917.

¿ E a Espanha?...

Aí a temos, última e única da irmandade latina, ainda em paz consigo e com todos,

saboreando os favores e consolos da neutralidade, os olhares doces de ambos os partidos e o gordo chorume das pesetas mais pesadas que nunca.

¿ Por quanto tempo? . . .

Todos conhecem a história do espanhol que ia atravessando uma ponte arruinada. Dava um passo cauteloso e dizia: *Dios es bueno*. Avançava o outro pé e murmurava: *Pero el diablo no es malo*. E por fim, tendo chegado são e salvo à outra margem, voltou-se para trás e desabafou, numa frase mal perfumada, a sua ingratidão pelos dois. . .

Este jôgo é o de todos os neutros, sobretudo o daqueles que estão mais próximos das zonas infectadas pela guerra. ¿ Durará muito? ¿ Durará até à paz? ¿ Será mais proveitoso ao país do que a aventura de uma intervenção? A estas perguntas só Deus poderia responder, se quisesse. . . *pero con dificultad*. Entretanto, a Espanha goza a vida, como última grande relíquia da paz num Continente que a perdeu, e não sabe encontrá-la outra vez.

Há quem atribua esta feliz situação da Espanha ao seu bom govêrno. A Espanha — diz-se — tem sido muito bem governada

estes últimos anos. E admira-se o luxo das sobras do seu tesouro, a posição excelente da sua moeda, a sábia prudência da sua preparação militar, o seguro avanço das suas artes e indústrias, o bom-senso do seu sossêgo interior.

Eu não creio que a Espanha tenha sido muito bem governada, porque não estou afeito a ver muito bons governos em parte nenhuma. Vejo, ou via antes da Guerra, países em que se governava muito, e países em que se governava muito pouco. Nuns, a governação, modestamente, limitava-se a ir cumprindo com pacatez o seu dever, sem grandes pretensões, deixando os governados tratarem da sua vida. Noutros era o govêrno roda viva de reformas e de revoluções, monomania agitada e agitante de fazer tôda a gente feliz, insuportável prurido de tudo escabichar e organizar. É escusado dizer que os mais felizes eram e são aqueles que, como a Suíça, a Holanda, a Dinamarca, etc., lá se iam governando obscuramente, sem ninguém dar por isso. Os outros enchiam o mundo com o barulho dos esforços que faziam para atingir a Perfeição — e liquidaram na Guerra.

A Espanha, por motivos vários, tem tido

há oito ou dez anos, governos fracos, tímidos e contemporizadores — governos que governam pouco. Deve ser êste, com certeza, o segredo da sua prosperidade actual. E essa prosperidade continuará, emquanto a sua divisa política fôr, como até agora, *Do mal o menos.*

*

*

*

Maio de 1917.

Agora já se começa a entender a attitude da Espanha. Mas foi preciso que um estadista espanhol se decidisse a pôr um pouco de ordem naquele caos de sentimentos, e a lançar uma réstca de luz na escuridão das opiniões.

Maura falou segunda vez — e foi menos apocalíptico do que da primeira. E, depois que êle falou, já não tem razão de ser a terrível picuinha do semanário *España*:

— A Espanha está-se parecendo um tanto com a Turquia, e um tanto com a Grécia. ; Ainda não appareceu um Venizelos, mas talvez já não falte um Constantino !

Afonso XIII é de-certo mais sincero do

que Constantino, quando diz que em Espanha *só éle e a canalha* são pelos Aliados. E Maura fica a mil léguas de Venizelos, proclamando maldito, como ainda agora fêz, todo aquelle que arroste com a responsabilidade de levar a Espanha à guerra.

O que havia de incompreensível no partido neutralista era a sua tonitroante irreduzibilidade. Jurar e berrar que se permanecerá neutral haja o que houver, é o mais curto caminho para nos escravizarmos a um dos beligerantes, ou a ambos. E a Espanha acaba de experimentar isto mesmo, no instante em que a Alemanha lhe pagou todos os obséquios que lhe deve, metendo no fundo dois vapores que lhe traziam subsistências. A desumana Alemanha foi humana, a-final, em tratar com pouca cerimónia quem se farta de lhe dizer que de nada se ofenderá...

Mas a Espanha caiu em si e, pela bôca de Romanones, declarou-se sentida, e esteve a pique de ofender-se. Maura falou depois, falou na Praça, e é certo haver amaldiçoado quem levar a Espanha à guerra, porque a Praça não está ainda preparada para ouvir outra coisa e amaldiçoá-lo-ia a éle, se se tivesse atrevido a falar de outro modo. Mas

no seu discurso de dois bicos muito hábilmente aguçados, há já um rudimento de convite para combinações futuras e uns fumozinhos de possível beligerância. A Praça não deu por isso, no exercício normal das suas funções de cêguinha. Mas a Alemanha entendeu logo, e já deu ordem aos seus submarinos para serem menos brutos com D. Quixote.

Com D. Quixote, e com Sancho Pança também, pois foi de-certo êste quem meteu no discurso de Maura o longo queixume à Inglaterra a propósito de Gibraltar. Gibraltar ainda não foi restituído; mas os submarinos já estão mais mansos. E o resto... ver-se há depois.

*

*

*

Junho de 1917.

Depois de ter metido no fundo um terço da marinha mercante espanhola, a Alemanha, pela bôca do seu Chanceler, elogia a *neutralidade consciente* da Espanha, recorda as suas *tradições cavalheirescas* e faz votos sinceros para que o povo espanhol *possa colher [os frutos da sua politica indepen-*

dente e forte, pelo desenvolvimento do seu poderio e da sua prosperidade. Palavras não eram ditas, um submarino alemão torpedeia encarniçadamente e manda aos peixes, sem aviso prévio, o vapor espanhol *Patrício*, que navegava em águas espanholas, trazendo a bordo um carregamento de carvão, precioso para a indústria espanhola e para tôda a vida espanhola. E a Espanha cavalheiresca aguenta e cala êste insulto soez, e fica à espera de mais elogios alemães ao seu *cavalheirismo tradicional*, de mais agradecimentos alemães à sua *neutralidade consciente*, de mais votos alemães pelo êxito da sua *política forte*, e pelo desenvolvimento do seu poderio sem barcos e da sua prosperidade sem carvão.

Até há poucos dias ninguém podia encontrar a chave dêste mistério político; mas hoje sabe-se, por informação do *Times*, que a Alemanha quis consolar os Espanhóes, prometendo-lhes Portugal...

Ao passo que nós tomámos partido pelos Aliados logo aos primeiros dias da Guerra, a Espanha tem-se mantido até agora numa neutralidade cabeçuda, temperada de germanofilismo impenitente. E quanto mais se acentuava esta divergência fundamental na

política externa das duas nações peninsulares, mais alto se ouvia de Espanha a serenata apaixonada da harmonia, da aproximação e da união na Península

A paciência com que os Espanhóis aturam os insultos da Alemanha era para nós um enigma difícil; a teimosia em nos prègarem que andássemos juntos, quando cada um de nós ia para seu lado — outro enigma ainda mais enigmático. O artigo do jornal inglês, explicando os dois enigmas um pelo outro, mostra-nos a manha alemã de indemnizar à nossa custa os males ou vexames que a Alemanha tem causado à Espanha; e mostra-nos a Espanha, como aluna retardatária e sonâmbula das doutrinas alemãs de absorção, de imperialismo e de conquista, cada vez mais aferrada a um velho sonho que os safanões da História teem interrompido muitas vezes, sem nunca o dissiparem de todo.

*

*

*

Agosto de 1917.

Tendo atravessado há pouco tempo o centro e o ocidente da Espanha, entre Valência de Alcântara e Barcelona até à fronteira

francesa, senti profunda impressão de riqueza e de trabalho metódico, abençoado e feliz.

A extensão e beleza das searas de trigo regala e arregala-nos os olhos, tal a insistência com que se desenrola, por intermináveis léguas de terreno e intermináveis horas de caminho, o espectáculo da terra possuída e generosa. Mas aos campos vastíssimos do pão sucedem-se, ou com êles se entremeiam, os longos olivedos bem tratados, as pastagens macias, as vinhas a perder de vista. E, em cada povoação que atravessamos, a gente do campo, homens, mulheres ou crianças, exala fortuna, bem-estar e felicidade.

Tanto como na beleza e riqueza da cultura, o sábio aproveitamento da terra manifesta-se pela presença ubíqua dos postes de transmissão da electricidade motriz, que emergem por tôda a parte da verdura satisfeita, mostrando que nenhuma fôrça productiva se ignora ou desleixa, e fazendo compreender a razão dos que afirmam ter a Espanha conquistado para a agricultura, nos últimos dois ou três anos, mais 20 ou 25 por cento do seu melhor solo arável.

Mas ¿ como se compreenderia que esteja vivendo na agitação, no nervosismo político,

e no descontentamento social, um país que agora, como nunca, saboreia a abundância e, único entre as grandes nações do mundo em guerra, goza ainda os deleites da paz?

Já um espanhol inteligente — Luís de Zulueta — atribuiu a estranha situação da sua pátria exactamente à rapidez do seu desenvolvimento e da sua fortuna, posta em contradição com a rotina teimosa da sua política oficial. «Possibilidades maiores (diz êle) determinaram maiores necessidades e maiores ambições. As energias novas não se sentem protegidas por velhos poderes políticos, que insistem em não se adaptarem. É uma crise de crescimento, na qual a própria riqueza actua como elemento de demolição».

De-certo o publicista espanhol vê bem e tem razão; mas, para mim, as *dificuldades de adaptação* ao aumento da riqueza são muito simples e reduzir-se-iam, apenas, a mandar alargar os cofres. Eu entenderia muito melhor, se êle me dissesse que a Espanha está desassossegada precisamente porque está em paz, o que é uma situação singular e falsa, no meio do mundo em armas. A pressão exterior, enorme, chama-a para a guerra; e dentro de si própria há-de ela sentir, por fôrça, a vertigem do abismo circun-

dante. Se hesita, é talvez porque a sua prosperidade actual a convida a raciocinar; mas, se as nações raciocinassem, não teria estalado a Guerra.

*

* *

Agosto de 1917.

Barcelona trabalha, e trabalha bem.

Quem a vir das alturas do Tibidabo ou de Vallvidrera, estendida à beira do Mediterrâneo como enorme tapete cinzento erriçado de chaminés de fábricas, facilmente se convence disto. Quási tôda nova em fôlha, como mostra o alinhamento rectilíneo e largo das suas esquadriadas e extensas alamedas, vê-se bem que a capital catalã é obra principal da geração vivente, e não apenas velho património histórico, devido ao trabalho dos maiores e gozado na sonolência e na ociosidade por herdeiros que só soubessem esbanjar a sua herança.

Mas quem a vir sentada às portas dos cafés da «Plaza de Cataluña», ou passeando na «Rambla del Centro» o dia inteiro e a noite inteira, numa festa pegada que vai de sol a sol e continúa sob a luz eléctrica des-

pendida a jorros, a ponto de nos parecer a noite tão clara ou mais clara que o dia — quem a vir assim, imaginará ter encontrado a Utopia perfeita, onde a riqueza e o progresso não são a justa compensação do trabalho e da faina do homem, mas o prêmio gratuito da sua descuidança e ociosidade.

E a-final Barcelona trabalha, e trabalha bem, não só no comércio e na indústria, senão também na política das Espanhas, que parece estar sendo dirigida, há tempos a esta parte, mais pela Catalunha, que por Castela.

Foi de lá que partiu há dois ou três meses o movimento das ligas militares, donde resultou a queda dos liberais de Garcia Prieto. E é ainda de lá que neste momento os conservadores de Dato receiam a ocorrência de acontecimentos políticos graves, capazes de porem a Espanha às portas da guerra civil, se é verdade que a convocação revolucionária dos parlamentares catalães para 19 de Julho conta com o apoio das ligas militares, isto é: de uma parte importante e buliçosa do exército espanhol.

É possível que estas nuvens se dissipem sem aguaceiro de maior. Mas, no estado de

desassossêgo em que se encontra a Espanha, irreduzivelmente scindida, perante a guerra geral, em dois campos opostos cujas fôrças se equilibram, a última palavra grave pertencerá às minorias audaciosas, e estas parece terem instalado o seu quartel general na província espanhola mais franceza e mais vizinha da França

II

Os Italianos

Junho de 1915.

ASSIM como os rapazes pequenos gostam de brincar à pancadaria, e quando crescem e envelhecem organizam a Ordem e a Polfcia, assim as raças jovens prezam a guerra acima de tudo, ao passo que os povos antigos se desacostumam dela, a ponto de se deixarem um dia subjugar pelos seus vizinhos mais novos e mais fortes. A infância e a adolescência teem excessos de vitalidade de que precisam para alimentar o crescimento, e cujas válvulas de segurança são a energia e a agitação. Os adultos e os velhos, com as suas células estacionárias ou decadentes, estão condenados às predilecções mansas do sedentarismo, da tranquillidade e do conforto.

A Prússia e a Rússia são belicosas; a China e a Itália são pacíficas. Isto equivale a dizer que aquelas duas nações são formadas de raças ainda frescas e infantis, e

estas últimas constituídas por povos já mais velhos e gastos. Mas a Itália — diz-se — está em vésperas de partir em guerra contra a Alemanha e a Áustria, suas aliadas de ainda há um ano. É possível que sim, É possível até, que já a estas horas se tenham rompido as hostilidades entre as duas. Assim como o velho lidador Gonçalo Mendes da Maia, fronteiro de Beja por D. Afonso Henriques, celebrou os seus noventa e cinco anos de idade fazendo uma entrada por terras da frontaria dos Mouros (onde aliás encontrou a morte) assim também a velha Itália poderá ter montado a estas horas o seu ginete murzelo, vestido o seu lorigão de malha de ferro e empunhado a sua boa toledana, para ir à conquista das Províncias Irredentas. Se assim foi, terá acontecido o que era possível, mas não o que era natural.

Lá o disse Taine melhor que ninguém:

«Quando em tôda a Europa a sociedade era ainda feudal e os homens, como animais bravios e fortes, só pensavam em comer, beber e brigar, apresentava-se já a Itália como país quasi moderno. Os burgueses reinam tranqüilamente em Florença:

fabricam, negociam, são os banqueiros da Europa e tratam de ganhar dinheiro para o gastarem como homens de espírito. Fazem a guerra, quando não podem deixar de a fazer, não por si próprios, mas pela mão paga dos *condottieri*. E êstes, que no âmago são também negociantes espertos, reduzem êles-próprios os combates a simples cavalgadas, onde só por descuido morre alguém. Citam-se batalhas em que apenas ficou morto um soldado. A diplomacia e a astúcia substituem a fôrça e a violência...

A diplomacia e a astúcia são bem italianas. São as maiores fôrças de uma nação velha, que há muitos séculos desaprendeu a guerra. São as únicas protecções naturais de um país geográficamente desamparado no Mediterrâneo — situação difícil que desde a velha Roma o força a escolher entre as duas pontas do dilema extremo: — ou ser dominador, ou ser escravo.

*
* * *

Junho de 1915.

Profundos como sempre, e científicos a mais não ser, descobriram os Alemães sem

custo que o poeta Gabriel d'Annunzio não se chama D'Annunzio, mas pura e horrivelmente... Rapagneta. E como o autor da «Nave» é considerado na Alemanha um dos obreiros mais activos ou mais eficazes da guerra da Itália contra a Áustria, procuram os jornais patrióticos de Berlim e de todo o Império cobri-lo de ridículo, trazendo à tona o seu velho nome oculto e esquecido, e affectando não o tratar senão por êle. «Rapagneta» não soa, com efeito, melodiosamente, pelo menos aos nossos ouvidos lusitanos. Mas a culpa não é tanto do nome em si, porque o que, na essência, o torna ridículo, é o hábito em que o mundo inteiro está desde vinte e mais anos, de tratar o seu glorioso dono por outro apelido. Todos sabemos que Anatólio France é na verdade apenas Anatole François Thibault, e que Voltaire não passava realmente de François-Marie Arouet; mas sabemos também que ao génio de Voltaire e de Anatólio France não falta ou não faltava fôrça para tornarem tão grandes os nomes que tinham, como os pseudo-nomes que adoptaram. O que, a-final de contas, desfeia a insignificante palavra Rapagneta não é o ódio da imprensa alemã, mas o próprio génio e a mereci-

da celebridade do poeta Gabriel d'Annunzio.

Tudo isto me transporta com saudade a uns vinte e cinco anos atrás, quando ainda estava no Pôrto o pintor ornamentista José Cellini, que é hoje, segundo creio, professor da Academia de Roma. Cellini era então, fora da Itália, talvez o único admirador do poeta Gabriel d'Annunzio, que teria nesse tempo pouco mais de vinte anos e, se bem que já houvesse publicado um livro de versos, não era ainda tomado a sério como poeta, e estava inédito como romancista. O próprio Cellini, seu amigo íntimo e poeta êle mesmo, além de pintor, não perdia ocasião de nos recitar e gabar os sonetos que d'Annunzio compusera ainda no liceu. E jurava-nos, com a sua voz esganiçada, parando mil vezes na ladeira de Santo António, ou deitando imensas colheres de açúcar na sua chícara de café à mesa do Camanho,—que aquele rapaz havia de ir longe. Nós sorriamos, frios e scépticos, talvez porque o italiano, apesar da sua doçura de língua musical em si mesma, só nos entrava cá dentro depois de bem gorgoeado pelas cantoras do teatro de S. João,

que eram em regra muito mais bem feitas do que o barbudo, míope, desdentado e esganiçado amigo Cellini.

Três e quatro anos mais tarde apareciam *Il piacere, Il trionfo della morte, La virgine delle rocche*; e o nome de Gabriel d'Annunzio ecoava de repente aos quatro ventos da celebridade universal. Lembrámo-nos então do profeta Cellini, e já não sorrimos. Aquele rapaz fôra longe, com efeito; mais longe ainda do que esperava e jurava o entusiasmo do seu amigo do Pôrto. Cellini, a esse tempo, já tinha recolhido à Itália.

Aquele rapaz foi longe. Esperemos todos no futuro da nossa raça latina. Confiemos todos que Gabriel d'Annunzio, ou Gabriel Rapagneta, ajudando a empurrar a Itália para a Guerra, não terá ido longe de mais.

*

*

*

Agosto de 1917.

Os Franceses procedem hábilmente, repetindo sem cessar, e fazendo repetir pelos estadistas britânicos, sempre que podem, a sua firme resolução, ou o seu direito imprescindível, de recuperarem desta vez a Alsácia e a Lorena.

Ainda ontem o *Temps*, na letra grossa da sua *Situation diplomatique*, intimava com tôda a desfaçatez o Sr. Lloyd George a tratar novamente do assunto, no discurso importante que deve estar proferindo a esta hora — 3 da tarde de 4 de Agôsto. E, assim, não só a Gram-Bretanha se educa e compromete fundamente para fazer sua no momento da paz a já histórica reivindicação francesa: os próprios Alemães, à fôrça de lerem e de ouvirem ler que a França espera e quer para si as duas actuais províncias do Império, acabarão por achar natural, e depois admissível, e por fim razoável ou justa, a afirmação tanta vez formulada e repisada.

Mas, ao mesmo tempo que a França não poupa ensejo de acentuar a sua firme intenção de reaver a Alsácia e a Lorena, e que os estadistas britânicos apoiam ostensivamente e a cada passo a pretensão francesa, continuava a fazer-se a respeito das reivindicações da Itália um silêncio que parecia cada vez maior e mais propositado.

A política franco-britânica, a êste propósito, percebe-se e justifica-se bem, pelo desejo manifesto de não intimidar a Áustria, fazendo-a ver na vitória dos Aliados o seu desmembramento inevitável, e contribuindo

assim para transformar em nó cego o laço que prende a velha monarquia de Habsburgo aos destinos do Império Alemão.

Mas a Itália não pode, nem quer entender isto. A Itália reclama, como paga mínima da sua cooperação e dos seus sacrificios, a posse dos territórios *irredentos*, e a hegemonia adriática; e deseja, naturalmente, que o irredentismo italiano seja posto em pé de igualdade como o irredentismo francês.

Para o conseguir mandou a Itália à Inglaterra o seu hábil ministro Sonnino, que fala pouco, mas sabe o que quer. Vê-se que a missão frutificou útilmente, porque a imprensa britânica logo pôs em relêvo, calorosamente, a necessidade e a vontade de reconhecer e apoiar os objectivos da guerra italiana. Mas as últimas vitórias de Cadorna constituem para a Itália um reclamo muito mais sólido, do que os silenciosos trabalhos de Sonnino. Todos falam em Direito, e afinal é sempre a Fôrça quem melhor se faz ouvir...

*

*

*

Novembro de 1917.

Quem tiver palpado recentemente a consciência colectiva da Itália, encontra conso-

lação para o desgosto recebido com a notícia do último assalto austro-alemão, na certeza de que a Itália não foi surpreendida por êle.

Em Setembro passado, os importantísimos avanços de Cadorna no planalto de Bainsizza tonificaram a opinião e o sentimento público, enervados pela miudez dos resultados de uma guerra longa e difficil. Tonificaram-nos talvez até de mais, porque logo as almas entusiásticas, optimistas e simples, vendo cessar um dia as felizes notícias de avanços e de aprisionamentos, concluíram, não que os avanços e aprisionamentos tinham cessado, mas que prosseguiam em segrêdo, e que só se tornariam conhecidos (porque assim convinha à estratégia do Comando Supremo), quando se desse a queda iminente de Trieste...

Este sebastianismo e esta fé ingénua eram a reacção natural de longas impaciências, causadas pelos curtos avanços anteriores, e de que os próprios soldados se riam na sua engraçada cantiga :

Il Re ha scritto alla Regina :

«Si vuoi veder Trieste,

Comprate una cartolina!»

(— *Se queres ver Trieste, compra um postal illustrado.*)

Mas todos os Italianos serenos e pensantes, com quem falei, viviam, ainda durante o inebriamento das boas notícias, na apreensão e no receio do futuro, vendo na Itália a segunda vítima da decomposição do poder militar, político e administrativo da Rússia.

O que êsses previam aconteceu agora, e fez-se esperar apenas o tempo necessário para que os Alemães consolidassem a sua situação na frente de Nordeste, pela tomada de Riga, e para que algumas dezenas de divisões de tropas germano-austriacas fortes, fôsem substituídas desde o Báltico à Roménia por meia dúzia de velhos espantalhos, que agora bastam para conter em respeito o maravilhoso exército democrático de Lenine, Napoleão do «Recuanço».

Um dos argumentos inventados para defender a indefensável salada russa actual, ou para distrair o desconforto dos Aliados em presença da situação gravíssima de uma das frentes maiores e mais importantes, consistia em dizer que os Alemães já não tinham força para utilizar as vantagens da liquefacção anárquica do exército russo. Os Alemães respondem, desenhando a ferro e fogo uma invasão da Itália. E a esperança que nos resta por agora, é que a Itália

possa defender-se sòzinha, calando em face do inimigo as dissensões internas, que são graves; esquecendo as dificuldades de alimentação, que são enormes, e aproveitando a tempo as suas reservas militares, que são consideráveis.

O resto são mentiras, e a dureza dos tempos aconselha a olhar em face a verdade.

III

Os Suíços

Novembro de 1915.

ESTÁ na ordem do dia, na Suíça... ?
quê?

O Leitor é esperto e já adivinhou : com a guerra a esbravejar em três fronteiras, com o cuidado da sua independência e integridade mais aceso ; com a urgência de velar pela sua alimentação, que há-de vir-lhe em grande parte de uns e outros países beligerantes — já se vê que o que está na ordem do dia, na Suíça, é a guerra e os problemas diplomáticos, económicos, industriais, militares, que ela suscita. E' possível que sim ; mas, tome o Leitor esperto sob os seus olhos o *Journal de Genève* de 11 de Novembro, e lá verá que o que está na ordem do dia, na Suíça, é, como antes-ontem, como ontem, como sempre, inevitavelmente, — espécie de sonho sem fim, espécie de obsessão, espécie de mania — o problema da educação nacional, e sobretudo

da educação cívica na escola. Lá verá que a Sociedade Suíça dos Mestres Primários se reuniu para tratar do assunto, e ouviu sobre êle um longo discurso do ministro federal Mr. Calonder. Lá verá os conceitos, planos, alvitres, preocupações, que trasbordam do espírito dirigente daquele grande povo, insaciável de ensino, guloso e sôfrego de educação :

«As experiências feitas no decorrer da guerra actual mostram que *o nosso sentimento nacional deve ser tornado mais consciente e mais robusto*. As nossas escolas *ainda não trabalharam bastante* para desenvolver o ideal nacional. O que elas devem fazer é conservar cada vez melhor *os costumes nacionais*, defendê-los contra a influencia estrangeira; avivar e aprofundar o sentimento da responsabilidade do cidadão perante o Estado; ligar maior atenção à história contemporânea; fazer compreender aos alunos o funcionamento das instituições actuais e os seus deveres para com a Pátria. O nosso país necessita de individualidades fortes, inspiradas num sentimento nacional vigoroso e consciente. Esta condição da nossa existência é-nos mais necessária hoje

do que nunca, *em presença da invasão crescente de elementos estrangeiros*. Êsses elementos só poderão ser assimilados, se o nosso povo puder e souber afirmar uma força nacional criadora.»

Trocado em miudos, tudo isto quer dizer que a Suíça se considera já a coberto de uma penetração germânica, violenta e imediata, para dentro das suas fronteiras; mas encara com grave reflexão o perigo mais remoto, e no em-tanto mais irresistível ainda, do infiltramento manso e contínuo da influência alemã no seu espírito nacional, tão cuidadosamente elaborado e mantido. E daqui resultam duas lições, ambas ricas de ensinamento: a primeira poderia aproveitar àqueles que tão de-pressa parecem ter esquecido, depois da Guerra, que a Alemanha foi verdadeiramente terrível para êles sobretudo durante a paz, e o voltará a ser depois dela. A segunda lição, mais comovedora, infunde em nós alto respeito por esta Suíça excepcional, tão cuidadosa da sua independência e tão justamente receosa de a perder. Com as suas montanhas, com a sua organização militar quási religiosa, quási sagrada, a Suíça tem por si a Natureza e o

peito dos seus filhos, para a defenderem da invasão física. Mas contra a invasão moral e intelectual, mais lenta e mais temível, falta-lhe a única fortaleza inexpugnável, que é uma língua nacional própria e exclusiva.

IV

Os Austriacos

Setembro de 1918.

HÁ tempos, a propósito de uma das muitas e parece que sempre infructíferas conferências do Imperador da Áustria com os dirigentes alemães acêrca da nova partilha da Polónia — dizia um jornal suíço, amigo dos Aliados, que o soberano austro-húngaro estava defendendo, contra Guilherme II e o seu rancho, os interêsses da Europa, ao mesmo tempo que defendia os seus próprios; e que a imprensa aliada faria bem em não perder de vista êste facto, abstendo-se de tratar a ponta-pés o sucesor de Francisco José...

Seria eu o último a aconselhar que se trate a ponta-pés seja quem fôr; mas não tenham os nossos amigos suíços illusões a respeito da natureza dos argumentos que convenha adoptarem-se para atrair a boa vontade e a simpatia da venerável casa de Habsburgo, ou para a descolar da Alemanha.

Se dermos à palavra «ponta-pé» sentido algum tanto folgado, cedo veremos que a Casa de Áustria não conhece desde 1866, isto é: desde Bismarck e Sadowa, outro tratamento mais suave, por parte dos seus próprios e inseparáveis amigos prussianos; e que o segredo essencial dessa amizade tão íntima está no facto de se não ter ainda inventado a maneira de dar nos Habsburgos ponta-pés mais convincentes do que os que elles recebem dos Hohenzollerns.

Pôsto isto, é de plena evidência que a contra-ofensiva dos Aliados, ponta-peando duramente os Hohenzollerns, acolchoa até certo ponto as regiões ameaçadas dos Habsburgos; mas, de certo ponto por diante, o perigo e a dor ameaçam crescer ainda mais.

Se a derrota ocidental da Alemanha se acentua e completa, ¿ onde irá ela buscar compensação industrial para a perda certíssima da Bélgica e da Alsácia-Lorena? Na Silésia austríaca e no norte da Boémia, diz um entendido. ¿ Onde é que o Centro Católico Alemão, tão poderoso, pode ir encontrar belíssimo reforço eleitoral? Nas regiões alemãs da católica Áustria. ¿ Onde é que a Baviera descobrirá uma ampliação territorial que substitua a Alsácia, cobiçada por ela?

Na região de Salzburgo e no Tirol, terreno que já foi seu no tempo de Napoleão. Como é, em-fim, que os Hohenzollerns, apesar de derrotados na guerra, poderiam sair dela reconfortados? Chamando ao seu seio os súbditos alemães dos Habsburgos.

Encostados a uma das paredes da Europa, os pobres Habsburgos não teem mais por onde escolher: ou se sentem valentes e fazem frente a tudo e a todos; ou voltam costas para salvar a cara, e apanham ponta-pé de criar bicho.

V

Os Americanos

Novembro de 1918.

O grande orador espanhol sr. Vasquez de Mella, chefe do partido jaimista, profetizou recentemente que as potências europeias perderão, finda a Guerra, o domínio do Mediterrâneo; e que pela primeira vez na História se há-de ver o Novo Mundo estabelecer colónias no Antigo.

O sr. Vasquez de Mella tem um tanto a mania de ver longe, o que é quasi sempre uma boa maneira de ver mal. Verdade seja que, quando a vista só descobre ao perto espectáculos tão feios como os que temos tido a alcance dela, vale a pênna deitar os olhos às distâncias e enxergar diante dêles coisas lindas. E uma das lindas coisas que realmente se podem ver no horizonte político do Futuro, é êsse espectáculo novo e grande da vinda dos povos coloniais, refazendo em sentido contrário o caminho seguido outrora pelas suas metrópoles anti-

gas, para acudirem à decadência dos fundadores, à decrepitude dos pais, à loucura senil dos avós, e colonizarem por sua vez, com novo sangue, novo juízo ou novas forças, os que os tinham colonizado a êles com a sabedoria das velhas civilizações e o afan de uma perdida mocidade.

‡ Imagina o sr. Vasquez de Mella, por exemplo, que seria um dia de desonra ou de pavor para a Espanha aquele em que fundeasse em Palos uma esquadra cubana ou argentina, vinda de uma Cuba ou de uma Argentina civilizada, poderosa e gloriosa, pagar na mesma moeda o serviço prestado a essas duas nações pelos seus velhos pais Castela e Aragão?...

Eu, pela minha parte, acho lindo que as Ilhas Britânicas estejam sendo garantidas neste momento, contra um possível desembarque alemão, por seiscentos ou oitocentos mil soldados norte-americanos. E se na Inglaterra há inglêses que se afligem ou afrontam com isso, é porque não se lembram de que a Europa envelheceu como tudo envelhece no mundo, nem reflectem que não há mais belo espectáculo do que o do velho trôpego amparado ao filho fresco e válido.

Longe de achar humilhações neste facto

de vir a América socorrer e defender a Europa, entendo que a Europa, não pode razoavelmente encontrar nêles senão motivos de consolação e de orgulho. Os políticos dizem: ; Que vergonha, o Novo Mundo a estabelecer colónias no Antigo! Os negociantes dizem: ; Que prejuízo, a América a conquistar o monopólio do comércio, da finança e do trânsito! Mas os poetas e os filósofos, superiores à vaidade cêguinha dos políticos e à mfope avareza dos mercadores, vêm nestes rejuvenescimentos e retornos da velha onda ariana uma promessa de eternidade da Raça, contra as inundações humanas de outra origem.

*

*

*

Talleyrand, o político esperto, profetizava há quasi um século que a América do Norte, à medida que fôsse crescendo, sentiria crescer em si própria o desejo de intervir nos negócios da Europa; e que da sua intervenção resultaria *ficarem banidas por muito tempo do Velho Continente a segurança e a paz.*

Vejam agora o que profetizava pela

mesma época outro vidente, Vitor Hugo, o poeta inspirado :

«Não chegará o momento em que a nossa civilização se dêta de novo ao caminho para continuar a majestosa viagem à roda do mundo ? Não é verdade que ela parece inclinar-se para a América ? Será arriscado supor que, gasta e deturpada no Antigo Continente, ela vá procurar uma terra nova e virgem para se remoçar, fecundando-a ? E não tem para isso a nossa civilização um princípio novo — novo, apesar de brotar do Evangelho, que já tem dois mil anos, se é que o Evangelho tem idade ? Refiro-me ao princípio de *emancipação, de progresso e de liberdade*, que parece ser de ora avante a lei do mundo. E é na América que dêle se teem feito, até hoje, mais largas aplicações, porque ali é imensa a escala de ensaio e nada estorva os renovamentos. Ali não tropeçam as reformas e os progressos, a cada passo, de encontro às ruínas das velhas instituições. Se êsse princípio fôr chamado, como jubilosamente creio e espero, *a refazer a sociedade dos homens, será a América o centro da nova revolução*. Dêsse foco há de espalhar-se pelo mundo inteiro a luz nova

que, em vez de secar os velhos continentes, lhes restituirá talvez calor, vida e mocidade.»

Assim falava Vítor Hugo em 1827. E quando, em 1869, a Grécia e a Creta pediam baldadamente à Europa que as libertasse das mãos dos seus verdugos, o grande poeta francês apelava para a América e dizia :

«Washington há-de ouvir e há-de vir. E' a aurora que desponta. O futuro ilumina o horizonte. A fraternidade dos povos esboça-se. O novo mundo chega ao velho mundo. A América sai da política local e entra na glória...»

Há, portanto, quasi um século que a Europa chamava a América, pela voz dos seus grandes sonhadores e poetas — dos seus verdadeiros profetas. Não pode, pois, dizer-se que a América se não tenha feito rogar. Levou tempo a vir, mas veio à sua hora, que era ao mesmo tempo a nossa hora — a grande hora mundial da paz, da justiça e da liberdade, sonhada por Vítor Hugo.

Talleyrand tinha medo dela, porque Talleyrand era político, e os políticos teem sempre o relógio atrasado.

*

*

*

Novembro de 1918.

Um jornal monárquico de Lisboa cita, de pág. 25 das «Memórias» do Príncipe de Talleyrand, os seguintes prognósticos sôbre a América, escritos há precisamente cem anos :

«A América aumenta dia a dia. Tornar-se há um poder colossal, e lá virá o momento em que, colocada face a face com a Europa, em comunicação mais fácil por meio de novos descobrimentos, ela desejará pronunciar-se sôbre os nossos negócios, fazendo sentir a sua mão. A prudência política impõe portanto aos governos do Antigo Continente o cuidado de velar escrupulosamente para que nenhum pretexto se ofereça a tal intervenção. No dia em que a América puser o pé na Europa, daqui ficarão banidas por muito tempo a paz e a segurança.

— Sôbre ser um grande diplomata (diz o

mesmo jornal monárquico, comentando esta transcrição) Talleyrand era também um bom profeta, como a História se encarregou de demonstrar...

A História — creio eu — só se encarregou de demonstrar, por emquanto, uma das três partes da profecia de Talleyrand: a América foi crescendo dia a dia, até se tornar um poder colossal. Resta agora discutir se ela desejou realmente pronunciar-se sobre os nossos negócios europeus. E resta que a História demonstre se, como profetizou Talleyrand, a paz e a segurança ficarão banidas da Europa por muito ou por pouco tempo, desde que a América aqui pôs o pé.

Esta última prova só o futuro a pode fazer, mas não parece que venha a fazê-la contra a América. Se na sua curta história de grande nação os Estados-Unidos tem denunciado alguma vez certos pruridos de expansão e de imperialismo, os mais desconfiados não terão dificuldade em confessar que foi sempre em nome da paz, da segurança e de outras vantagens muito práticas, e pouco europeias, que êles procederam e usaram da sua força. Que o diga a Espanha, e Cuba, e as Filipinas, e o México, e o Panamá...

Quanto ao «desejo» americano de intervir nos negócios da Europa, seria mais exacto dizer que o que houve, desta vez, foi, ao contrário, um desejo europeu da intervenção americana nos nossos negócios.

A verdade é que o velho Continente não soube resolver sòzinho as dificuldades que êle próprio criara; a verdade é que a Europa foi ter com Wilson à sua costa longínqua e fazer-lhe cócegas na fleugma, com os submarinos alemães; a verdade é que Wilson se fartou de fingir que não sentia nada e de suportar com paciência, durante meses, a irritantíssima comichão; a verdade é que essa paciência pareceu excessiva às duas Europas que se combatiam reciprocamente: à Europa germânica, que nunca acreditou que tanta paciência pudesse acabar; à Europa anti-germânica, que não descansou, nem respirou, emquanto a não viu acabada...

VI

Os Japoneses

Outubro de 1915.

EM-QUANTO a Europa se arruína e destrói a tiros de peça, trabalha o Japão em silêncio.

De onde a onde volta a dizer-se que os seus exércitos virão ao Ocidente combater também a Alemanha ; mas êste boato, que circula principalmente quando os aliados ocidentais começam a pôr as esperanças num messianismo redentor — esvai-se tôdas as vezes no fumo da desilusão : o Japão continua a ser o fiel aliado da Inglaterra e o inimigo da Alemanha ; mas o seu auxílio aos adversários desta limita-se ao fornecimento de armas e munições. O Japão ajuda-os pelo processo mais seguro de se ajudar sobretudo a si próprio : trabalhando, vendendo, enriquecendo.

Mas, em-quanto os comerciantes japoneses fazem negócio, os polítics japoneses não fazem cera. O Japão levou a guerra até

onde e quando lhe conveio : até onde e quando foi preciso para expulsar da China e dos mares amarelos a Alemanha impossibilitada de responder. Isto fez êle com pouca despesa de tempo, de sangue e de dinheiro. Depois, no sossêgo e na distância, começou a minar sàbiamente o predomínio europeu no Oriente Mongólico, arrancando à China concessões e privilégios que eram outros tantos golpes vibrados na influência russa, francesa e inglêsa — na influência dos seus próprios amigos e aliados. Há pouco chegaram notícias frescas da sua actividade calada e longínqua : Iuan-Chi-Cai ia proclamar-se, com o apoio japonês, imperador da China ; ao govêrno difuso, anárquico, incoercível, de muitos homens, o Japão substitui o govêrno de um homem só — e mete-o no bôlso.

¿ Quem duvida de que a China é já a estas horas, quási tôda, uma imensa província ou colónia nipónica ? Herdeiro do admirável estabelecimento germânico de Tsim-Tau ; herdeiro do mercado industrial alemão, que era na China o mais importante da Europa ; herdeiro de tôda a influência e ingerência política europeia — *enfim*, só ! — o Japão tem ainda diante de si, quer a

guerra ocidental se prolongue, quer acabe ou amorteça em breve, uns poucos de anos seguros e tranquilos, em que o próprio vencedor europeu terá muito que fazer na Europa, a curar a sua própria fraqueza e a agravar a fraqueza do vencido — para poder pensar em China, em Japão, em interêsses ultra-orientais, em mil coisas que a paz de meio século tornará próximas e urgentes, mas que a guerra de ano e meio lançou de novo no vago e no remoto...

Assim se vai preparando ao longe, enquanto o mundo está entretido com a guerra de hoje, a infalível guerra de amanhã.

QUINTA PARTE

LATINISMO
E GALICISMO

Latinismo e Galicismo

Post-scriptum, Agosto de 1923.

GENTIL sangue latino» chamou Petrarca ao nosso, com a sua forte autoridade de mestre de Latinismo das primeiras horas, de professor da grande Renascença. E bons Latinos fôramos nós também desde cedo, como se vê da história das próprias instituições políticas nacionais, e até da evolução da linguagem portuguesa, latinizada mais temporã e mais radicalmente, com desgosto de muitos, do que o mesmo falar francês. Além disto, mal nos constituímos na Península em nacionalidade bem firme e autónoma, fomos, depois da velha Roma pagã e da média Roma cristã, a primeira nova Roma imperialista e colonizadora, implantando no Oriente longínquo, apesar de tão pequenos e antes de nenhuma outra nação moderna, a fé romana, a fôrça latina, o valor ou a autoridade ocidental.

Êsse valor ocidental está agora quási re-

duzido a simples memória, a triste sombra, a menos que mísero farrapo, nestes dias calamitosos em que, sob a direcção política da França vitoriosa, o Japão discute em paridade com o Ocidente os destinos da Turquia, e em que a Turquia arranca ao Ocidente regalias e concessões que a emparelham com êle. . . emquanto lhe não apeteça cavalgar nêle. E o *latinismo* português é hoje, e desde um século ou mais, mero e chilro *galicismo*, por obra e graça de literatos cábulas e de políticos tolos, que esqueceram latim para aprenderem *franciú*.

Não foi de-certo o povo quem nos arras-tou a tal subserviência e tal miséria, porque êsse chama *francês* ao intrujão de boas falas, e verbalmente considera francês o mais fundo e imundo dos contágios mórbidos. Ontem como hoje, no século xiv como no xx, o povo patenteia claramente os seus sentimentos ou instintos, bem assentes e bem simples. No século xiv, quando das peregrinações pelo *caminho francês* para S. Tiago de Compostela, deve ter-se criado no Ocidente da Península o velho adágio: *Em caminho francês, vende-se mau gato por boa rés*; mais tarde, experimentado pelos saques dos corsários de França às nossas

naus da Índia ou do Brasil, inventou o génio popular a designação de *roupa de Franceses* para exprimir saúde e desconsólo pelos seus pobres haveres roubados ou perdidos; e bem recentemente ainda, nas fases iniciais da última guerra, ao mesmo tempo que em Portugal se recrutavam soldados para ela (e que um deputado francês reclamava na Câmara que chegasse de pressa a França essa nova *roupa de Franceses*) começou a correr entre nós a atoarda maluca, mas significativa, de que o Ministro de Portugal em Paris recebia a gorgeta de *uma libra* por cada galucho português expedido para a linha de batalha. A própria mistura do dinheiro inglês com o negócio francês, saborosamente ingénua e ao mesmo tempo simbólica, certifica a origem popular de tal rumor.

De origem letrada ou burguesa, pelo contrário, vem todo o nosso moderno pendor de nos considerarmos vassallos intelectuais da França, seus colonos em espírito, incapazes de buscar noutra aula, por êsse mundo tão grande e tão vário, a inspiração literária ou política. Esquecemos miseravelmente que a França aprendeu literatura com a Itália e com a Espanha — e que estas duas

mestras, nossas irmãs mais irmãs do que a França, quasi totalmente ignoradas de nós (tal a cegueira espojada e extática do nosso culto galicano) ainda teem muito que ensinar, a nós e a todos. Esquecemos com gravíssimo dano que a política nacional se aprende principalmente com a própria nação, estudando o seu passado e o seu presente, as suas tradições e ansiedades, emendando umas nas outras, entretecendo umas com outras, em vez de cortar o fio da existência própria, com o propósito louco e suicida de enxertar nêle a vida política alheia, traduzida à pressa e mal.

Liberais vintistas truculentos e parvos, de olhos fitos nos menores ademanos revolucionários de França, e cegos como paredes para o que se passava e sentia no próprio país, e na sua mais adiantada e vasta colônia de além-mar; literatos e políticos românticos, como Pinheiro Chagas, hiperholizando em Paris que a França atea incêndios, *mais c'est elle qui brûle et le monde qui est éclairé*; escritores naturalistas, esquecidos de aprender a língua em que escreviam, teimosos em ignorar e desprezar o país que os lia, e sôfregos sòmente para a ingestão do cozinhado literário francês; jovens políticos na-

cionalistas de agora, que mandam vir de França, em pacotes postais, o próprio *nacionalismo português*, marca Maurras e Daudet ; — tôda esta burguesia letrada, todo êste escol literário e político, não tem feito nem faz outra coisa, senão traduzir Portugal para francês, que o mesmo é que destruir Portugal. E quando amuam, para bem provarem que são mais franceses que portugueses, êles aí vão no *Sud-express* direitos a Paris, e por lá se ficam a fazer verso ou prosa em francês integral, e a desferrar-se, no *boulevard*, das desilusões literárias ou políticas que os fizeram emigrar da *Pio-lheira*, chegando alguns ao desplante cruel de escreverem de lá, a dizer-nos que não voltam, emquanto por cá estivermos a contatarmos com esta nossa «crise moral».

A grande crise moral portuguesa cifra-se justamente neste facto pavoroso de que a nossa educação e os nossos costumes burgueses, políticos e literários, só saibam produzir portugueses condicionais, provisórios, precários, periclitantes, e, na essência, franceses eventuais e muito nostálgicos de se efetuarem de todo.

Num dos últimos trabalhos que publicou — um artigo intitulado *O Francês e o Judeu*

e inserto no *Commercio do Porto* de 3 de Novembro de 1922 — o heróico republicano Basílio Teles, babado e concorde, lá se comprazia no *obsediante e sempre benévolo interesse com que se olha o Francês...* Quando assim se extasiam e rojam as melhores cabeças da nossa pobre terra, ¿ que se há-de esperar de tanto microcéfalo que nos cozinha uma literatura de irracionais, uma língua de pretos e uma política de capachos? E se nós nos tratamos a nós mesmos assim, como escravos caninos, ¿ que admira veremos os nossos descendentes requintarem no indigno sestro paterno, e que alicerce temos para lhes levar a mal o renegarem de uma paternidade já renegada de si própria?

Quando algum Brasileiro esfarrapa o seu brio lusitano, outra coisa não faz senão mostrar-se filho lídimo de um lusitano sem brio. Quando êle se proclama a cada passo descendente intelectual directo da super-divina França, cidadão da capital do Mundo, e morrão humilde da Cidade-Luz — o seu acto de subserviência e humilhação parecer-nos há muito crasso e muito reles; mas não nos cabe o direito de adjectivá-lo assim a nós, Portugueses, que, suprimindo-

-nos e suicidando-nos, corroemos primeiro, por facto e vontade própria, o verdadeiro tronco da sua árvore genealógica.

*
* *

A França, é claro, perante êste atestado que a nós próprios passamos, de raça inferior enlevada na majestade do Povo-Deus, deixa-se convencer e adorar sem dificuldade de maior; arreia-nos, atrela-nos, manda-nos puxar, mete-nos na albarda o *quantum satis* de palha, que é muito pouca. E nas horas vagas de nos aproveitar e espremer, ri-se de nós largamente, como manda a equidade. Então funcionamos, para variar, como personagem ridícula das suas cançonetas e farsas, tirando os Franceses, quando lhes calha, motivo de chalaça da nossa própria adoração subserviente.

Ainda há pouco, numa comédia de Kistmaeckers, chamada *Le Roi des Palaces*, a ordem portuguesa de Cristo, com que é de uso condecorar muitos súbditos de Luís XIV sobrenadantes na democracia de Millerand, era chasqueada pela bôca de um porteiro de grande hospedaria europeia; e corre mundo o bom dito com que certo di-

plomata francês respondeu à socapa a um cidadão brasileiro francófilo e lusófono, que lhe contava como o «estupidíssimo» Português Pedro Álvares Cabral tinha descoberto o Brasil *seulement par hasard*...

— *C'est sa seule excuse!*, disse baixinho o animal superior, desabafando com outro Francês que o acompanhava.

Quando não nos troçam, desdenham-nos os Franceses a tal ponto, que continuam a ignorar-nos magnificamente, com aquela sua incurável e majestosa incompetência para aprender, compreender e assimilar tãda a geografia, história, economia e filologia, que transcenda do ex-túnel das Batignolles, ou das *hortas* de Montmartre. E isto sem embargo dos sacrificios duríssimos que Portugal fêz pela França na última guerra, da cooperação e simpatia com que o Brasil a acompanhou, e até da vantagem crescente que a indústria e o comércio franceses poderiam e deveriam tirar de um conhecimento menos defeituoso da grande e florescente nação luso-americana.

Baste um exemplo para ilustrar esta triste verdade, que em verdade poderia ser menos triste, se nós a aproveitássemos

como tão educativa que se apresenta à nossa machucada dignidade.

Refere-se ao Brasil êste caso e consta de um documento oficial francês que temos presente e vamos descrever. E' um sobrescrito amarelado, a cujo canto da esquerda alta se ostenta, impresso a negro, o timbre *Ministère des Affaires Étrangères*, e por baixo, carimbada com tinta roxa, a palavra *Lux*, que não sabemos explicar a que vem ali. Ao canto da direita alta está colada a estampilha azul de 25 cêntimos, inutilizada com um carimbo que manda *coller le timbre en haut & à droite de l'enveloppe*, e indica que êste papel foi pelo correio expedido de *Paris R. P.* às 18 horas e trinta minutos do dia 8 de Junho de 1918. A parte central do sobrescrito, onde antes deve ter-se lido o enderêço pessoal, foi cortada, por motivos óbvios. pelo amigo que nos mimoseou com o interessante documento. E em baixo, à direita, dactilografado com tinta negra, ostenta-se o enderêço geográfico, que é assim mesmo como o Leitor vai ter o gôsto de apreciar :

RIO—DE—JANEIRO

(Argentine)

Aos Brasileiros (felizmente mais ou menos raros e irresponsáveis) que não se cansam de bajular a França e de achincalhar Portugal ao mesmo tempo, observamos que este saboroso papelinho dimana do próprio coração (ou da própria cabeça) oficial da Mãe Espiritual sublime; e que a Mãe Espiritual sublime se permitia, nem mais nem menos que pelo seu próprio Ministério dos Negócios Externos, ignorar *em plena guerra* que a capital do Brasil, seu aliado, não é positivamente uma cidade argentina. A República do Prata não foi, na guerra, aliada da França: apesar disso o Cais d'Orsay mostra estimá-la mais que ao Brasil, e prova-lhe a sua estima anexando-lhe a principal cidade brasileira. A razão da diferença estará talvez em haver mais Brasileiros do que Argentinos — assim como há mais Portugueses que Espanhóis — predispostos a declararem-se selvagens perante a França.

*

* *

O sentimento pessoal mais correio e explicável empurrar-me-ia para a adesão ao Francesismo, visto que sou afinal um

pobre Português como os outros, a saber: pouco mais ou menos tão francês como todos. Não direi que devo à França tudo o que sei e valho, porque a não quero ofender, apresentando como seu discípulo e criatura êste pêco exemplar de sabedoria ou valimento. A verdade é que muito lhe devo do nada que sou, e muito a admiro e venero; há contudo outra verdade tão verdadeira como esta, mas muito mais urgente e clamante do que ela; e essa consiste em que eu desejaria ter sido muito melhor Português do que fui; e pretendo contribuir agora com o meu pouco para que outros portugueses, no futuro, se revelem mais portugueses e menos franceses, do que eu e tantos outros do meu tempo.

Casa digna de chamar-se independente e saudável, por pequena que seja, quer janelas abertas para todos os lados, em paredes feitas sôbre alicerces seus. Aprendamos, pois, com a França o muito que nos pode ensinar; mas não deixemos nunca de ser nós, nem esqueçamos que o mundo é grande, com ventos vários que todos arejam, aquecendo ou refrescando, e um sol que enche o céu, e nêle se move, e nos manda a sua luz ora de um quadrante ora de outro.

E isto ainda, como concessão máxima: aprendamos com a França mais que com os outros, se quiserem; mas aprendamos ao menos dela, como convém, principalmente o que encaminha ou eleva, e não, como temos feito, quasi só o que extravia, e deprime, e faz esmorecer, e acaba por matar.

Aprendamos então com a França, na matéria religiosa, mas não a crassa irreligiosidade revolucionária, passageira e excepcional, que abusivamente copiada nos fez ir mais longe na perseguição e demolição, há noventa anos como há dez, do que nenhum outro país civilizado e cristão do mundo inteiro. Melhor fôra termos preferido a lição religiosa que nos dá a superioridade moral do clero de França e a lição política encerrada no equilibrio com que ela soube harmonizar a defesa civil e a tolerância.

Aprendamos com a França, em matéria de patriotismo, não a acreditar nela quando nos diz, sumamente grotesca, que é a própria Cachimónia do Universo e o próprio Coração do Sistema Solar, mas *um pouco* — basta um pouco — daquele desdém soberano que ela tem por nós e que soberanamente nos cumpre ter também por ela e por todos

os outros *bárbaros*, como quem diz «por todos os outros *estranjeiros*», ou «por todos os outros *inimigos*». A admiração das virtudes ou excelências alheias é pecado ou doença, em todo aquele que a não baseia no respeito de si próprio. De nada vale admirar, se não serve para melhoramento dos que admiram. Em tôda a superioridade dos outros perante nós lateja e ameaça um princípio de hostilidade contra nós. E admirar nêles o bom e o mau, copiar dêles até o péssimo, ou êsse principalmente, já passa de pecado ou doença; chama-se *agonia*, e arrasta à morte mais vil.

Aprendamos com a França, mestra em artes, a afinar o nosso sentimento estético, mas imitando a erudição, a profundeza, a operosa seriedade de tantos dos seus literatos e artistas plásticos, e não a porcaria dos assuntos que muitos escolhem para reclamo industrial ou negócio de exportação, nem as maluqueiras dos principiantes sem freguesia, sem sinceridade e sem talento. Saibamos distinguir, nas modas francesas, o que ali se produz de sólido e de sério, para uso da gente honesta e equilibrada, do que já vai endereçado a clientelas gafas, a

prostitutas e prostitutos do físico ou do moral.

Aprendamos com a França, no tocante à linguagem, não a desaprender a nossa língua, a galicá-la infamemente, mas a defender com amor e orgulho a fala nativa, pois é isso afinal o que em verdade a França nos ensina, protegendo, exaltando, divinizando o seu francês, na escola, na imprensa, no teatro, no púlpito, na própria tribuna parlamentar ou política — e baseando o culto da língua pátria no estudo sério, aturado e generalizado, das fontes iniciais, do grego e do latim.

Aprendamos, em-fim, com a França, no capítulo político ou social, a equilibrada divisão das terras, a alta capacidade administrativa e económica da mulher de todas as classes, o patriotismo do povo; aprendamos ainda com ela o civismo dos ricos, sempre prontos a dar dinheiro, tempo ou trabalho para as obras de interesse geral; e a seriedade da sua justiça punitiva, que num pronto acabou ali com o apachismo, e a dinamitação dos transeuntes. Pelo contrário, evitemos copiar dos Franceses, o suicídio nacional pela esterilidade organizada do casamento e pela protecção eleitoral do não me-

nos suicidante alcooolismo, assim como os vícios polsticos da centralização excessiva e e do *quem cobre o lanço* radicalceiro. Dêste último resultam babozeiras sociais que a França (felizmente ainda para ela) exporta mais do que adopta, como essa que o sr. Maurício de Waleffe acaba de inventar, da protecção official às *mães solteiras*, com subsídios, longa hospitalização à custa do Estado, e quem sabe se também com prêmio de virtude, estátua equestre no bairro, je Legião de Honra pendurada abaixo da cintura das *povoadoras*, sôbre o próprio e benemérito local do sinistro l

*

*

*

Ninguém nega que temos muito que aprender com a França: unicamente se afirma que não se estuda de joelhos, nem de rôjo, na postura do adorador, do escravo, do cão servil ou do farrapo inútil.

Lembremo-nos de que a França também pode aprender connoseo algumas utilidades importantes e, entre elas, a mais importante de tôdas, que é viver e durar. A França esmorece, sêcas ou quási sêcas dentro de si

as próprias fontes da vida, e isto paredes meias com uma grande nação rival — prolfica, expansiva e agressiva. Juntou-se agora o mundo inteiro para a salvar, e salvou-a. Para que o mundo inteiro se não coligue amanhã outra vez em seu favor, para que ela se perca, basta muito pouco: basta que já esteja então menos viva do que hoje, o que é fatal; e que o seu douto inimigo se revele menos estúpido que ontem — o que também pode acontecer.

Caminhamos, caminha a Europa, caminha talvez o mundo inteiro, para novos embates de raças, corolário fatal de prévias lutas civis e guerras de classes. O Europeu, o Latino, o Germano, entrematar-se há, depois de se ter entre-saqueado. Dizimado, arruinado, enfraquecido, animalizado — ¿ que resistência pode oferecer ao Tártaro, que a França armou e militarizou com o seu dinheiro, e ao Árabe, que ela europeizou com a sua colonização sem colonos?

Bem vejo que perante o possível avizinhar de tais furacões e de semelhantes dilúvios, a discussão sobre galicismo e portuguesismo fica parecendo pueril. Transportemo-nos então em espírito ao dia de Juízo Final, e veremos quem lá faz melhor figura

de campeão e semeador da Latinidade: se o admirável Francês, com as suas Martinicas e Guadalupes quasi invisíveis no mapa, se o Português desprezível, que latinizou com o seu sangue e a sua língua, com suor e lágrimas do seu rosto, continentes vastíssimos. A França pode rir-se à vontade, como grandemente faz, dessas novas florescências e pululantes germinações latinas, a quem chama com desdém *pays chauds*: nem por isso fica menos exacto que tôda a América do Sul mamou o leite da velha Loba; e que ali temos, graças a Portugal e Espanha (que não à França) a mais certa certeza de continuidade do génio latino, através do espaço e do tempo.

*

*

*

A feição política actual da Europa é a Anarquia — sinal certo de que se prepara de novo o reinado da Fôrça. Por tôda a parte ouvimos lamentar a pequenez dos Políticos, prenúncio fatal de que não tarda af o govêrno dos grandes Generais. Os homens querem febrilmente ser felizes, os pobres imaginam que vão ser ricos, a cobiça gera

a preguiça, e o apetite condensa-se em ódio. A paz materialista reconduzirá sem remédio ao idealismo da guerra. Agoniza o trabalho, que só pode ressurgir sôbre as ruínas semeadas pelo saque. O operário será soldado e, como sempre, supondo militar para si, conseguirá apenas destituir os seus fracos patrões de hoje, para promover em campanha o amo forte de amanhã. A Europa não se encontra doente, nem moribunda: está apenas fisiologicamente grávida do seu futuro grande chefe.

Esperemos, primeiro, que êsse chefe virá a tempo de vedar à Tartária, à Mongólia e à Maurítânia o caminho dos nossos campos e casais. Esperemos, depois, que êle seja latino como Júlio César; que seja português como Afonso d'Albuquerque, ou espanhol como o duque d'Alba, ou francês como Bonaparte e Gallieni. Esperemos, em-fim, que o Latinismo perdure ainda, por longos séculos, como o Cristianismo desde quási dois mil dêles, e como o Judaísmo vem perdurando a seu modo há muitos mais.

E continuemos, *sub specie aeternitatis*, a ser Latinos, e a querer sê-lo, porque é essa a nossa mais antiga tradição, e talvez a nossa primeira ou verdadeira natureza. Mas se-

jamos Latinos a valer, e não apenas míseros sub-latinos à arreata da França, com antolhos como os dos burros, que nos não deixam ver bem a latinidade espanhola e italiana, e muito menos a extra-latinidade de Saxões, Germanos, Escandinavos, e Eslavos. Ignoramos quási a existência dos Benavente, dos Pereda, dos Baroja, dos Gasset, dos Valle-Inclán, e de tantos outros grandes artistas ou pensadores que escrevem em castelhano. Os poetas, novelistas, dramaturgos e filósofos contemporâneos de Itália valem tanto para nós como se nunca tivessem nascido: só conhecemos os semi-franceses D'Annunzio e Ferrero, porque escrevem francês, ou porque a França os traduz. Sabemos de cor e salteado a política francesa, e nada nos consta do mundo de alterações, de ameaças e até de possibilidades, que está por baixo da efeméride política de Espanha, vizinho de ao pé da porta, que não devia poder agitar-se no seu leito, sem logo nos cortar a nosso sono. E a história, a vida social, económica, política, da Holanda ou da Bélgica, da Suíça, da Dinamarca, da Suécia e da Noruega, continuam a ser-nos tão alheias, como se estivessem situadas na Via-Láctea, e não na Europa, tôdas essas nações, que são enxa-

mes de abelhas ajuizadas, nobremente teimosas em viver por si, de si e para si próprias, na paz, no trabalho e na ordem modelar. Certo literato nosso, muito cotado, usa sempre umas calças velhas de Oscar Wilde, com fundilhos franceses; mas escrevia e publicava há tempos, sem pestanejar, que os *poetas ingleses são maçadores*. Fenómeno, êste, que já fôra previsto e catalogado por Eça de Queiroz, quando inventou aquelle director da Instrução Pública, muito interessado em saber *se em Inglaterra também havia literatura*. Aliados dessa grande nação desde o século xiv, intimamente ligados a ela pelo comércio, desprezamos desta maneira, por crassa ignorância, o lado espiritual da sua grandeza; e continuamos a chamar à França o *cérebro do mundo*, apesar das revoluções universais que teem feito à nossa vista, na filosofia e na sciência, os pensadores e investigadores inglêses, inigualáveis pela fôrça de originalidade, e os grandes sábios alemães, e os grandes inventores italianos.

* * *

Amemos todos os outros povos, humana e cristãmente. Admiremo-los a todos, pelo

que tem de admirável. E aprendamos com muitos o muito que nos podem ensinar. Lembremo-nos de que somos, desde Antonino Caracalla, cidadãos romanos directos e completos, e não simples colonos da Gália romanizada.

Está provado, por mais de um século de experiência contínua, que esta abdicação do nosso pensamento, da nossa independência espiritual, em homenagem subalterna a uma única nação europeia, não tem servido senão para estragar-nos a linguagem, para desnortear-nos o gosto, anarquizar-nos a política, isolar-nos do mundo, aumentar-nos a preguiça de estudar e pensar, dissolver-nos o carácter nacional.

Se um govêrno português, assinando algum tratado de comércio, enfeudasse tãda a actividade económica do país a outro Estado qualquer, nenhum de nós deixaria de o considerar imediatamente como réu de alta traição. Esse mesmo, senão ainda mais grave crime, comete sem dar por isso quãsi todo o nosso pseudo-escol letrado, desde o dia já bem remoto em que deliberou ver a vida, os homens e o universo inteiro, pelos óculos permanentes e imutáveis da mentalidade francesa.

*

*

*

Tempo virá em que esta miserável subordinação espiritual de uma nação a outra, que não merece nem agradece o culto exclusivo de que é alvo, não há-de valer por mais do que uma ténue lembrança do passado. Algum dia ganharemos em-fim a nossa Aljubarrota do pensamento e expulsaremos do govêrno da inteligência nacional, noutro 1640 mais decisivo que o anterior, o insuportável intruso.

Para tal vitória e tão necessária restauração andam trabalhando há mais de quarenta anos as várias camadas intellectuais que na filologia, arqueologia e etnografia nacional; na renovação dos estudos históricos; na crítica literária retrospectiva e actual; na defesa da linguagem, na investigação doutrinária dos erros ou falhas da economia portuguesa; no inquérito filosófico à crise moral, social e política; na revolução pedagógica, na própria literatura — apesar das suas fraquezas gravíssimas — teem prestado ao país o serviço de mostrar às classes pensantes e dirigentes (mal-pensantes e mal-dirigentes) o que Portugal foi, é, e deve ser.

São poucos, êsses gritadores no deserto, comparados com a espessura da surdez a que falam e a emmaranhada profundeza das raízes malignas que querem arrancar. E lutam no desconsôlo e no sofrimento, e queimam alma e vida na esterilidade actual do seu combate heróico, e morrerão sem ver o fruto de tão nobre esforço. Mas a falange crescerá dia a dia; outras gerações mais numerosas hão-de continuar o saudável impulso afirmativo; a pedra de vida lançada na água morta fará em-fim ondular todo o charco. Então a própria França nos há-de olhar com mais atenção e simpatia, por sentir em nós mais dignidade. Aumentará ali o grupo hoje escasso dos Le Gentil e Lebesgue, a quem tanto devemos por êsse mesmo pouco ou nada que conseguem, no seu afã de abrir os olhos a uma soberba narcisada e teimosa. E o rapazio dos liceus franceses deixará de rimar Portugal com Senegal, e o burocratas do Cais d'Orsay distinguirão melhor o Brasil da Argentina.

Então voltaremos a ser verdadeiramente Latinos, e não, como agora, meros Franceses de dobradiça, na vasta plateia de papalvos, perante a qual se saracoteia a França de hoje, no seu papel de *Cérebro do Mun-*

do. Então, nas nossas mortíferas Faculdades de Letras, pela acção combinada da iniciativa particular e dos governos portuguezes, espanhol e italiano, há-de cursar-se a litteratura espanhola e a italiana, para que a nossa mocidade aprenda, útil e praticamente, que Latinismo e Francesismo não são sinónimos.

Então far-se há no lugar próprio, que é o ensino secundário, a defesa profícua da linguagem nacional contra a invasão do galicismo, mediante exercícos directos de redacção vernácula, onde as torpezas que enodoam aquella hão-de combater-se a tempo e de frente.

Então saberão os Portuguezes que existem por êsse mundo vastos campos de Latinismo, onde a França nunca meteu arado ou foice, durante os tempos mais árduos, de sofrimento e de lágrimas, — e em que germinam as grandes searas latinas do Futuro, regadas pelo sangue peninsular, em terreno desbravado pelo génio de Portugal e de tóda a Península Então conheceremos melhor que hoje a história da colonização portuguesa do Brasil, e a epopeia actual da civilização portuguesa da Africa, e a litteratura brasileira, e os grandes poetas e sábios

hispano-americanos — os Nervo, os Ruben Dario, os Vaz Ferreira, os Zorrilla San Martín, os Medina, os Santos Chocano, os Rufino Cuervo, os Almafuerde, os Larreta, os Rodó, e tantos outros.

Então será Roma, como deve ser — e não Paris — a nossa Roma. Portugal e Brasil, como quasi tôdas as nações civilizadas da Europa, terão, perto do Capitólio, do Vaticano e do *Forum*, a sua *Casa Portuguesa*, a sua *Casa Brasileira*, abertas aos seus melhores estudantes de Arte, de Literatura, de História, de Arqueologia latina, para que elles possam penetrar-se de genuíno latinismo nessa biblioteca inigualável, nesse museu sem par, nesse tombo único, onde se guardam os pergaminhos do nosso génio ancestral e da nossa velha estirpe clássica.

*

* *

Para chegarmos tão longe e tão alto não bastará lutar contra um século ou mais de viciosa abdicação do sentimento e do carácter nacional. Não bastará vencer o passado, porque o presente é também contra nós. O presente, pelas suas quimeras sociais e pelas suas ilusões pedagógicas, despreza

patriotismos, recceia tradições, e prega-nos que a vitalidade de uma nação provém não do que ela *foi*, mas do que *quer ser*. Com o exagêro desta verdade vamos caminhando, em literatura e em política, para um neo-naturalismo, para novos cosmopolitismos revolucionários e materialísticos, e por êles continuaremos a desconhecer-nos, a desprezar-nos e a desnacionalizar-nos.

Está claro que não vivem nações, como também não vivem homens, uma vida digna e viva, meramente a *olhar para ontem*. Já algures chamei fedorenta a essa insuportável *saúde*, que nos tem mumificado em grande parte a literatura e não podia, infiltrando-se na educação, deixar de reduzir o nosso escol a um bando de preguiçosos, de paráliticos ou de sonâmbulos — *rois-fainéants*, ou fidalgos idiotas, cujo senhorio passou já aos mordomos ou rendeiros, e em breve transitará, se calhar, para os criados, quando não para os ínfimos ciganos e outros vagamundos sem eira nem beira.

Tal como foi feito, o homem anda naturalmente para diante, dispostas como tem as pernas para êsse movimento progressivo. As nações, essas, parecem-se talvez mais com os combóios, que rodam em trilhos, e

nem por isso deixam de ir longe. A Inglaterra foi longe com juízes de cabeleira e teimosas leis que, nascidas nos confins da Idade-Média, ninguém se atreveu ainda a revogar. E a Alemanha foi longe, embora tivesse parado perto, depois de haver descoberto ou inventado para seu uso um *passado* sôbre cuja divinização construiu um *futuro* grande de mais. *Est modus in rebus*, como quem diz que *nem oito, nem oitenta...* Entre César e João Fernandes podemos encaixar Guilherme Tell, que aliás nunca precisou de existir para fazer existir, e durar, e perdurar, e progredir, a prudente Suíça. E a Suíça fornece bom exemplo de que as nações, sobretudo as pequenas, não podem viver sem tradições, como a Alemanha o está dando dos perigos que encerra, até para as grandes, o exagêro filosófico ou prático desta ideia-fôrça: *O que dá vida a um povo é um plano sugestivo de futuro comum, uma ideia nítida de melhoramento pátrio* (1).

(1) V. António Sérgio, *Virtudes Fundamentais da Reforma da Educação, conferência na Sociedade de Geografia, em 25-VII-1923, pág. 23 e 24.*

O que dá vida a um povo, como a um homem, como a todo o ser vivo, é o justo equilíbrio das suas forças com os seus desejos ou planos. E para conhecerem suas forças os povos precisam de conhecer-se a si próprios; e para se conhecerem a si próprios precisam de estudar o seu passado; e para que o queiram estudar é indispensável que o amem. Amá-lo na saúde, não é amor, mas sim preguiça, e conduz ao suicídio; amá-lo com rompante agressivo, chama-se orgulho e arrisca-nos a morrer numa justiceira emboscada dos agredidos. Não o amar equivale a não sabermos quem somos; e sem sabermos quem somos ; como poderemos querer seja o que fôr ?...

FIM

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE — LATINOS E GERMANOS

	Pág.
I — A solução definitiva	9
II — «Latinos e Germanos»	12
III — Germanismo e Germanos	15
IV — Contrição na vitória	18
V — Norte contra Sul	21
VI — Os mortos falam	24
VII — Latinismo e Força	27
VIII — Génio francês e mediocridade alemã.	30

SEGUNDA PARTE — OS FRANCESES

I — A melhor arma francesa	35
II — Militares contra paisanos	39
III — Teutobocus	42
IV — Virtudes francesas	45
V — Política de traição	48
VI — A França na guerra	51
VII — Política e guerra	54
VIII — Desorganização	57
IX — A sereia alemã	60
X — Bravura sem maleabilidade	63
XI — Génio fora de horas	66
XII — Milagre do Marne	69

XIII — Dois pontos de vista	74
XIV — Alsácia e França	77
XV — Luto diplomático	81

TERCEIRA PARTE — OS ALEMÃES

I — Educação bélica	87
II — Novas profecias	90
III — Sobre patriotismo	93
IV — Povos criminosos	96
V — Artigo enérgico	99
VI — Diplomacia e estratégia	102
VII — A arte mais fácil	105
VIII — Guerra e finanças	108
IX — Brinquedos de guerra	111
X — Brancos e pretos	114
XI — Filosofia da Fôrça	117
XII — Raças de arribação	120
XIII — Os «pequenos Estados»	123
XIV — Ironia da História	127
XV — Quando se diz a verdade	130
XVI — O «Boche»	132
XVII — Vinagre e açúcar	135
XVIII — Sua Majestade o Ferro	138
XIX — A História repete-se	141
XX — Prelúdio	144
XXI — A verdade perigosa	147
XXII — A culpa dos homens	150
XXIII — Guerra económica	153
XXIV — O que falta à Alemanha	156
XXV — Confissão	159
XXVI — A caminho da unidade	162
XXVII — Paradoxo	165
XXVIII — A Alemanha e a América	168

XXIX — Wilson germanófilo	171
XXX — «Sweeping British progress» ...	174
XXXI — Paciência e Tempo	177
XXXII — Guilherme nada taciturno	180
XXXIII — Entre Bethmann e Michaëlis ...	183
XXXIV — A futura república alemã	185
XXXV — Uma colhér de ervas	188
XXXVI — A guerra de palavras	191
XXXVII — Uma ideia-fôrça	194
XXXVIII — O feitiço e o feiticeiro	197
XXXIX — «União sagrada»	200
XL — O Pêndulo	203
XLI — A vitória dos imponderáveis ...	205
XLII — Sangue azul e carne para canhão	210
XLIII — Principio do fim	213
XLIV — O castigo	216
XLV — Prisioneiros felizes	219
XLVI — A sombra de Guilherme	222
XLVII — A «fôrça misteriosa»	225
XLVIII — Página de memórias	228
XLIX — <i>Nihil novi sub sole</i>	230

QUARTA PARTE — Os outros

I — Os Espanhóis	235
II — Os Italianos	253
III — Os Suiços	265
IV — Os Austriacos	269
V — Os Americanos	273
VI — Os Japoneses	281

QUINTA PARTE — Latinismo e Galicismo

Latinismo e Galicismo	287
-----------------------------	-----



